

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23208

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

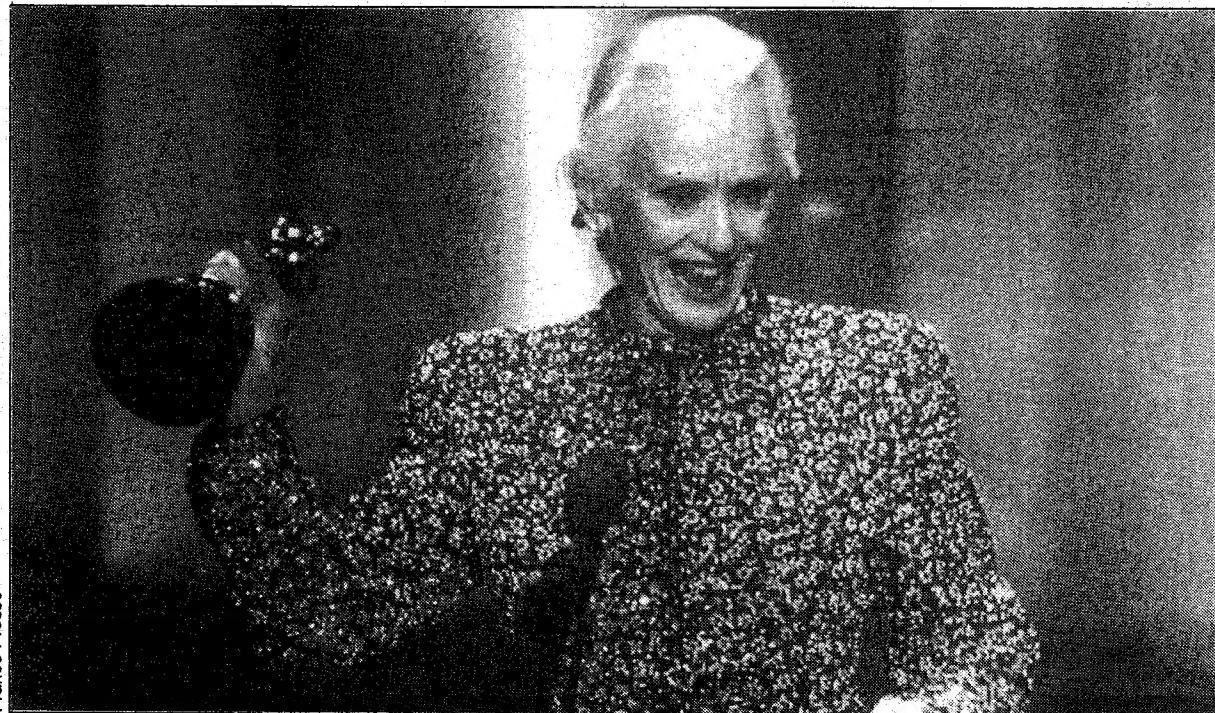
TERÇA-FEIRA 27 MARÇO 90 60\$00

Óscares/89 entre o equilíbrio e o conformismo

Premiada boa consciência americana

Esta madrugada, Hollywood voltou à sua grande cerimónia anual: a atribuição dos Óscares referentes à produção de 1989. Não houve vencedores evidentes, pontificando o equilíbrio conformista que evita fazer ondas e sossega a consciência dos americanos. «Miss Daisy» conquistou o prémio para o melhor filme, mas só arrebataria mais três, entre os quais o de melhor actriz para Jessica Tandy (na foto). «Nascido a Quatro Julho», o outro grande favorito, foi distinguido com três Óscares, um dos quais para a melhor realização, a cargo de Oliver Stone. Foi o grande derrotado, perdendo um troféu quase certo: aquele que distingue o melhor actor. Entre os dois intrometer-se-ia «Tempo de Glória», com três Óscares. O prémio para o filme estrangeiro foi atribuído a «Cinema Paraíso» de Giuseppe Tornatore

Pág. 2 e 3



COMENTÁRIO

O mal pelas aldeias

Previra-se de conciliação nacional. Foi mais do que isso, quase de concórdia universal, via satélite; o cinema (ou Hollywood) a servir-se da televisão para levar o «glamour» da «grande noite americana» a mil milhões de espectadores em todo o Mundo ou quase (Portugal, por exemplo, ficou de fora).

A cerimónia dos Óscares/89 foi isto e não só, também o sinal de que a grande indústria de cinema «made in USA», nestes tempos de «perestroikas» várias, sabe dar a mão aos rivais de um outrora ainda recente.

Se no ano passado, a tradição de and the winner is...

Rodrigues da Silva
Continua na pág. 3

Uso da força já começou

Lituânia lança SOS ao Ocidente

Após paraquedistas soviéticos terem ocupado a sede do PC da Lituânia e outras forças terem detido e espancado desertores do exército em hospitais, o Presidente lituano, V. Landsbergis, pediu hoje ajuda ao Ocidente, temendo que Moscovo tenha já dado início ao uso da força naquela república.

Washington, que tem exortado o Kremlin a dialogar com os lituanos, fez saber que esta situação pode afectar as relações entre os dois países.

Pág. 11

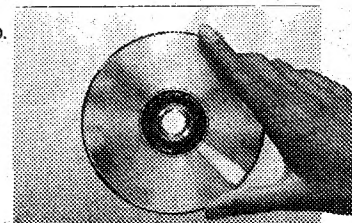


Prova mal amada Embora o trecho de José Régio não fosse de difícil compreensão nem as perguntas complicadas, o julgamento feito por personalidades solicitadas pelo DL sobre a Prova Geral de Acesso é francamente crítico. O elevado grau de subjectividade na apreciação das respostas dos estudantes pode conduzir a injustiças flagrantes, tanto mais graves quanto se trata de apreciar 12 anos de trabalho numa prova de três horas.

Pág. 15



Auto-rádio estéreo,
c/ leitor de disco compacto.
OM, OL, FM e FM estéreo
e sintonização
computorizada
(Compu Store).



Representante em Portugal:

SOC. DE REP.
SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 9515003 • Lisboa ☎ 77 78 24

Soares
e Weizsaecker
falaram do Leste
Pág. 7

Le Patriarche
suspende
admissão
de toxicómanos
Pág. 13

Teatro em dia
de contestação
Págs. 20 e 21

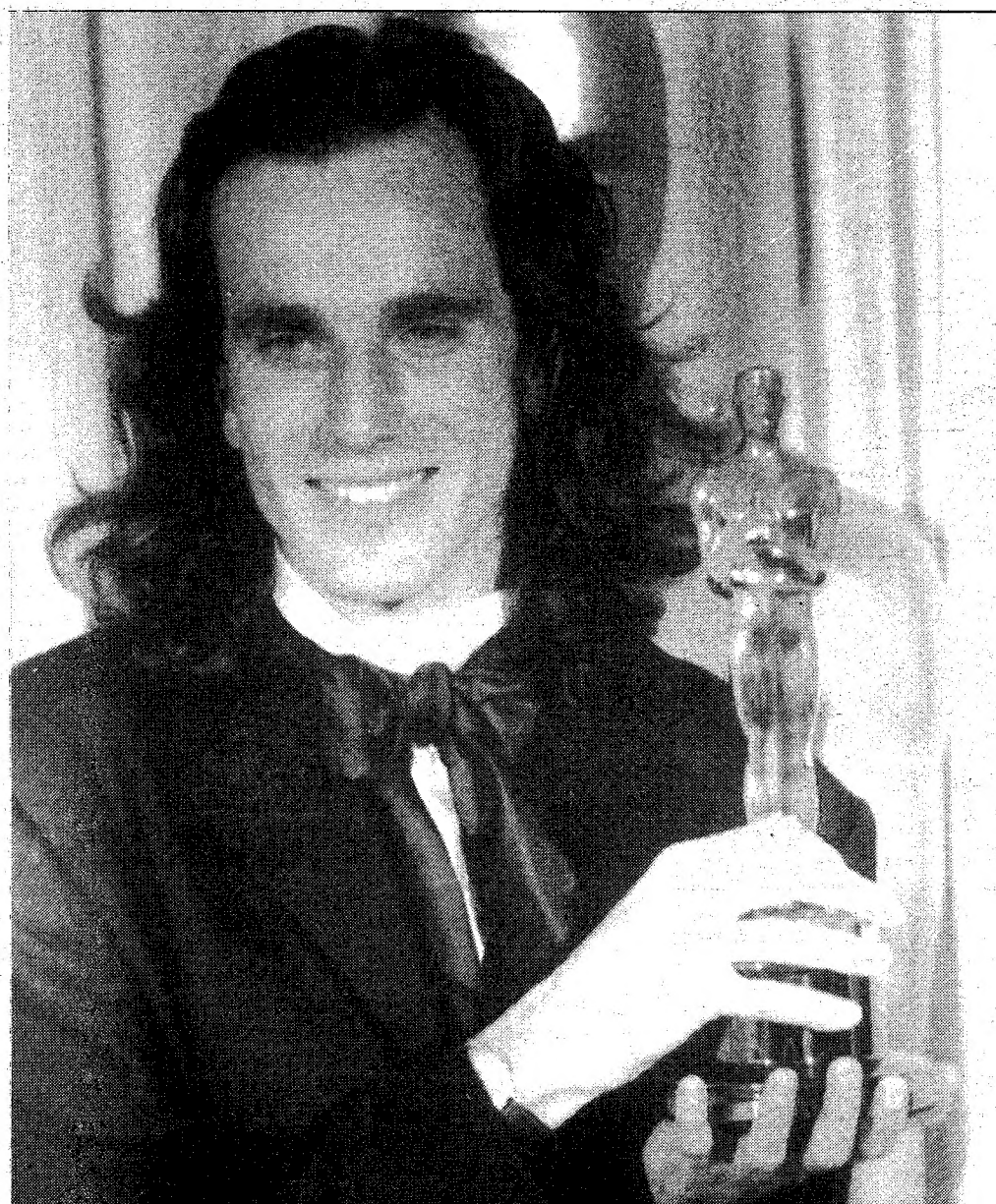
Lotaria Popular
1º 71 266
2º 130 460
3º 232 057
Pág. 14

Hoje: Suplemento
Económico

Se é possível uma síntese dos "oscares"/89, a síntese é esta: eles premiaram a boa consciência americana. De facto, numa noite em que a repartição dos prémios deu uma nota de equilíbrio, as distinções maiores foram para as obras que dão como resolvidos ou apaziguados os conflitos sociais que a América ainda sente na pele: o racismo e a guerra do Vietname. Posto isto e perante as previsões, pode-se dizer que "Nascido em 4 de Julho" foi, enquanto filme, o grande derrotado. Mas que pensar de Hollywood quando deixa de mãos a abanar filmes como "Crimes e Escapadelas", "Não dê Bronca" e "Sexo, Mentiras e Vídeo"? Apenas isto: se a mediania não se compadece com inovações estéticas, o conformismo passa ao lado dos problemas

GRANDE ANGULAR

A grande noite americana



A grande surpresa: Daniel Day-Lewis, Oscar para o melhor actor principal, com a estatueta na mão, na grande noite americana

And the Oscar goes to...

Não houve açambarcamentos. Nem «Miss Daisy», nem «Nascido a 4 de Julho», apontados como os possíveis triunfadores levaram para casa o número de galardões previstos ... ou desejados. Do filme de Oliver Stone poder-se-à dizer mesmo que foi o maior derrotado da noite, ao perder nas categorias de melhor filme e de melhor actor. Pareciam garantidos, mas, afinal, ainda se pregam partidas em Hollywood.

- Filme: «Miss Daisy» de Bruce Beresford;
- Realizador: Oliver Stone por «Nascido a 4 de Julho»;
- Actor: Daniel Day-Lewis em «My Left Foot»;
- Actriz: Jessica Tandy em «Miss Daisy»;
- Actor secundário: Denzel Washington em «Tempo de Glória»;
- Actriz secundária: Brenda Friker em «My Left Foot»;
- Argumento original: Tom Shoulman por «Clube dos Poetas Mortos»;
- Argumento Adaptado: Alfred Uhry por «Miss Daisy»;
- Filme estrangeiro: «Cinema Paraíso» de Giuseppe Tornatore;
- Direcção artística: Anton Furt por «Batman»;
- Guarda-roupa: Phyllis Dalton por «Henry V»;
- Montagem: «Nascido a 4 de Julho»;
- Melhor caracterização: Manlio Rochetty, Lynn Barber em «Miss Daisy»;
- Banda sonora original: Alan Menken por «The Little Mermaid»;
- Canção original: «Under The Sea» de «The Little Mermaid»;
- Som: «Tempo de Glória»;
- Efeitos sonoros: «Indiana Jones e a Grande Cruzada»;
- Efeitos visuais: «O abismo»;
- Fotografia: «Tempo de Glória»;
- Curta-metragem documental: «Work Experience»;
- Documentário: «Common Threads»;
- Curta-metragem de animação: «Balance»;
- Oscar honorário para o conjunto da obra: Akira Kurosawa

Vão-se os anéis, fiquem os dedos. Em Hollywood, como numa linhagem arruinada, há muito que a fortuna se submeteu à força de poderosas mudanças. Desses tempos áureos restou, todavia, uma certa compostura, um modo de viver próximo que continua a fascinar milhões de cinéfilos ou, caso frequente, simples curiosos atraídos pela face mundana da questão.

A 62ª gala de atribuição dos «oscares» da Academia foi, no entanto, um espectáculo pobre, uma sucessão arrastada de gestos já muito vistos em anteriores edições, um tédio quase total que as piadas do «animador» Billy Crystal estiveram longe de dinamizar. A contratação de um «entertainer» televisivo para a cerimónia não deixa, aliás, de presagiar a formação de nuvens sombrias no horizonte da arte cinematográfica. E se Hollywood já não ficara de boa consciência depois de se saberem dos largos milhões de dólares exigidos às cadeias televisivas de quase todo o mundo que procederam à cobertura do acontecimento, imagine-se a desilusão quando Crystal, o homem das «soap operas», reeditou o falhanço do ano passado.

A História, e com ela também a História da Cinematografia, tem destas ironias: o cinema norte-americano que nas décadas de 50 e 60 se batia pela superação do pequeno ecrã, acabou agora por celebrar um casamento de interesse, desconcertante, como todos quantos se alimentam de tais motivações.

Mas Hollywood é sempre Hollywood e todos sabemos o peso que a tradição tem nestas coisas dos mitos. Para cinéfilos insistentes, homens do «show-bizz», actores, cineastas, empresários, técnicos esta é a noite mais longa, aquela em que se aguarda um veredicto que é fatal nuns casos e redentor noutros; a noite a que, numa palavra, se perdoam todas as mediocridades e a que se acabam por prestar as mesmas homenagens desde 1927.

O «glamour» próprio das estrelas no tempo em que à frase «The winner is...» se seguia a declaração «Vivien Leigh for «Gone With The Wind»», também já não é o que era. As estrelas de hoje passeiam-se diante das câmaras da ABC, à porta do Dorothy Chandler Pavillion, e proferem banalidades dignas da «HOLA» como se falassem da salvação do mundo. Entre as vedetas, salientam-se as já habituais nestas ocasiões: Jodie Foster, Don Johnson, Jane Fonda, Tom Selleck, Kim Ba-

singer, Daryl Hannah, estrelas de mediano esplendor que Hollywood não quis ou não soube adaptar aos dias de hoje. Michelle Pfeiffer, ensinada na escola das divas dos anos 30, mostra-se distante e escapa-se à tradicional palavrinha aos «media».

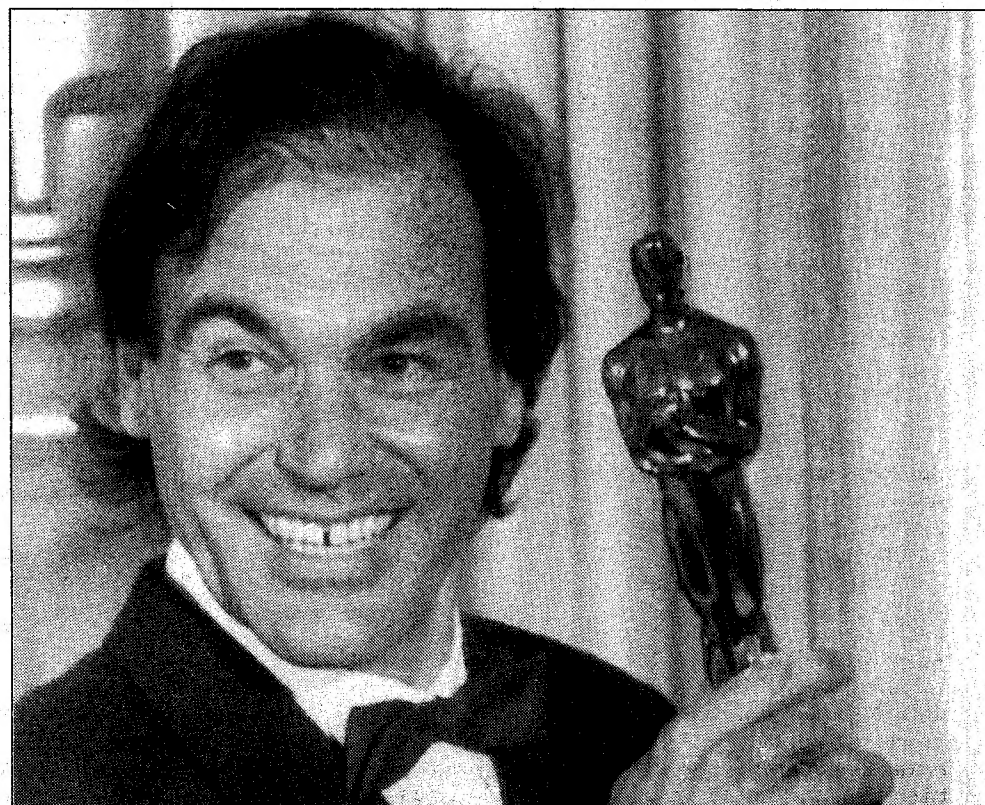
A vulgaridade dos gestos, das palavras, do modo de estar foi, de resto, uma constante das quase quatro horas de duração deste espectáculo de que à partida se parecia conhecer o rumo.

Só que a espera da apoteose de «Nascido a 4 de Julho» não aconteceu. A Academia pregou uma partida a si própria e as inúmeras intervenções que os convidados fizeram durante a cerimónia em abono da película de Oliver Stone perderam-se irremediavelmente.

O próprio cineasta, ao receber o Oscar para a melhor realização, adiantara alguma coisa da necessária «troca de galhardetes», agradecendo a Tom Cruise a colaboração esperada. Imagina-se o discurso que este já levaria preparado se Daniel Day-Lewis não tivesse sido o menos esperado eleito da Academia. Triunfo não totalmente inesperado, porque se sabe dos apetites hollywoodescos que apelam aos sentimentos e por estas histórias de «Filhos de um Deus menor». «My Left Foot», ainda não exibido em Portugal, conta-nos as dificuldades sentidas por um deficiente que, no entanto, persiste em vencer. As analogias com a obra que em 1987 ganhou o prémio do melhor filme são demasiado óbvias para que passem despercebidas. A comovida reacção de uma audiência entretanto preparada para acolher Tom Cruise em triunfo também não deixa de falar por si. Claro que Hollywood não deixou de ser um dos expoentes do espectáculo.

Na cerimónia de ontem à noite que, refira-se, pecou pela ausência das inovações que a revitalizassem, houve também momentos de excepção. Só que na ampla maioria dos casos eles estiveram relacionados com a nostalgia dos anos dourados. Uma cena de «Casablanca» em que Bogart, romântico e só, fuma o cigarro, ou em que Marlene esboça um sorriso distante, continua a apelar mais do que as experiências do presente. E o cinema norte-americano continuará neste impasse enquanto encontrar no passado a única imagem de si próprio.

Maria João Martins



Oliver Stone com o Oscar para o melhor realizador



«Miss Daisy», premiado com o Oscar para o melhor filme. Ao centro, Jessica Tandy, Oscar para a melhor atriz. À esquerda e à direita, dois derrotados, respectivamente, Dan Aykroyd, que não ganhou o Oscar para o melhor actor secundário, e Morgan Freeman, que perdeu o Oscar para o melhor actor principal

«Miss Daisy» destoa...

Numa cerimónia pautada pelo equilíbrio e pelo apreço manifestado para a qualidade de certas obras, o Oscar para «o melhor filme do ano» atribuído a *Miss Daisy*, um título simpático, mas pouco mais do que isso, um filme construído para, e pelos, actores, destuou do ramalhete final, mostrando que a Academia tem uma certa propensão para o convencionalismo, mesmo para uma certa banalidade.

De resto, com uma outra meia surpresa, os resultados admitem-se e saudam-se mesmo. Tal como prevíamos, este ano não houve «campeões» destacados, o que existiu foram vários filmes disputando Oscar a Oscar as nomeações até à vistoria final. Que não existiu de forma clara, mas relativa. *Miss Daisy* foi considerado «o melhor filme», mas ficou com um espinho cravado: nem sequer foi nomeado para «o melhor realizador», que Oliver Stone, de *Nascido a 4 de Julho*, arrecadou, juntamente com o galardão para «a melhor montagem». E se *Miss Daisy* ainda ganhou «a melhor atriz» (Jessica Tandy), este prémio sublinha mais uma

carreira do que uma interpretação determinada. Discutível será ainda «o melhor argumento adaptado», que me parecia muito melhor entregue a *Nascido a 4 de Julho*. Acontece que esta obra é demasiado «incómoda» e polémica para não pagar por isso... e os resultados estão à vista. Surpresa para quem não viu ainda o filme, foi o triunfo de Daniel Day-Lewis, «melhor actor» em *My Left Foot*, e o da «melhor actriz secundária», Brenda Fricker, na mesma película (ainda inédita entre nós). Daniel Day-Lewis tinha concorrentes de peso, Tom Cruise à cabeça, mas também Morgan Freeman e Robin Williams, e deverá ter beneficiado da dispersão dos votos. De resto é outra vez um deficiente a ser galardoado, o que se institui como tradição...

Justíssimo o prémio para «o melhor argumento original», dado a *O Clube dos Poetas Mortos*. O mesmo se diga em relação ao «melhor actor secundário» que Denzel Washington arrebatou por entre fortíssima concorrência. *Tempo de Glória*, um filme injustamente esquecido da lista dos

nomeados para «o melhor filme do ano», haveria de ser o triunfador relativo da noite: partiu com cinco nomeações e marginalizado aos grandes Oscars e sairia com três estatuetas que irão certamente catapultar a obra para as audiências que merece. Além de Denzel Washington, levou consigo «a melhor fotografia», ganha pelo fabuloso Freddie Francis, e «o melhor som». Gostei.

A música, tocou-a *The Little Mermaid*, que ficou com «a melhor canção» e «a melhor partitura original». Tem música! Nas categorias técnicas, «os filmes de Verão» tiveram os seus Oscars de consolação: *Indiana Jones e a Última Cruzada* (efeitos sonoros), *O Abismo* (efeitos visuais), *Batman* (direcção artística), com um *Henrique V* à mistura (guarda roupa).

Lutando corpo a corpo com o belíssimo *Camille Claudel*, *Cinema Paraíso*, de Giuseppe Tornatore, ficou com o Oscar do «melhor filme em língua estrangeira». Foi uma homenagem a um filme delicado e sensível, mas também ao próprio cinema. Akira Kurosawa recebeu em ovação um Os-

car por ser quem é, e disse que apesar da idade e de ter feito o que fez não sabe o que é o cinema. Atitude bonita vinda de um mestre, quando tantos maus discípulos sabem tão bem o que é o cinema. Mas a humildade só é apanágio dos muito grandes. A América demonstrou ainda, pela diversidade de palcos elegidos para esta cerimónia (Los Angeles, Moscovo, Buenos Aires, Londres, Sidney, etc...) que domina o mundo em termos de cinema. Não é só a sua cinematografia que monopoliza as salas de todo o mundo, mas também a que premeia os seus filmes um pouco por todo o lado, como quem diz, «em matéria de cinema, não temos rivais». Hollywood, pelo seu lado, mostra que há «filmes de Verão», para públicos juvenis em férias grandes, que não precisam de Oscars para renderem boas receitas, e há obras de inverno, dramas humanos, sociais e psicológicos, que arrebanham os Oscars ditos da seriedade e do empenhamento.

Acabou mais uma festa do cinema. Venham os filmes do nosso contentamento!

Lauro António

COMENTÁRIO

O mal pelas aldeias...

(Continuação da página 1)

se perdeu a favor do *the oscar goes to...* este ano perdeu-se outra bem mais significativa... para algo, mais importante se ganhar. Ao descentralizar o espectáculo de Los Angeles por Moscovo, Londres, Buenos Aires, Sidney, Tóquio e Genebra, o que Hollywood quis dizer é que se o mundo é uma «aldeia global», importa que o seja tanto quanto possível americana. A Europa, a Leste e Oeste, e os demais continentes, que aspiram a um cinema autónomo e diferente, convém que o não esqueçam.

Se em termos de «public relations» para uso externo os «oscares»/89 foram isto, para uso interno serviram para consagrar a mediania e apaziguar os espíritos, dividindo, por assim dizer, o mal pelas aldeias, neste caso pelos filmes que à partida se apresentavam como potenciais favoritos.

Se não houve, claramente um vencedor absoluto e os prémios se repartiram, um certo tipo de cinema foi mais uma vez derrotado: aquele que ousa levantar problemas, aquele que artisticamente mais inovador ou menos conformista se mostra.

«Crimes e Escapadelas», «Não Dês Broncas» e «Sexo, Mentiras e Vídeo», por exemplo, saíram como entraram: de mãos a abanar e eram, entre os filmes americanos dos mais interessantes. Mas Hollywood apostava (como se provou e já aqui fora previsto) dar da América uma imagem de reconciliação nacional e foi o que fez ao premiar filmes como «Miss Daisy» e «Tempo de Glória», que de um modo ou de outro, apresentam como resolvido o problema racial; ou «Nascido a 4 de Julho» que faz o mesmo a propósito das sequelas do Vietname.

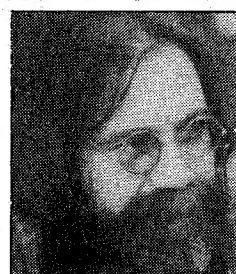
Conseguir este equilíbrio nem sempre é fácil e por isso às vezes surgem surpresas. A maior terá sido, sem dúvida, o «oscar» para o melhor actor. Entre Tom Cruise e Morgan Freeman, quem preferir? Hollywood não preferiu... ou por outra, para não optar, terá talvez escrito direito por linhas tortas, dando o «oscar» a Daniel Day-Lewis (vimo-lo em «A Insustentável Leveza do Ser», não o vimos ainda neste «My Left Foot», filme irlandês por cá não estrado).

Outros equilíbrios foram mais de acordo com a tradição que manda recompensar o cinema espectáculo com prémios secundários. Hollywood com estes filmes faz as grandes receitas, mas dá-se ares de seriedade premiando, prioritariamente, outro cinema desde que, claro, nada ponha em causa. «Indiana Jones» e «Batman» receberam assim, as migalhas do grande bolo que caberia a «Miss Daisy», «Tempo de Glória» e «Nascido a 4 de Julho».

O «oscar» para o melhor filme estrangeiro serviu também um outro equilíbrio: conciliar uma memória cinéfila com um futuro do cinema que essa memória assimile. Hollywood, que nunca deu um «oscar» a Marilyn ou a Chaplin, adora recuperar memórias daquilo que em vida não amou por aí além. «Cinema Paraíso», ou o «oscar» que obteve, tem o sabor de alguma má consciência de que a grande indústria se procura libertar.

Num caso, contudo, estes «oscares» da indústria à arte se renderam. Akira Kurosawa recebeu o galardão pelo conjunto da sua obra, é justo, ela é um mestre e genial, mas Hollywood, não foi hipócrita. Antes deste «oscar», dera já outros três ao cineasta nipónico («Rashomon», em 1951; «Os Sete Samurais», 1955; «Dersu Uzala», 1975) e não se esqueça que Kurosawa jamais filmou na América; jamais mesmo em língua inglesa.

Dos «oscares» para o seu contrário... para falar da RTP, mais uma vez fora do Mundo que gira à sua volta. Às oito da manhã, depois de uma noite em branco a ouvir a rádio (que essa, sim, sabe ser notícia) apetece lembrar que, se como é comum dizer-se, a rádio anuncia, a TV mostra e a Imprensa explica, a TV que temos, essa dá enlatados. Pelo menos enquanto viver em monopólio...



Rodrigues da Silva

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos**.
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa**.
Secretário-geral: **Jorge Galamba**.

Director: **Mário Mesquita**
Directora-adjunta: **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção:
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal:
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luis Feronha, Maria Guilomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador:
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Campones, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes:
na Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Faliorca e Remy Amorim**.

Autozonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Gráfitas:
Ribeiro da Silva (coordenador),
Emelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Oscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção:
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador),
António Lima e Maria Helena Matos

Chefe de Publicidade:
Luísa Valadas

Gestor de Informática:
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegrámas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60\$00; na Madeira, 75\$00; nos Açores, 85\$00.



PORTE
PAG ()

A EUROPA E A CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

A civilização ocidental mergulha as suas raízes na civilização helénica (filosofia), na cultura romana (direito) e em princípios de origem judaica da civilização siríaca (religião).

A civilização ocidental, produto da absorção, da interacção e da constante evolução de valores assim recebidos, nascem a cristianização da Europa e com o aparecimento do próprio conceito de Europa, a meio do primeiro milénio. O marco histórico mais significativo foi o baptismo do rei Clovis dos francos e de 3000 dos seus súbditos. Teve depois duas fases fundamentais de expansão, podendo estar hoje a ocorrer uma terceira fase de alargamento, de características bem diferentes das duas anteriores.

A primeira fase da expansão dos valores que enformam a civilização ocidental deu-se a meio do segundo milénio, durante a extraordinária epopeia dos Descobrimentos, onde os portugueses detiveram a iniciativa por muitos anos e sempre preponderaram. Em 1415 foi a conquista de Ceuta e em 1513 Jorge Álvares chegou às costas da China.

Fossem quais fossem as prioridades das motivações dos portugueses de então para tão grandioso empreendimento, a civilização ocidental tomou, pela primeira vez, contacto com outras civilizações ignoradas do centro euromediterrânico e conheceu outros impérios que, pouco a pouco, foi influenciando. Tratou-se de um movimento centrífugo, originado portanto por iniciativa do seu núcleo central e projectando-se para o exterior.

A segunda fase de expansão dos princípios da civilização ocidental foi complexa. Foi numa consequência da revolução industrial e do extraordinário desenvolvimento científico e técnico, de que resultaram novos valores e um novo pensamento. A Europa Ocidental, auxiliada também pelo aumento demográfico, lançou-se por todo o Mundo, organizando expedições científicas a regiões ainda desconhecidas, desenvolvendo a acção missionária, conquistando mais vastos mercados para as suas exportações e procurando as matérias-primas necessárias à indústria em constante crescimento. Este movimento teve especial vigor nas duas últimas décadas do século XIX. Tratou-se, mais uma vez, de um movimento centrífugo, com as mesmas características de expansão do anterior e em que os valores da civilização ocidental se foram inculcando de forma graduada, nos povos contactados.

Hoje, no final do

segundo milénio, 500 anos após a fase dos Descobrimentos, presenciámos a terceira fase da expansão dos valores e princípios que o Ocidente defende. Esta expansão está a processar-se de modo inteiramente diferente das duas anteriores. É um movimento de clara adesão que se originou no exterior, entre povos que haviam já conhecido esses valores ocidentais e os haviam substituído por um materialismo ateu e anti-religioso, imposto por autocracias que adoptaram a doutrina económica marxista, o sistema de poder leninista e baniram as liberdades de opinião, de palavra, de imprensa, de religião, de associação, de greve e, de certo modo, de educação e de iniciativa.

Pode ser que o afastamento temporário da Europa de Leste tenha correspondido a um dos «desafios e respostas» que Arnold Toynbee considera necessários ao triunfo humano. Pode ser que termine ou se corrija agora, no fim do século e do segundo milénio, a divergência das respostas ao desafio que a sociedade europeia enfrentou, no princípio deste mesmo século. É possível que este movimento se repercuta no mundo inteiro e contribua para um melhor entendimento entre os homens. É possível que agora possa acabar a separação entre a «Europa» e a «Outra Europa», que Fernand Braudel distinguiu na sua «Gramática das Civilizações».

Na verdade, os europeus não pertencem ainda todos à mesma civilização, pois para caracterizar uma civilização não bastam a cor da pele dos seus elementos e alguns aspectos culturais como a literatura e a música.

Se a Europa se envolver em disputas territoriais, de fronteiras ou de poder, com explosões chauvinistas e intolerância, os conflitos serão inevitáveis e poderão atingir proporções extraordinariamente graves.

Mas se a Europa de Leste reencontrar os mais nobres valores das democracias ocidentais que outrora abandonou ou que então ainda estava a assimilar, e intransigentemente os eleger como objectivos prioritários da transformação em curso, a Europa tem capacidade para vencer os obstáculos que lhe surjam no caminho e é de esperar que esta transformação seja pacífica.

Antecedendo a união económica, a união monetária ou a hipotética união política, teríamos, para já o de forma absolutamente lógica, a união de todos os países da Europa, de todos os europeus, na mesma civilização.



António E. Sacchetti

CONSELHO DA EUROPA: A CASA COMUM DEMOCRÁTICA?

De todos os círculos com que se vai desenhando, de todas as instituições em que se vai sustentando a nova ordem europeia, a que tem menos problemas existenciais é o Conselho da Europa. Assiste-se a uma nítida revitalização do Conselho, a uma mais forte afirmação do seu papel, numa altura em que certas instituições europeias, como a UEO, fazem um compasso de espera, em que as Comunidades se interrogam sobre a sua posição na ordem das prioridades do seu mais poderoso membro, a RFA, em que a NATO procura o caminho da legitimidade sem inimigo; e isto para não falar da desagregação do Pacto de Varsóvia e do desmoronamento do COMECON.

Apoiar a transição democrática nos países de Leste, ser escola de democracia para os seus políticos, é o contributo específico do Conselho da Europa para o sucesso das reformas no Leste, à semelhança do que aconteceu, aliás, em relação ao regime democrático português.

É circunstância feliz, Portugal ter neste momento a Presidência do Conselho de Ministros do Conselho da Europa, tanto mais que a nossa experiência de transição democrática é hoje particularmente útil para as novas democracias do Leste e constitui o principal contributo português para esse processo.

O Conselho da Europa terá que responder com celeridade aos pedidos de adesão dos países democráticos do leste europeu. Mas a definição do limite do seu alargamento repõe o único real problema arquitectural do Conselho da Europa. Deverá a URSS ser aceite no Conselho da Europa? Corresponde o Conselho da Europa à casa comum europeia, democrática?

A resposta afirmativa às duas interrogações anteriores levanta algumas dificuldades, devidas, por um lado, à dimensão da URSS e, por outro, à marginalização a que se sentiriam votados os Estados Unidos e o Canadá, actores importantes da ordem europeia. O mesmo, aliás, se deveria dizer das nações democráticas latino-americanas, de cultura e civili-

Mitrand, tendo no seu interior o núcleo comunitário, é uma proposta sedutora. No entanto, alguns consideram, com justeza, que um alargamento excessivo do Conselho o tornaria inoperante. O que de qualquer forma parece certo é que a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, em que participam também a URSS, os Estados Unidos e o Canadá, é um quadro mais adequado para a criação de consensos sobre a nova ordem europeia nalguns capítulos importantes, com relevo para a resolução dos problemas de fronteiras que ressurgem na Europa Central e de Leste, e para o reforço indispensável da confiança recíproca, sem a qual não pode haver estabilidade.

Embora seja prematuro responder desde já de uma forma definitiva à questão de saber se é o Conselho da Europa a «casa comum democrática europeia», a realidade é que terá enorme dificuldade em responder negativamente ao pedido de adesão de qualquer Estado do continente europeu, desde que tenha já adoptado, de uma forma inequívoca, o modelo democrático.

Se a democracia, tal como a entende o Conselho da Europa (pluralista, respeitadora dos direitos do Homem e do Estado de Direito) ainda não triunfou, e sabe-se lá se triunfará algum dia em todo o planeta Terra, é, no entanto, hoje, opção tomada pela quase totalidade dos Estados do espaço de civilização europeia, na Europa e nas Américas, o que não quer dizer, de forma alguma, que essa opção seja irreversível.

A força actual do apelo democrático, no espaço de cultura e civilização europeia, e o prestígio ímpar do Conselho da Europa, dão-lhe responsabilidades que ultrapassam o quadro europeu e assumem carácter universal.

Os membros do Conselho da Europa precisam também, neste momento de fascínio pelas reformas a Leste, de não dar a impressão às democracias latino-americanas que são parentes indesejáveis ou que os seus esforços para consolidar a democracia não merecem todo o nosso apoio.

A criação de um centro Norte-Sul em Lisboa corresponde, em parte, a esta preocupação. No entanto, as relações com os Estados democráticos latino-americanos de clara raiz cultural europeia não tem aí o seu quadro mais adequado.



Álvaro Vasconcelos

FORUM

COMPREM ESTE LIVRO, DIZ O EDITOR

Tenho diante dos olhos os catálogos em que os editores americanos anunciam a produção de Outono. Surepreendeu-me o facto de todas as capas serem «art-déco»; vê-se que é a nova moda. Não há como os Estados Unidos para seguirem as modas religiosamente. Se se usam os cabelos curtos, cortem-se os cabelos, se ninguém mais deve fumar, que ninguém mais fume.

Estou, aliás, observando um curioso fenómeno acerca deste assunto. Até há poucos meses, a cruzada anti-tabaco era de tal modo intensa que se, num restaurante, alguém pedia uma mesa para fumadores era desterrado para o lugar mais horrível junto à cozinha ou no cruzmaneto de todas as possíveis correntes de ar: quem quer pecar que pague. Isto em Nova Iorque, porque no resto dos Estados Unidos era pior; e em certas universidades da Califórnia e do Mid-west quem queria fumar devia esconder-se nas casas de banho.

Neste momento, parece-me que há uma inversão de tendência. Os fumadores começam a ser respeitados. Porquê? Porque os Estados Unidos são um país conformista que, no entanto, tem como ponto de honra defender as minorias.

Enquanto os fumadores foram a horrenda maioria, que o diabo os levasse; agora que finalmente são uma minoria, coitadinhos que também têm os seus direitos.

Mas isto não é para aqui chamado. Falava eu nas capas dos livros. Com esta moda da «art-déco» não se percebe mais quem publica um livro. São todos iguais. Será que, no entanto, antes se percebia? Reflecto: não. Com os livros americanos — sobretudo as primeiras edições encadernadas, as que fazem opinião — não se sabe quem é o editor; o nome do editor não aparece na capa. E de cada vez se escolhe um grafismo diferente; melhor: é ponto de honra que a nova capa não seja igual à precedente. Cada um dos livros é aconselhado pelo que o título (ou o grafismo da capa) prometem.

Na Europa a situação é diferente, pelo menos em Itália, Espanha e França. Cada editor tem o seu grafismo próprio (pense-se como são reconhecíveis à primeira vista a Galimard ou a Einaudi). E assim acontece que, a menos que se trate de uma autor famosíssimo (compramos García Marquez ou Chomsky por eles próprios), aqui os livros adquirem-se pela confiança que se tem no editor; se, por exemplo, é um ensaio Feltrinelli, acredito, se é um romance da Deuil, óptimo. Na

América, não. Compra-se um livro porque a capa nos atira a curiosidade ou porque os jornais lhe fizeram uma boa crítica. O editor não é para aqui chamado. E isto aplica-se até em relação à University Press: desafio-vos a distinguir um livro Harvard de um Cornell.

Há uma moral nesta história? Penso que sim. A Europa é (ou era) altamente ideologizada: o editor garante uma certa orientação. Na América, não. O editor Pink Pallin pode hoje publicar Marx e amanhã Celine, depende de quanto possa render. Portanto, o editor nada garante. É um país de individualistas. Não estão arreigados a siglas, escreve-se o que se escreve. Imaginemos o que se passa em Itália: alguém vê Evola publicado pelos «Editori Riuniti»?

Mas, agora soube que uma grande editora americana se dirigiu a uma grande agência gráfica (por acaso dirigida por italianos) a fim de achar uma fórmula que passe a caracterizar os seus livros. Inversão de tendência? Pode ser. O que é curioso é que uma tal inversão de tendência caracterize as casas editoras italianas. Tempos houve em que um autor de esquerda não poderia

nunca ser publicado, já não digo pela Rusconi, mas nem sequer pela Rizzoli. Hoje isto acontece e ninguém se espanta. Talvez estejamos um pouco atrasados, nós, que ainda acreditamos que a sigla editorial é uma garantia ideológica, quando as ideologias tradicionais estão em crise.

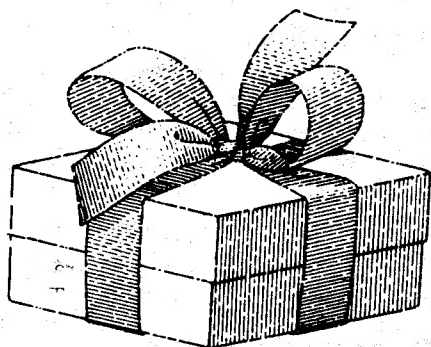
Dirijo-me, portanto, aos leitores italianos e europeus em geral: desconfiem das siglas editoriais que já nada garantem. Ou então, se consideram este apontamento pessimista, passem adiante. E futuramente, não percam de vista as editoras americanas. Talvez se passe a distinguir. O quê? Uma linha ideológica? Não creio; no máximo, um apelo comercial: «Nós somos quem publicou o livro Tal, que vendeu tal número de exemplares. Acreditem em nós.»

Conclusão: a capa nos Estados Unidos permanecerá ideologicamente neutra mas tornar-se-á cada vez mais caracterizada sob o aspecto comercial. Em Itália, a capa era ideologicamente empenhada mas sê-lo-á cada vez menos.

Exclusivo «DL»/L'Espresso
(Trad. de Manuela Ferreira de Almeida)



Umberto Eco



Descubra mais uma razão para desejar o Fiesta CLX

Fiesta de 1º Aniversário! Os Parabéns são para Si.

Há um ano que mais de 13.500 portugueses vêm descobrindo o outro amor da sua vida.

Escolheram-no pela sua personalidade irresistível, pelo "ar giro" ... um Amor à primeira vista.

Pense nas verdadeiras razões do coração. O Fiesta é elegante e aerodinâmico, com um interior de enorme conforto para toda a

família... ou só para dois.

Ao conforto enriquecido da versão CLX, pode acrescentar-se a conveniência da trancagem central das portas, da abertura da tampa da mala com um simples toque e da comodidade dos vidros de comando eléctrico. São estes os três toques de luxo que formam o conjunto eléctrico.

E porque um ano de Fiesta merece que festejemos consigo, decidimos que o conjunto eléctrico será a sua Prenda de Aniversário Fiesta. É mais uma razão para desejar um Fiesta CLX.

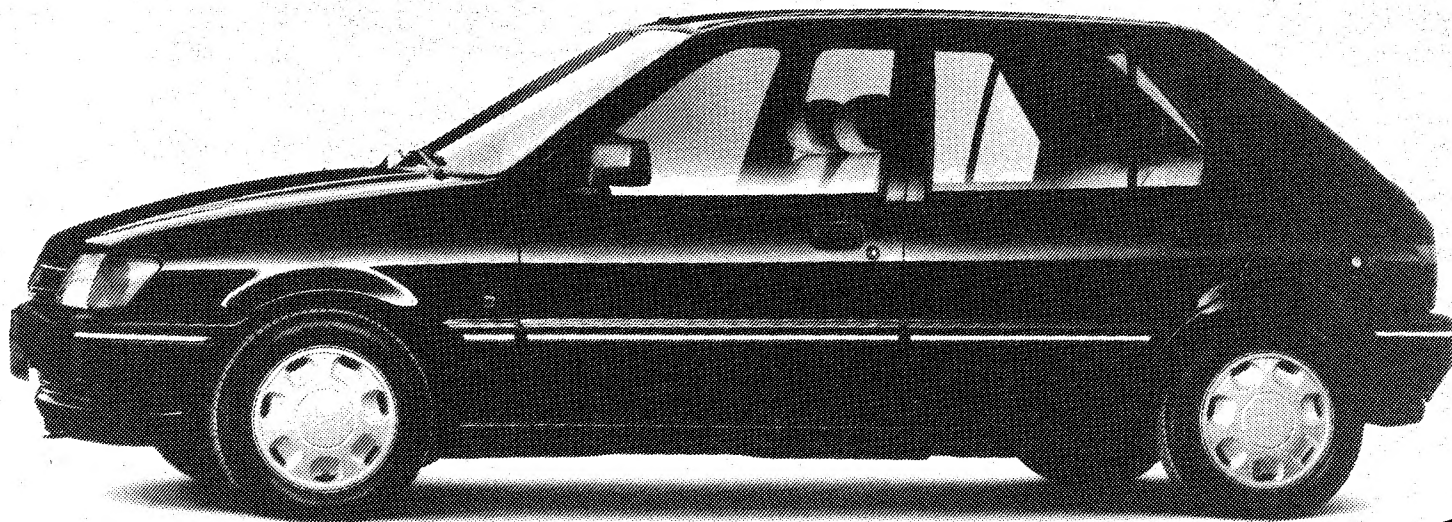
E quando a razão concorda com o coração, não há forma de resistir ao Fiesta.

Será o melhor pequeno carro do mundo?



Esta prenda de aniversário é limitada ao modelo Fiesta 1.1 CLX, para as unidades compradas de 15 de Março a 16 de Abril de 1990.

Vá já ao seu concessionário Ford!



Hoje é dia de Fiesta! Um Amor em crescendo...

Encargos anuais: Combustível: 107.250\$00; Seguro Obrigatório: 17.003\$00; Impostos: 2.840\$00. (Base 15.000 km/Dez. 89).



QUALIDADE E INOVAÇÃO

FORUM

CARTAS NA MESA

Nomes inesquecíveis do ensino em Viseu

No programa da manhã da Rádio Centro de 16 de Março, que costumo ouvir com interesse, cometeram-se alguns lapsos sobre o ensino no distrito de Viseu, que aqui anoto, aliás perfunctoriamente e sem grandes rigorismos - até porque só conheci ao vivo essa cidade já no final do meu curso, quando ali fui prestar serviço militar, durante a 2.ª Guerra.

O entrevistado era, ao que me parece o dr. Antas de Barros, que citou, *em exclusivo*, como mestres antigos e recentes deste distrito, os falecidos professores Oliveira Salazar e Mário Figueiredo, como exemplos do magistério deste mesmo distrito.

A locutora de serviço não se mostrou conformada com a exclusividade da citação, e trouxe-lhe à memória o nome do grande bispo de Viseu, D. António Alves Martins, e deixou no olvido outros nomes grandes nas letras portuguesas, oriundos desta região ou que aqui exerceram o seu magistério em diversos campos da cultura - a começar, naturalmente, por Aquilino Ribeiro, em cujo mestrado o entrevistado talvez não acredite...

Porque, na realidade, os nomes citados pelo dr. Barros foram ilustres mestres de Direito em Coimbra. Fui ainda aluno do último e tomei conhecimento das qualidades pedagógicas do primeiro, por intermédio do íntegro democrata prof. Teixeira Ribeiro, seu antigo aluno e sucessor na cátedra, que várias vezes o citava nas suas aulas, também exemplares em exposição e pelo interesse que nos sabia despertar e, mais tarde, a nossos filhos. Simplesmente, e com reconhecida perda para o ensino, aqueles dois primeiros professores sacrificaram cedo o magistério à actividade política, como é do domínio público.

Mas, o que mais estranhei na entrevista, foi que um homem político de carreira, ao que parece, e recente, embora depois afastado, governador civil de Viseu e natural, segundo suponho, dessa região, tivesse esquecido - além do grande Aquilino - professores como Tomás da Fonseca e Lopes de Oliveira, o primeiro deles nosso companheiro permanente nesse notável movimento cívico que foi o MUD, que nos havia de levar às grades de Caxias e Aljube, com o «Pai Tomás», já com mais de 70 anos, firme e rijo, como o granito do seu Caramulo. Eram ambos filhos muito queridos do concelho de Mortágua - o único concelho do dito distrito de Viseu que ganhou «oficialmente» as eleições de Humberto Delgado. Não podemos esquecer!...

Mas há, ainda, no magistério e na cidadania, nomes como Flausino Torres, a quem nunca deram, sequer, o estágio, e teve de exilar-se da sua terra de Tondela, para longínquas paragens; como há o capitão Correia, que - com o curso de Artilharia e da Aviação - foi afastado do Exército, para acabar, sem qualquer reforma ou pensão, a vender sapatos por esse País fora. Como aconteceu com o destemido tenente dr. Lopes de Araújo, com o curso de Artilharia, do Estado-Maior e de Matemáticas, desterrado para Timor, como seus irmãos dr. Basílio Lopes Pereira, para o Tarrafal, e o médico Serafim Lopes Pereira, também para Timor. Eram estes homens de Mortágua, da Vila Hirmânia, que exerceram o seu magistério em diversos campos. A história não pode jamais esquecer-se!... Pelo menos, neste nosso concelho, não faltaram mestres da Democracia e da Liberdade. Nós os «históricos», somos incómodos, em nossas recordações, para a gente nova, para certa gente nova, bem amesadada à sombra do Orçamento; somos relegados e esquecidos nas reparações, materiais e morais, que nos são devidas - como sempre fomos - em contraste com os homens da Direita. Mas não deixaremos de proclamar as razões que nos assistem e a justiça que nos é devida, como aos companheiros que ficaram pelo caminho!

Ainda voltando ao ensino: como se compreende que se esqueçam, em Viseu, mestres como o dr. Ribas de Sousa, nosso companheiro do foro, e os nomes de professores como os drs. José Saraiva, José Coelho e outros, por um dito chefe de uma comissão instaladora de um Instituto do chamado ensino superior (?) desse mesmo distrito?!

Embora de minha parte nunca estivesse muito ligado aos *políticos de carreira* de Viseu - já antes da esperançosa madrugada de Abril - não posso deixar de lavar o meu protesto pelo esquecimento ou ignorância por parte de quem não os devia ter. E ele aqui fica exarado, para os devidos efeitos.

Vitor Hugo M. Miragaia, advogado de Mortágua

As reformas que vêm do frio (III)

A CONFUSA IDEIA EUROPEIA

Estava a Europa de Bruxelas entretida com o seu «objectivo 1992» quando se dá o desmoronamento a Leste. A mesma Europa fecha a porta na cara da Turquia - cuja naturalidade europeia sempre fora duvidosa - enquanto prossegue na formação do «Espaço Económico Europeu» de parceria com os sobreviventes da EFTA: Áustria, Suíça, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia.

Mas eis que questões de fundo supostamente enterradas ou adormecidas se colocam inesperadamente, quando se constata que a Polónia, Checoslováquia, RDA, Hungria, Bulgária e Roménia poderão ter destinos próprios, isto é, distintos do grande regaço soviético onde durante quase meio século se albergaram.

Que projecto para esta integração europeia revista e alargada como algumas novas edições? Na nossa perspectiva regional - da Europa do Sul, talvez melhor, da Europa Ibérica - que novas ameaças e promessas se desenham no horizonte?

Aquilo que Merleau Ponty disse do capitalismo poderá afirmar-se com igual ou maior razão da Europa: esta é *confusa*. Já o era a 12, mesmo sem se descobrir que o «mercado interno» estava por fazer; é-o muito mais se juntarmos os grandes desígnios fixados para 92, a cintura dos países da EFTA que se querem também reunir ao núcleo formado sob a égide do Tratado de Roma e, agora, as aspirações irrecusáveis à reunificação alemã, bem como à integração europeia dos países libertos da hegemonia soviética. Por ser confusa, talvez mais confusa do que nunca, a ideia europeia carece por certo de reexame com fundamento nalguns princípios simples.

Um desses princípios assenta numa lógica puramente económica: face aos EUA e ao Japão, como à emergência dos «Novos Países Industrializados» (Coreia do Sul, Taiwan, Brasil, entre outros) a «Europa» necessita de integrar-se mais estreitamente para ser competitiva à escala mundial. De outro modo, entrará num inexorável processo de declínio (como sucede com a Grã-Bretanha e a França, tomadas de *per si*).

O outro princípio - menos convictamente partilhado pelos actores em presença - respeita à coesão interna do espaço europeu. A Europa

mais integrada não é necessariamente menos diferenciada ou mais coesa. E, além disso, se há diferenças indesejadas também há diferenças que cada um quer salvaguardar. O Japão e os EUA são bem mais coesos do que a Europa, e isso em vários sentidos: por exemplo, têm menos desempregados, são mais homogéneos nas culturas e constituem espaços onde um poder político central se afirma muito mais fortemente.

A ideia de integração europeia passa, pois, por certo projecto credível e multidimensional de coesão interna que a integração económica, só por si, estará longe de assegurar.

Estes princípios valem ainda, caso consideremos a Europa alargada não só ao Sul e ao Norte, mas também a Leste?

A Comissão Económica para a Europa da ONU, em estudo recente (incluído no *Economic Survey for Europe in 88-89*), mostra que o alargamento da integração europeia para Sul, provavelmente, se fez a expensas da expansão das exportações da Europa do Leste para a Europa mais desenvolvida, ou seja: de algum modo, parece que (por exemplo) as exportações de têxteis de Portugal e de máquinas de Espanha na direcção da Europa industrializada «substituíram» possíveis exportações dos mesmos produtos oriundos de países como a Hungria, a Polónia ou a Checoslováquia. O mesmo estudo mostra ainda que o último alargamento da CEE, datado, como é sabido, de 1986, determinou substancial acréscimo do investimento estrangeiro na Península Ibérica, particularmente espectacular em Portugal.

Poderá então perguntar-se: como a Europa Ocidental não pode desinteressar-se do regresso desses filhos pródigos à «casa comum», aqueles movimentos de comércio e capital que beneficiaram no passado recente a Europa do Sul irão prosseguir ou, pelo contrário, serão sacrificados às exigências da integração a Leste?

É difícil fazer conjecturas fundadas nestas matérias e seria absurdo tentar «previsões». Mas há algum fundamento para observações simples como as seguintes:

É natural que os «filhos pródigos» atraiam inicialmente volumes consideráveis de ajuda, em proveniência da Europa mais rica, mas é hoje por de mais evidente que (1) a chamada ajuda externa nunca é desinteressada (seja qual for o sistema económico e o

nível de desenvolvimento de quem a concede) e (2) a ajuda não resolve problemas económicos estruturais, a menos que esteja condicionada à execução de políticas económicas «apropriadas». Sem maiores complicações, isto significa que os sistemas económicos da Europa de Leste serão moldados, mais ou menos rápida e eficazmente, pelas concepções de política económica oriundas dos países mais desenvolvidos da OCDE (onde entram também os EUA e o Japão), e não só da CEE. O que também significa, tudo traduzido em miúdos, que o necessário será feito para criar as condições mais favoráveis ao investimento privado estrangeiro. E que, em última análise, será talvez este investimento - por sua vez determinado pelas estratégias das grandes empresas transnacionais (ETN) - o grande motor da nova regulação económica e social (e política?) das economias europeias recém-democratizadas e recém-convertidas à economia de mercado.

Se este cenário é verosímil, assistiremos então, até ao fim do século, a uma grande competição entre a Europa do Sul e a Europa de Leste no sentido de atracção das grandes ETN que, cada vez mais, dominam a evolução da economia mundial, de há três décadas para cá.

E quanto ao resto? Apenas silêncio?

Parece pouco verosímil (embora, sem dúvida, seja desejável) que esta integração europeia a marchas forçadas tenda harmoniosamente para maior coesão económica e social interna, seja na Europa dos 12 ou na versão alargada a Leste. A simples reunificação económica e política da Alemanha, que surge inesperadamente e com urgência na ordem do dia europeia, parece justificar amplo cepticismo sobre tal coesão. Mas se o futuro não é predeterminado e está realmente por inventar, restam-nos confiar nos actores das mudanças em curso, isto é, os europeus.

Que certamente existem, ou a Europa seria colossal petição de princípio.

Mea Culpa

Por erro de que nos penitenciamos (ou por involuntária mas sibilina, se não irónica, interpretação do processo de unificação alemão) publicámos, ontem, na página 19 um mapa intitulado «Cem anos de Alemanha», em cuja última imagem pusemos a RDA na RFA e a RFA na RDA...

Também na página 24, o título da peça principal saiu gralhado. Em vez de «Bispo português lidera projecto televisivo europeu» deveria ter saído, como é óbvio, «Bispo português lidera projecto televisivo europeu». Castigos de Deus...



Mário Murteira

POLÍTICA

Perante o presidente da RFA, Mário Soares alerta

Ajuda ao Leste europeu não deve prejudicar o Sul

O Presidente Mário Soares alertou ontem, durante o discurso proferido no banquete que ofereceu ao seu homólogo alemão federal, que «não deverão resultar prejuízos para as justas expectativas» dos países do Sul e do Ocidente da Comunidade, consequentes da solidariedade comunitária para com o Leste Europeu.

Mário Soares considerou que a manifestação de solidariedade da Comunidade Europeia para com os países do Leste europeu «é necessária», mas entende que deverá processar-se através da «concessão organizada dos meios que lhes permitam suprir as enormes carências com que se defrontam, sem os quais não é possível consolidar verdadeiras instituições democráticas».

Advertiu, porém, que dessa solidariedade «não deverão resultar prejuízos para as justas expectativas que os povos do Sul e do Ocidente da Comunidade depositam nos seus actuais projectos de desenvolvimento acelerado no seio da CEE».

Na opinião do Presidente português, «a profunda alteração da configuração política europeia, a ruptura e o desaparecimento irremediável dos factores tradicionais de equilíbrio que baliçavam as relações internacionais, geraram incertezas e mesmo algum desconforto».

O Presidente da República lembrou que a «unificação» da Alemanha é «um factor chave da nova situação internacional e um objectivo legítimo e natural da parte dos alemães» mas, a par da

«queda dos totalitarismos» e da «unificação alemã», pós em relevo uma «terceira questão prioritária» que é «o aprofundamento da coesão comunitária, com tudo o que isso representa em termos de revisão e aprofundamento institucional».

A resposta para todas estas questões, segundo Mário Soares, passa pela «intensificação e aceleração da construção comunitária, em termos de uma maior unidade política e no reforço da solidariedade entre os seus estados membros».

Soares referiu-se depois à independência da Namíbia, que disse significar «antes de mais nada a derrota dos que pregavam a inaplicabilidade dos modelos democráticos pluralistas fora do continente europeu».

Saudou as «reformas constitucionais» em Moçambique e o processo de diálogo conducente à paz encetado pelo presidente Joaquim Chissano, afirmando-se convicto de que também o presidente José Eduardo dos Santos saberá encontrar no diálogo com o líder da UNITA, uma solução para o conflito e «a tão ansiada reconciliação nacional».

O Presidente da República aludiu ainda às «expressivas vitórias democráticas» no Chile, Brasil e Nicarágua e às políticas de «desbloqueamento interno» do presidente sul-africano Frederik De Klerk.

Ontem à tarde, depois de uma visita ao Castelo de S. Jorge, que os seus antepassados há oito séculos ajudaram a conquistar, o presidente Weizsaecker foi recebido na



Weizsaecker recordou o terramoto de 1755 e o incêndio do Chiado de há dois anos

Câmara Municipal de Lisboa.

Na primeira recepção a um chefe de Estado estrangeiro, depois da sua tomada de posse, Jorge Sampaio classificou o presidente da RFA como «um símbolo da luta contra a divisão da Europa», acrescentando que «ninguém melhor do que o homem que durante tanto tempo governou uma cidade dividida por um muro intransponível, que viveu os dramas e angústias desta divisão, compreende o significado e importância da construção de uma Europa solidária».

O presidente alemão federal, por seu turno, destacou a importância das trocas comerciais entre os dois países, num discurso pleno de referências históricas.

«Ao longo dos séculos, os

alemães têm acompanhado com interesse, e por vezes com preocupação, a evolução do destino dos portugueses», disse Weizsaecker, aludindo ao terramoto de 1755 e ao incêndio do Chiado em 1988.

Aos portugueses, o presidente da RFA pediu «apoio e compreensão para o novo capítulo da história alemã», aberto com a queda do muro de Berlim, considerando que, tanto Lisboa como Berlim, têm «óptimas perspectivas» de desenvolvimento futuro e participação activa na construção europeia.

Entretanto, o ministro alemão federal dos Negócios Estrangeiros, Hans Dietrich Genscher, teve uma audiência com o Cavaco Silva, durante a qual analisaram a nova situação na Europa.

No final, Genscher declarou que «um desarmamento radical é praticamente a chave para a unificação europeia e a unificação alemã».

Cavaco Silva concorda com essa visão do problema, referindo ao seu interlocutor que «agora são necessários passos decisivos no domínio do desarmamento».

Mas, tal como o Presidente da República afirmaria à noite no seu discurso, o primeiro-ministro português frisou que a Comunidade Europeia e a Europa em geral não devem esquecer a necessidade de prestar apoio ao Sul em desenvolvimento, posição que Hans Dietrich Genscher disse partilhar também e sublinhar.

A.V.

Instituto pede inquérito ao Governo

O Conselho Directivo do Instituto do Trabalho Portuário, ITP, solicitou ao secretário de Estado dos Transportes Exteriores a instauração de um inquérito ao alegado desaparecimento de 84 mil contos naquele instituto.

Esta tomada de posição surge a propósito de algumas notícias que há alguns dias foram postas a circular comprometendo o ITP e a sua direcção no desvio de dezenas de milhares de contos. Um elemento do Conselho Directivo afirmou ao DL que «não tem qualquer conhecimento de tal facto» e propõe-se «fazer a devida participação à Polícia Judiciária». Na sequência destes procedimentos, não exclui a possibilidade de «procedimento judicial contra os órgãos de informação implicados».

As acusações vindas a público relacionam-se com o processo de licenciamento de trabalhadores portuários, desenvolvido em Janeiro passado. O licenciamento envolveu a atribuição de indemnizações e reformas antecipadas, sujeitas a bonificações.

Cada trabalhador recebeu assim 3 250 contos de indemnização, importância negociada entre os sindicatos e as empresas portuárias, mais uma reforma que varia entre os 100 e os 300 mil escudos.

Fontes contactadas pelo DL afirmam que o eventual desaparecimento dos 84 mil contos parece estar relacionado com este processo de licenciamento, nomeadamente com indemnizações suplementares de técnicos de colocação, uma categoria de topo no âmbito do trabalho portuário.

Porém, pelo que apurámos, nem o Instituto do Trabalho Portuário recebeu aquela quantia, nem o respectivo Conselho Directivo a teve em seu poder. Resta agora aguardar os resultados das investigações da Polícia Judiciária.

Portugal reafirma apoio aos PALOP

O ministro português da Juventude, Couto dos Santos, disse em Cabo Verde que o Governo português se «baterá sempre, em todas as instâncias internacionais» a favor da cooperação com o Terceiro Mundo. «O apoio aos países do Leste não deve prejudicar o apoio Norte / Sul», acrescentou aquele responsável.

Couto dos Santos saudou as mudanças em curso nas nações africanas de língua oficial portuguesa e destacou, neste âmbito, o papel de Cabo Verde cujas autoridades se pronunciaram recentemente a favor do pluripartidarismo.

Hopffer de Almada, ministro cabo-verdiano da Informação, Cultura e Desporto, sublinhou as boas relações entre os dois países.

Durante o segundo dia da visita a Cabo Verde, Couto dos Santos visitou os principais órgãos de informação locais e ao fim da tarde encontrou-se com o secretário-geral da Juventude Africana Amílcar Cabral, José Maria Neves.

Descobrimientos e cooperação

Entretanto, o presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos, integrado na comitiva de Couto dos Santos, Vasco Graça Moura, assina hoje com as autoridades cabo-verdianas um acordo de cooperação, ao abrigo do qual será encomendado a João Cutileiro um padrão assinalando a passagem de Pedro Álvares Cabral pelo arquipélago.

O acordo prevê também o restauro da antiga capitania dos portos do Mindelo, ilha de S. Vicente e a sua transformação em Museu do Mar.

Vasco Graça Moura informou ainda que Portugal e Cabo Verde vão propor à UNESCO a criação de uma nova categoria histórica intitulada «Itinerário Cultural da Humanidade», ligando pontos geográficos e «lugares simbólicos da memória humana». A ideia deverá ser apresentada pelos dois países no futuro Centro para o Diálogo Norte/Sul.

O caminho «cultural da humanidade», iria, segundo o comissário para as comemorações dos Descobrimientos, de Sagres a Macau, passando por Angra do Heroísmo, Cidade da Ribeira Grande (Cabo Verde) S. Salvador da Baía, Cabo da Boa Esperança, Ilha de Moçambique, Mombaça, Goa e Malaca.

Jantar do Conselho da Europa

RTP responde a Belém

A RTP enviou uma carta de resposta ao chefe da Casa Civil do Presidente da República a propósito dos protestos de Mário Soares, pelo facto da televisão não ter divulgado no passado sábado imagens do jantar oferecido por Soares aos participantes na reunião do Comité de Ministros do Conselho da Europa.

O Presidente da República incumbiu Alfredo Barroso de apresentar ao director de Informação da RTP o seu desagrado pela omissão. O chefe da Casa Civil enviou no sábado uma carta à televisão portuguesa e cópias

ao Governo e à Assembleia da República.

A RTP noticiou, contudo, o acontecimento, recorrendo a imagens do palácio de Belém e de Mário Soares.

Na resposta formal da direcção de Informação são explicadas as razões da ausência da RTP na cerimónia e é sublinhado o facto de apenas uma das sete televisões europeias, que reportaram a reunião do Conselho da Europa, ter registado o jantar em Belém. O director de informação da RTP, Manuel Ricardo Ferreira, salientou ao DL que apenas a TVE apresentou vinte segundos de

imagens do jantar. No Jornal de Domingo foram passadas essas imagens, pedidas a Televisão Espanhola.

A RTP não vê assim motivo para que a Presidência da República tenha tomado esta atitude, entretanto tornada pública, nem para que Mário Soares tenha subalternizado a estação portuguesa face a do país vizinho.

«O assunto está a ser demasiado empolado e julgo que da parte de Belém terá havido alguma precipitação neste caso», concluiu aquele responsável em declarações ao DL.

J.R.



Vítor Alves

Civitas quer convencer cidadãos dos seus direitos

Dar aos cidadãos a noção dos direitos que as leis vigentes lhes conferem e ao mesmo tempo a hipótese de os defenderem através da consciência colectiva da importância de cada um no conjunto social é, no dizer de Vítor Alves, o primeiro objectivo da Civitas - Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos dos Cidadãos, uma estrutura já reconhecida pela Federação Internacional dos Direitos do Homem (FIDH), desde Julho do ano passado.

A FIDH é uma organização não-governamental acreditada junto das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da UNESCO.

Militar de Abril, ex-ministro e ex-conselheiro da revolução, Vítor Alves conseguiu juntar na direcção da Civitas gente de formação tão diferente como Helena Cidade Moura, Teresa Costa Macedo, Fernando Amaral e Magalhães Mota, vice-presidentes, com Carlos Crujeira e Miguel Rodrigues Bastos no estatuto de vogais.

Como presidente da direcção da Civitas, Vítor Alves encontrou o máximo denominador comum

entre sectores ideologicamente distantes que, à esquerda e à direita, pensam que «os portugueses não se preocupam muito com os seus direitos; nem sequer com a sua defesa».

E neste caso, parafraseando o cabeçalho do «Canard Enchaîné», pode dizer-se que os direitos apenas se gastam quando não se usam. Daí, talvez, o desgaste dos nossos, ainda tão novos.

Os núcleos foram sonho

Tudo principiou a tomar forma quando, em 1987, um grupo de cidadãos começou a reunir-se para discutir a situação dos Direitos do Homem em Portugal, País condenado à eterna meninice da nossa jovem democracia dos discursos, neste caso sujeita a uma prova geral de acesso à cidadania de todos os que a integram.

O objectivo era, nessa altura, a criação de núcleos destinados a assumirem, no plano local, tanto a «acção pedagógica que leve a colectividade a assumir o significado e a importância dos direitos consignados na Constituição», como a

«denúncia pública de qualquer marginalização ou obstrução a esses mesmos direitos».

«Entusiasmados, constatámos que a ideia colhia grande receptividade. Preocupados, constatámos aquilo que todos sabemos: uma sociedade civil altamente desmobilizada e desmotivada», reconheceu recentemente numa reunião o próprio Vítor Alves.

Questionado pelo «DL» sobre a eventual duplicação das funções da Civitas e os da Provedoria de Justiça, Vítor Alves limitou-se a assinalar, na lista das três centenas de cidadãos que fundaram esta estrutura nova, o nome do próprio provedor de Justiça, Ângelo Almeida Ribeiro.

Os estatutos da Associação para a Defesa e Promoção dos Direitos do Cidadão estavam prontos em 22 de Março de 1988. «Mas devido a uma daquelas ironias em que o Estado português é pródigo, bem justificativa da necessidade da nossa existência, só a 12 de Abril de 1989 conseguimos finalmente assinar a escritura de constituição da Civitas», recorda Vítor

Alves.

Nessa altura, a premência de um «núcleo duro», como usa dizer-se, ultrapassava a miragem dos núcleos regionais. E é a partir desse «núcleo duro» que a mensagem dos direitos de todos é levada a cada região de Portugal.

A mesa do plenário da Civitas é presidida por Vítor Melícias, integrando ainda Nuno Grande, Vasco Vieira de Almeida e Nuno Fisher Lopes Pires, sendo o conselho consultivo encabeçado por Vítor Sá Machado. A comissão de fiscalização tem à frente António Costa Leal, com António Arnaut e José Eduardo Sanches Osório como vogais.

É interessante ver o rol de sócios fundadores, uma lista que o espaço de um jornal impede. Quase sempre se zangaram, em termos e tempos mais ou menos conturbados. Mas dão, nos termos do art. 5º dos Estatutos, uma garantia: «A Associação não tem carácter confessional e é independente do Governo, dos partidos e de quaisquer movimentos cívicos e políticos.»

J.I.

na EUROPA-AMÉRICA

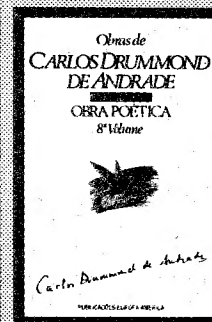
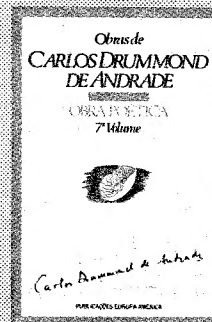
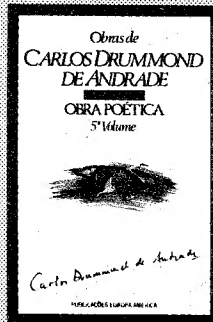
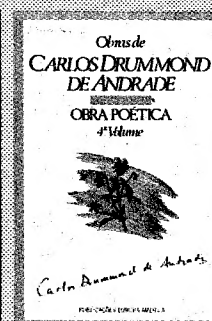
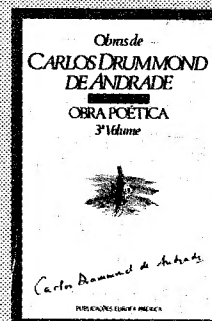
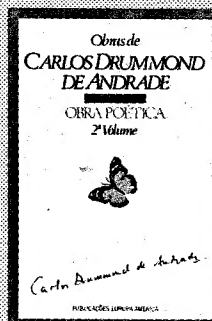
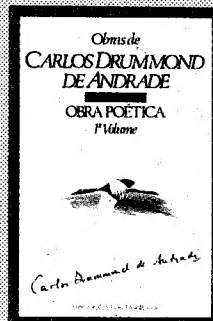
1945
1990
45
ANOS

toda a
OBRA POÉTICA DE

CARLOS
DRUMMOND
DE ANDRADE

“UM DOS MAIORES POETAS
DO MUNDO CONTEMPORÂNEO”

Diário de Notícias



encontra-os nas boas livrarias

Homenagem a Nuno Simões

Nuno Simões, figura da Primeira República e da oposição antifascista, político, jornalista e jurista, vai ser homenageado este ano, por motivo da passagem do centenário do seu nascimento.

Nuno Simões está de algum modo ligado a esta casa. Foi director do jornal «A Pátria», de onde haveriam de sair os fundadores do «Diário de Lisboa»: Joaquim Manso, Artur Portela, Afonso de Bragança e Norberto Lopes.

Ministro de várias pastas nomeadamente do Comércio, Comunicações e Transportes até 1926, Nuno Simões consagrou a sua actividade aos assuntos económicos e sociais e, desde os tempos em que frequentou a Faculdade de Direito de Coimbra, escreveu sobre literatura, arte, política e economia em diversos jornais, sobretudo em «O Primeiro de Janeiro». Em «A Pátria» começou Vitorino Nemésio a colaborar regularmente na imprensa de grande expansão, e destacaram-se desenhadores e cartoonistas como Cristiano Cruz, Jorge Barradas, António Soares (autor do logotipo do «DL»), Almada Negreiros e Stuart Carvalhais, futuros introdutores e mestres do Primeiro Modernismo. Foi também neste jornal que Nuno Simões contribuiu decisivamente para a realização, nos princípios da década de 20, dos primeiros congressos regionalistas, de significado fundamental para a descoberta e aprofundamento



Nuno Simões

das potencialidades dos Açores e da Madeira e, assim, para a defesa e valorização do património histórico e artístico.

A Nuno Simões deve-se ainda o grande impulso para a cooperação intelectual, política e económica com o Brasil, na sequência da campanha encetada, no fim da monarquia, por Consiglieri Pedrosa e, no começo da República, por João de Barros e João do Rio, na revista «Atlântida».

Implantada a ditadura em 28 de Maio de 1926, Nuno Simões foi combatente antislazarista e acabou por ser demitido da Função Pública em 1935, na «lista dos 33». Consagrou-se então à consultadoria jurídica e econó-

mica de bancos e empresas de Portugal e Brasil, sem nunca interromper, até à morte, em 1975, a colaboração regular em jornais e revistas.

Para homenagear Nuno Simões está em formação uma comissão de honra e uma comissão executiva. O secretariado, já em funcionamento, trabalha em cooperação com autarquias do distrito de Lisboa, do Minho e de Trás-os-Montes, devendo toda a correspondência ser-lhe dirigida para Avenida Duque de Loulé, 77, 1000 Lisboa, em nome de Comissão de Homenagem a Nuno Simões. O contacto pode ser ainda estabelecido através do telefone 530171, do telex 13773 ou do telefax 55 75 96.

POLÍTICA

Enquanto propõe discussão do OE por sectores

PS conclui programa de governo

É hoje entregue ao Secretariado Nacional do Partido Socialista a primeira versão da «Plataforma de Governo PS» para as próximas eleições legislativas.

O documento que será o próximo programa de um executivo socialista - em ordem à votação para o Parlamento a designar no ano que vem - entra assim num processo de sucessivas apreciações, não apenas por instâncias partidárias, mas também por parte de independentes e da opinião pública em geral.

Este programa foi elaborado, pelo menos na sua primeira versão, por Jorge Sampaio, Almeida Santos, Joaquim Mestre, António Guterres, Jaime Gama, Ferro Rodrigues, António Barreto, Jardim Fernandes e Martins Goulart, os dois últimos representando Açores e Madeira, onde o partido de Alberto João Jardim e de Mota Amaral entrou em perda de velocidade.

Em quatro fases

A apreciação desta primeira chega a um programa de governo vai ser seguida de mais três etapas, depois de analisado pelo Secretariado Nacional.

Durante um mês, militantes socialistas e outros cidadãos chamados a pronunciarem-se vão avançar sugestões e críticas, através dos meios tidos por convenientes.

Será o conjunto das ideias recolhidas que, a seguir, a Comissão Política, consagrará em documento destinado ao Congresso de Maio, no Porto.

Quanto à moção a apresentar por Jorge Sampaio ao Congresso Nacional, são ainda prematuras quaisquer previsões. Fonte autorizada do PS considerou fantasiosas as antecipações vindas a lume quanto à síntese estratégica

que o secretário-geral do PS vai levar ao Congresso do partido. Existe já, note-se, uma proposta de moção que as altas esferas socialistas mantêm no segredo dos deuses.

Por iniciativa de Jorge Sampaio, o eurodeputado do PS Luís Marinho vai ser proposto para uma vice-presidência do Grupo Socialista do Parlamento Europeu. Será João Cravinho o autor formal da sugestão.

Esta acção terá lugar em Bruxelas, onde o aludido Grupo se reúne numa das suas habituais sessões plenárias mensais.

OE discutido por sectores

O Partido Socialista apresenta esta tarde na Assembleia da República um projecto de lei de enquadramento orçamental cuja grande novidade é o facto de advogar a discussão do Orçamento de Estado por sectores.

A introdução de princípios de «maior rigor e transparência» é o que caracteriza o conteúdo do projecto a apresentar à mesa do Parlamento.

O projecto socialista visa clarificar as fronteiras entre os poderes de aprovação da Assembleia da República e de execução do Governo, alargando o espaço de intervenção do Governo na gestão orgânica das despesas públicas e responsabilizando o Parlamento pela definição dos objectivos programáticos da despesa.

O diploma estabelece ainda que a acção fiscalizadora do Parlamento seja exercida na discussão e aprovação da conta geral do Estado, «o que não tem sido feito até agora, mas que o PS pretende que seja feito ainda este ano em relação a 1989», sublinhou uma fonte socialista.

«O projecto do PS pretende que seja imperativa a apreciação do Orçamento do Estado por sectores, levando a que, por exemplo, o Parlamento aprove determinada verba para a Educação e que esta seja depois distribuída organicamente pelo Governo», explicou a mesma fonte.

Em suma, maior exigência de informação e transparência no Orçamento do Estado é, afinal, o que o PS procura com esta sua iniciativa.

Direitos de autor em revisão

O Código dos Direitos de Autor e os direitos conexos estão a ser objecto de discussão no plenário da Assembleia da República por iniciativa do Governo, do PS e do PCP.

O Governo apresentou uma proposta de lei e PS e PCP entregaram cada um o seu projecto, defendendo os três diplomas a alteração do respectivo Código, já que a versão actual não é compatível com o princípio geral da não discriminação devido à nacionalidade.

As restrições contidas no Código, consideradas incompatíveis com o Tratado de Roma (criação da CEE), são objecto de alteração nas três iniciativas, embora os projectos do Partido Socialista e do Partido Comunista Português proponham outras alterações.

O PCP propõe uma defesa mais eficaz dos direitos protegidos pelo Código e define «mais rigorosamente as actividades puníveis no domínio da pirataria».

Para o PS, trata-se de «procurar o justo equilíbrio entre os direitos de autor, morais e patrimoniais, e o direito fundamental de livre acesso dos cidadãos a todas as manifestações culturais».

Governo de Macau já sabe

Chineses têm medo da «nova» TDM

Os chineses receiam que o aumento do sinal dos canais de rádio e televisão de Macau torne incontrollada a partir de Maio a sua programação junto de uma vasta audiência do delta do rio das Pérolas. Representantes das autoridades da República Popular da China pretendem, por esse motivo, ter conhecimento antecipado do conteúdo da programação da Teledifusão de Macau - rádio e televisão. Esta disposição foi formalmente transmitida ao director executivo da TDM, K. K. Leung, e é já do conhecimento do secretário-adjunto para os Assuntos Económicos de Macau, Murteira Nabo, responsável pela tutela da empresa.

O empenho das autoridades chinesas em controlar a programação e informação que possa eventualmente chegar ao delta do rio

das Pérolas foi manifestado aos responsáveis da TDM através dos escritórios da agência Nova China em Macau. A entrada em serviço do novo sinal dos canais de rádio e televisão de Macau está prevista para o próximo mês de Maio.

Considerando a necessidade de ver garantida a objectividade da produção da TDM, os responsáveis da Nova China pretendem passar a dispor de um conhecimento atempado do conteúdo da programação da televisão, pelo menos uma semana antes.

Fontes da empresa disseram à Lusa em Macau que este conceito se aplicaria, numa primeira fase, apenas à televisão. Só mais tarde seria alargado aos canais português e chinês de rádio em que a TDM opera no território.

TAP — AIR PORTUGAL TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, E.P.

N.º Contribuinte 500278725
Matriculada na Conservatória
de Registo Comercial de Lisboa
sob o n.º 81

Aeroporto da Portela
1704 LISBOA CODEX

Capital Estatutário 12 006 035 853\$50

PAGAMENTO DE JUROS OBRIGAÇÕES TAP/85

Comunica-se que de acordo com as condições de emissão inicia-se no dia 2 de Abril próximo, o pagamento do cupão n.º 9 do empréstimo obrigacionista em referência, e cujo valor é o seguinte:

Juro ilíquido por obrigação	Esc. 87\$50
Imposto de Sucessões e Doações	Esc. 4\$375
Juro líquido por obrigação	Esc. 83\$125

OBRIGAÇÕES TAP/86

Comunica-se que de acordo com as condições de emissão inicia-se no dia 2 de Abril próximo, o pagamento do cupão n.º 7 do empréstimo obrigacionista em referência, e cujo valor é o seguinte:

Juro ilíquido por obrigação	Esc. 97\$50
Imposto de Sucessões e Doações	Esc. 4\$875
Retenção na fonte de IRS/IRC	Esc. 9\$75
Juro ilíquido por obrigação	Esc. 82\$875

O pagamento dos juros será efectuado nos seguintes locais:

— Na Sede da Empresa — Edifício 25 — Aeroporto da Portela, das 10 horas às 12 horas de 2.ª a 6.ª-feira.

— Nas seguintes Instituições de Crédito:

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
BANCO FONSECAS & BURNAY
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Lisboa, 12 de Março de 1990.

O Director-Geral de Finanças,
A. Brasão Antunes



O ministro da Administração Interna presidiu esta manhã às cerimónias comemorativas do 14º aniversário do Corpo de Intervenção da Polícia de Segurança Pública. Este corpo policial assume-se como uma unidade preparada para acções de manutenção da ordem pública e o combate a situações de violência concertada

INTERNACIONAL

EUA reforçam ajuda militar à UNITA

Dois navios de grande porte descarregaram no porto de Matadi, no Zaire, entre os dias 27 de Fevereiro a 3 de Março, grande quantidade de material bélico destinado às forças da UNITA, revelaram fontes angolanas à agência Lusa.

Segundo as mesmas informações, este é considerado um claro indício do empenho dos Estados Unidos em reforçar o abastecimento militar à UNITA como forma de aumentar a capacidade de resistência dos rebeldes ao ataques das tropas do Governo de Luanda, numa altura em que a época das chuvas poderá estar prestes a terminar. Taticamente, o fim das chuvas permitem uma maior margem de manobra às tropas governamentais, com uma força bélica assente numa estrutura logística pesada e complexa, considerada como uma das grandes debilidades do exército angolano, as FAPLA.

Um dos navios, segundo os elementos que dispõem os serviços secretos angolanos, teria pavilhão israelita.

Entre o material descarregado e introduzido em Angola, entre os marcos 14 e 15 da fronteira angolana com o Zaire, na região de Maquela do Zombo, contam-se 87 jipes munidos de auto-metralhadoras, entre outros equipamentos militares.

Esta informação vem complementar uma outra proveniente de Kinshasa, que afirmava há dias que «diariamente três Toyotas todo o terreno estão a ser apetrechados» na capital do Zaire para serem entregues à UNITA.

Este fornecimento tem permitido aos rebeldes angolanos reforçar as suas iniciativas militares no Norte de Angola. Ainda recentemente foram ocupadas, durante algumas horas, localidades como Sanza-Pombo, Calandula e Golungo Alto,

em acções militares consideradas espectaculares destinadas a «dar nas vistas». O incremento das acções militares da UNITA no Norte tem-se salado pela destruição de diversos objectivos económicos bem como a sabotagem de várias pontes.

Abrir novas frentes

Segundo informações obtidas ainda pela agência Lusa, os serviços secretos angolanos estarão na posse de elementos «fidedignos» de que a UNITA prepara uma grande acção para ocupar militarmente a cidade do Negage, na província do Uíge e muito próximo da fronteira, zairense.

Estas informações são de alguma forma corroboradas por alguns indícios, nomeadamente a violação do espaço aéreo angolano por aviões em missão de reconhecimento.

As acções da UNITA surgem precisamente numa

altura em que, tudo indica, as iniciativas diplomáticas com vista ao cessar-fogo se intensificam, e poderão ser um claro indício de que o líder dos rebeldes, Jonas Savimbi, não está disposto a negociar em posição de aparente desvantagem militar. Savimbi tem afirmado ultimamente que quaisquer negociações ou tréguas militares não darão fruto enquanto os combates no Sudoeste de Angola não chegarem a uma fase decisiva.

E uma forma de enfraquecer a pressão das FAPLA no Sudoeste angolano poderá ser - como aliás era já previsível há algum tempo - através da multiplicação de acções militares noutras regiões do país, nomeadamente no Norte e nas regiões limítrofes de Luanda, multiplicando assim as frentes de combate do exército angolano.

Redacção DL/Lusa

B R E V E S

O discurso do rabi

«Alguns são um pouco melhores, outros são um pouco piores, mas são todos laicos, sem tradição, nem passado». O rabi Eliezer Shach, de 96 anos, falava perante dez mil pessoas num estádio de basquetebol, em Tel-Aviv e o seu discurso era acompanhado por estações de televisão de todo o mundo e centenas de jornalistas, a par e passo. É que Shach é o líder do partido religioso ultra-ortodoxo «O Estandarte do Tora», cujos dois deputados poderão ser fundamentais para definir se o próximo Governo israelita será liderado pelos trabalhistas ou pelos conservadores do Likud.

Pinochet de volta?

Vários observadores temem que o general Pinochet volte a intervir activamente na vida política chilena se houver novos atentados contra militares ligados ao golpe que em 1973 derrubou Salvador Allende, como o que na semana passada feriu gravemente o general Gustavo Leigh. Embora tenha entregue o Poder a Patricio Aylwin há dez dias, Pinochet continua como comandante-chefe das Forças Armadas.

Greve de transportes em Madrid

Depois de 12 dias de paralisação dos autocarros, hoje foi a vez do Metro de Madrid iniciar uma greve de 11 dias que promete tornar caótica a circulação na capital espanhola. A greve foi convocada pela CGT (de tendência anarquista) que reivindica um aumento salarial de 9 por cento e uma redução de 30 minutos na jornada de trabalho.

Eleições no Zimbabué: requiem por uma democracia

«Requiem pela democracia» é como estão a ser analisadas pelos observadores as eleições que amanhã se efectuam no Zimbabué, sobre algumas emendas a efectuar à Constituição do país e que poderá culminar na instalação do poder do partido único, marxista-leninista, conforme o desejo do presidente Robert Mugabe.

«A oposição é um luxo demasiado caro» para um jovem país. Mugabe parece de facto decidido em levar estas suas palavras até ao fim, 10 anos depois da independência do seu país e quando em África vários países se iniciam, paulatinamente, num amplo processo de reformas políticas.

Aquando da visita do ministério dos Negócios estrangeiros soviético, Eduard Shevardnadze, a Harare, Mugabe entendeu por bem dar-lhe algumas lições sobre a *perestroika*, sublinhando o facto de ela não ter sido uma vitória do capitalismo sobre o socialismo. Agora, o presidente do Zimbabué decide remar contra a corrente. Não que o pluripartidarismo fosse uma prática corrente no país. Longe disso. E frequentemente a oposição, liderada por Joshua Nkomo, da ZAPU, foi acusada de conspiração contra o Estado, um pretexto utilizado várias vezes para isolar o movimento. É os entendimentos possíveis foram, na maior parte das vezes,



Robert Mugabe

sinónimo de aglutinação mais do que propriamente a criação dentro do partido no poder de correntes de opinião. Económicamente o país encontra-se numa posição bastante difícil. Em 1980, o crescimento económico ultrapassou os 12 por cento. Em 1981 rondou os oito por cento. Em 1984 baixou para três por cento. Em 87, registou um crescimento de zero, reconhecido oficialmente.

Mugabe não se demove. Tentando recuperar o apoio que tem vindo a perder junto dos seis milhões de camponeses (numa população de nove milhões) tem ultimamente vindo a prometer «um programa revolucionário de reforma agrária, distribuindo a terra sem restrições», se obtiver nas eleições de

amanhã a maioria de dois terços necessária para alterar a Constituição.

Mugabe decretou ainda um aumento dos salários no país, considerada uma manobra mais que evidente para conseguir um maior número de votos. É que o partido único também tem os seus luxos...

Contudo, o presidente Zimbabueano tem opositoristas de peso, para além dos seus tradicionais inimigos pré-independência, os mudersados Ndabaningi Sithole e o bispo Abel Muzorewa lideram grupos de resistência. O seu antigo ministro, Edgar Tekere, 53 anos, que tem vindo a acusar o Governo de corrupção e de minar a democracia, fundou o Movimento de Unidade dos Zimbabué (ZUEM) para o enfrentar nas eleições, com bom apoio dos estudantes. Mas a figura de Tekere é suficientemente intimidatória para Mugabe para o levar a afirmar que está informado sobre o apoio dos funcionários ao ZUEM, ameaçando-os com o despedimento depois da eleições.

Numa altura em que a Namíbia, o mais jovem Estado do continente, se decidiu por aprovar uma Constituição, considerada das mais avançadas de África, Mugabe decide entrar num processo diferente, mesmo diametralmente oposto. Ter-se-á Sam Nujoma convertido aos luxos do capitalismo?

Redacção DL/ Manuela Ferrelra - Lusa



O PCP E A SITUAÇÃO NA NICARÁGUA

DIA 27/3 — 21 HORAS

HOTEL BERNA

(AV. ANTÓNIO SERPA)

DEBATE COM:

Joaquim Miranda
Miguel Urbano

DORL DO PCP

INTERNACIONAL

O Presidente lituano, Vytautas Landsbergis, manifestou hoje o temor de que as intervenções de forças soviéticas, para desalojar soldados desertores refugiados em hospitais, sejam já o início do uso da força por Moscovo

Lituânia pede ajuda ao Ocidente

O Presidente lituano, Vytautas Landsbergis, afirmou hoje temer que Moscovo tenha decidido usar a força contra a sua república rebelde do Báltico e pediu ajuda ao Ocidente.

O apelo é contido numa comunicação a jornalistas em Vilna, capital da Lituânia, após pára-quedistas soviéticos terem ocupado a sede do Partido Comunista e outras forças terem detido desertores do exército refugiados em hospitais.

Landsbergis disse que os comentários de ontem, do Presidente Mikhail Gorbachev, de que a força só seria utilizada caso estivessem em perigo vidas de civis, implicavam uma mudança básica das atitudes do Kremlin.

«Por outras palavras, a força será utilizada, porque eles próprios podem muito facilmente criar este perigo», disse Landsbergis.

«Colocamos esta questão às nações democráticas: estará o Ocidente novamente disposto a vender a Lituânia à União Soviética?», acrescentou.

Landsbergis afirmou que as Forças Armadas soviéticas tinham obviamente sido já autorizadas a utilizar a violência, o que fizeram ao entrar num hospital psiquiátrico de Vilna antes do alvorecer, detendo desertores lituanos do exército e ferindo alguns deles.

«A noite passada, um hospital foi atacado, foi derramado sangue e várias dezenas de pessoas foram raptadas», declarou.

Em Kaunas, segunda cidade da Lituânia, «pára-quedistas forçaram também a entrada num hospital, cortaram as ligações telefónicas e detiveram vários pacientes», acrescentou.

«Até agora não houve reacção do Ocidente», notou.

De referir que ontem o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Iuri Kaschlev, afirmava em Lisboa que a União Soviética está disposta a aceitar a autodeterminação das suas repúblicas, ao abrigo dos direitos constitucionais, uma vez estabelecidos os procedimentos legais para tal processo.

Kaschlev, que falava na Universidade Lusíada, perante uma assembleia de dezenas de estudantes, professores e jornalistas, referiu que a Constituição soviética já reconhece tal direito, mas sem estabelecer os passos necessários para um processo que considerou «complexo».

Soldados e polícias espancados

No hospital psiquiátrico de Vilna, uma enfermeira disse que cerca de uma dúzia dos mais de 30 desertores ali refugiados conseguiu fugir e que os outros foram espancados pelos seus captadores.



Uma mulher gesticula, furiosamente, durante uma manifestação de russos residentes em Vilna, contra o separatismo lituano

«Esmurraram-nos», disse a enfermeira, referindo-se aos soldados soviéticos que atacaram o hospital, escusando-se a revelar o seu nome. «Tive medo que disparassem sobre mim», acrescentou.

Uma fonte do Ministério do Interior e um jornalista referiram que dois polícias lituanos também foram espancados pelos soldados soviéticos quando tentaram intervir.

Uma equipa da rede de televisão norte-americana ABC que chegou ao local na altura do ataque, foi mantida sob ameaça de armas e obrigada a entregar a cassetes de

vídeo.

«Apontaram-nos as armas e disseram-nos para não nos mexermos», declarou Andrzej Lewandowski, um dos elementos da equipa.

Horas depois do ataque ao hospital psiquiátrico de Vilna, um funcionário hospitalar afirmou que ainda havia soldados nas instalações: «Andam de um lado para o outro nos corredores, indo e vindo de junto das janelas. Deixam toda a gente trabalhar normalmente e as pessoas podem entrar e sair livremente. Não sei mesmo o que estão aqui a fazer.»

A administração norte-

americana advertiu ontem, pela primeira vez, a União Soviética para as consequências que a utilização de força militar na Lituânia poderá provocar nas relações entre Washington e Moscovo.

A porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, disse que «novas acções» soviéticas na Lituânia «não reduziram a tensão» e poderiam originar «repercussões internacionais adversas», para além de «poderem ser contraproducentes» para as relações entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Redacção «DL»/Lusa/AFP

Thatcher acusa Kohl

Tal como a Hidra de Lerna, a questão da fronteira germano-polaca, delimitada pela linha Oder-Niesse, não morre facilmente. Quanto mais se fala nestes dois rios, mais empolgada fica a questão. Há quem diga que Helmut Kohl, embora tendo a estatura de Hércules, terá mais dificuldade em assumir as suas fronteiras que Hércules a executar os seus 12 trabalhos.

Margaret Thatcher, conhecida pela sua irreverência face aos factos consumados, levantou, ontem, numa entrevista dada a revista alemã-federal «Der Spiegel», uma vez mais, a polémica sobre as intenções do chanceler alemão-federal.

A primeira-ministra britânica afirmou que após um jantar durante a cimeira europeia de Estrasburgo, em Dezembro, ouviu Kohl a dizer: «Não, não garanto nada, não reconheço as fronteiras actuais.» Note-se que este incidente, pouco habitual nas lides diplomáticas, aconteceu três dias antes de um encontro entre Thatcher e Kohl em Cambridge. Estará a primeira-ministra britânica a preparar o ambiente para um encontro explosivo? Não há dúvida que a política inglesa anda a precisar de um pouco de pimenta patriótica. Que o digam os maus resultados dos Tories.

Como não poderia deixar de ser, os serviços diplomáticos de Bona não tardaram a divulgar uma nota na qual se pode ler que Margaret Thatcher tinha citado mal o chanceler alemão. «Não é correcto, nem no conteúdo nem na forma», diz aquela nota.

N.A.

Partiu esta manhã

Primeiro-ministro da Roménia na Transilvânia

O primeiro-ministro romeno, Petre Roman, partiu esta manhã de Bucareste em direcção a Cluj, na Transilvânia, soube a Agência France Presse (AFP), de fonte oficial.

A deslocação de Roman, indicou a mesma fonte, deve-se ao arrastamento da tensão étnica entre romenos e membros da minoria húngara nesta conturbada região do centro do país.

Durante a semana passada, os confrontos na cidade de Tirgu Mures, a 80 quilómetros de Cluj, provocaram três mortos, segundo o balanço oficial, ou oito, segundo as informações recolhidas no local, para além de centenas de feridos.

A visita do primeiro-ministro romeno enquadra-se ainda na abertura da campanha para as eleições em 20 de Maio, anunciada pela FSN no passado domingo.

Roman deverá regressar a Bucareste hoje à tarde. A fonte da AFP desconhece as razões que o levaram a deslocar-se a Cluj, onde a situação permanece calma, e não a Tirgu Mures, onde os habitantes já exigiram a visita dos dirigentes do país.

AFP

Primeira volta inicia batalha de coligações

Conservadores a pouca distância dos liberais nas eleições húngaras

— O resultado final desta primeira volta das eleições húngaras não deverá ser conhecido antes do próximo mês, mas as consequências já estão à vista: a batalha entre os dois partidos mais votados, o Fórum Democrático Húngaro (MDF), e a Aliança dos Democratas Livres (SZDSZ), em angariar uma coligação com o Partido dos Pequenos Proprietários Rurais (FKGP), no terceiro lugar até agora.

Cerca de 64 por cento dos 7,8 milhões de eleitores húngaros compareceram à primeira volta das únicas eleições livres do país desde Novembro de 1945, que determinarão quem se irá sentar nos 394 lugares do Parlamento.

Problemas no sistema informático do escrutínio atrasaram a divulgação completa dos resultados, mas o apuramento de 80 por

cento dos votos já dá uma clara vantagem ao Fórum Democrático, de centro-direita (24,50 por cento), e à Aliança dos Democratas Livres, de tendência liberal (21,18 por cento). A segunda volta eleitoral, em 8 de Abril próximo, desempatará o impasse.

O antigo PC húngaro, no poder até domingo e reconvertido, desde o ano passado, em Partido Socialista, ficou em quarto lugar com 10,65 por cento.

Tanto o Fórum como a Aliança fizeram questão em demarcar-se da hipótese de se coligarem ao impopular passado do Partido Socialista e, ainda ontem, os seus líderes, respectivamente Jozsef Antall e Ivan Petoe, reafirmaram o seu desagrado mútuo em formarem Governo juntos.

Assim, a disputa, agora,

centrar-se na angariação de suporte aos três pequenos partidos que vão garantir lugares no Parlamento, o Partido dos Pequenos Proprietários Rurais, a Federação radical dos Jovens Democratas (FIDESZ) e o Partido Popular Democrata Cristão (CDPP).

Até ao fecho desta edição do «DL», estes partidos detinham, respectivamente, 12,16 por cento, 8,77 por cento e 6,42 por cento dos votos.

O Fórum, que se assume idêntico à União Democrata Cristã da Alemanha Ocidental, tem um aliado natural no CDPP, enquanto a Aliança se diz próxima da política juvenil do FIDESZ.

Para desempatar, só lhes restam as graças dos Pequenos Proprietários Rurais.

Reuter/AFP/Lusa

COTAÇÕES



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48\$10	54\$10
ALEMANHA FED. (marco)	87\$20	88\$40
ÁUSTRIA (xelim)	12\$40	12\$60
BÉLGICA (franco)	4\$020	4\$270
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	127\$15	129\$65
(notas de 5 a 1000)	127\$65	130\$15
DINAMARCA (coroa)	22\$90	23\$30
ESPAÑA (peseta)	1\$329	1\$449
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	149\$70	153\$20
(notas de 5 a 1000)	150\$20	153\$70
FINLÂNDIA (marka)	37\$00	37\$60
FRANÇA (franco)	25\$90	26\$60
HOLANDA (florim)	77\$50	78\$60
IRLÂNDIA (libra)	23\$805	23\$805
ITÁLIA (lira)	\$108	\$123
JAPÃO (iene)	\$917	\$972
NORUEGA (coroa)	22\$60	23\$10
REINO UNIDO (libra)	242\$50	247\$00
SUÉCIA (coroa)	24\$20	24\$70
SUÍÇA (franco)	98\$40	99\$90
VENEZUELA (bolívar)	2\$785	3\$585

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
- 2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

INTERNACIONAL

Tudo move e oscila nas duas Alemanhas, o coração geográfico - pelo menos geográfico - da Europa. Saber o que a opinião pública pensa no Leste, prever o que acontecerá às duas economias, isso e tanto mais faz tremer os especialistas. Só não treme Kohl, a quem se chama, com alguma simpatia, o «Elefante»

A economia e a opinião pública são areia movediça nas Alemanhas

Nem os institutos de inquéritos à opinião pública ocidental se entendem, ainda, sobre como actuar na RDA, nem os economistas do Ocidente, alemão ou não, conseguem sentir-se a pisar terreno sólido quando querem prever o que, a médio prazo, vai acontecer à economia alemã, a capitalista e a ex-comunista.

Aos especialistas de sondagens faltam pelo menos três dos seus pilares fundamentais para a aferição de tendências: dados sociológicos fiáveis, comportamentos anteriores, linhas de estabilidade. Esta terá sido uma das razões por que falharam tão clamorosamente as previsões feitas sobre os resultados das eleições na RDA.

Os factores subjectivos

Toda a máquina previsiva, que no Ocidente funciona geralmente em pleno, tropeçou, certamente, nos dificilmente quantificáveis factores subjectivos fortes, actantes na República Democrática Alemã: a dupla



Um guarda da RDA, em Novembro passado, no ponto de passagem «Ostpreussendamm», em Berlim. As flores nos canos das espingardas são prenúncio de confusão

culpabilidade dos alemães do Leste (primeiro nazis, depois estalinistas); a sua cândida ignorância do que é o ritmo de crescimento económico

numa economia de mercado; a mistura de patriotismo com a destruição da sua pátria (patriotismo alemão, destruição do país soberano

RDA); o agravamento da mitificação do Ocidente perante o vazio ideológico subitamente criado; o meio recalque das desilusões futuras já vagamente entrevistas; a repentina erupção da ambição individual livre, depois de tantos anos de uma noção de progressão colectiva; o medo de perder o alegre comboio que arrancou tão rapidamente e o medo de perder o passado...

Sobre esta areia tão movediça, os economistas avançam com as cautelas de gato sobre brasas. Só políticos como Kohl, mestre de oportunidades, podem projectar grande segurança sobre como vai ser tudo.

O fabuloso meio por cento

Num ponto, porém, os economistas parecem confiantes: em resultado do afluxo de refugiados do Leste à RFA, é previsível que o crescimento económico na Alemanha Ocidental, em 1990, seja da ordem dos 3,5 por cento, quer dizer mais meio por cento do que antes se calculara. E meio

por cento de aumento do crescimento económico num país como a RFA é, pelo menos, fabuloso.

Só o resultado deste afluxo de refugiados do Leste à RFA pode ser seguramente quantificado, dado o conhecimento concreto do que é a economia alemã ocidental. A curto prazo, esse resultado reflectir-se-á, sobretudo, num aumento da procura e em agravado défice do orçamento do Estado, sobrecarregado pelo apoio aos refugiados. Por outro lado, o crescimento imediato da oferta pode ser avaliado tendo em conta que o capital real disponível será provavelmente aplicado mais intensivamente, pois esse afluxo de refugiados diminuiu as carências de que a economia da RFA sofria, em termos de efectivos de trabalhadores especializados, e agora deixou de sofrer, com esta injeção do sangue novo que lhe veio do Leste. Daí que seja previsível um aumento da produtividade. Acresce que o Governo de Bona deverá aumentar as suas

despesas no sector público, em favor dos refugiados, especialmente nos sectores da Saúde, da Administração e da Educação, reforçando o poder da procura.

Efeito multiplicador

É óbvio também que, uma vez bem definidos, na RDA, o estatuto da propriedade, as regras da economia de mercado, o uso regular do «Deutschemark» e o novo sistema fiscal, a interacção das duas economias alemãs poderá produzir um efeito multiplicador do crescimento económico alemão geral, conseguindo-se enfim na RDA — se se conseguir — ganhar um dos grandes desafios hoje lançado a políticos, a economistas e a empresários: a passagem relativamente rápida e indolor de uma economia socialista planificada a uma economia de mercado.

O chanceler Kohl aceitou o desafio e corre para o ganhar, com o seu passo de elefante acelerado.

Paulo David

As sete grandes passadas do chanceler Kohl

Durante o encontro que, na semana passada teve, em Bona, com jornalistas portugueses, o presidente Weizsäcker, ao iniciar a resposta a uma pergunta sobre a unificação alemã virou-se, primeiro, para o seu acessor diplomático e perguntou: «Teremos um novo Governo em Berlim lá para a semana, não é?» O diplomata fez que «sim» com a cabeça. Esse — o novo Governo na RDA — será o primeiro dos oito passos que a unificação alemã deverá dar, este ano ainda. Seguir-se-ão os restantes sete passos que, em rigor, serão grandes passadas. Mas quem se propôs dá-las é o homem da perna longa, o chanceler Kohl, cuja cabeça se move a quase dois metros de altura sobre o solo.

Por demolição e/ou venda

SEGUNDA PASSADA: Em Abril deverão ser instituídas como Estados as grandes regiões alemãs tradicionais do território do Leste, a saber: Mecklenburg, Saxónia, Berlin-Brandenburg, Saxónia-Anhalt e Turingia (a parte alemã, que

o resto passou para a Polónia após a Segunda Guerra Mundial). Como Estados, essas regiões poderão em seguida pedir a sua integração na federação que é a RFA. E atenção: também em Abril haverá a segunda ronda de conversações dos 2+4 (as duas Alemanhas e os quatro aliados vencedores da Segunda Guerra Mundial), precisamente sobre a unificação alemã. Admite-se que até fins de Abril o Muro de Berlim desapareça completamente, por demolição e/ou venda acelerada dos seus pedaços.

TERCEIRA: Maio. Eleições locais na Alemanha do Leste. Pensa-se que os Governos da RFA e da RDA terão reuniões conjuntas para debater a questão da propriedade privada no Leste, o que arrastará o pesadelo de reprivatizações e indemnizações.

Ponto final no Outono

QUARTA: Junho-Julho. Negociações entre alemães de cá e de lá, com vista à declaração formal, nos primeiros dias de Julho, sobre a unificação dos sistemas monetário e social das duas Alemanhas

e sobre a reestruturação, seguinte, do sistema fiscal do Leste.

QUINTA: Setembro-Outubro. Eleições na RDA já ao nível «estadual». Deverão então ser formados os Parlaamentos e Governos estaduais que depois pedirão a sua adesão à federação alemã ocidental. Também no Outono poderão ser concluídas as conversações sobre a redução das forças militares convencionais na Europa, o que está fundamentalmente ligado ao futuro estatuto militar de uma Alemanha unificada.

SEXTA: Outubro-Novembro. Previsto termo das conversações 2+4 e abertura de nova sessão da Conferência da Segurança e Cooperação Europeias (CSCE). A primeira deverá pôr ponto final nas sequelas legais, nos estatutos contra-natura de territórios e cidadãos, nos labirintos políticos e económicos deixados pela Segunda Guerra Mundial na «Mittle Europa» germânica.

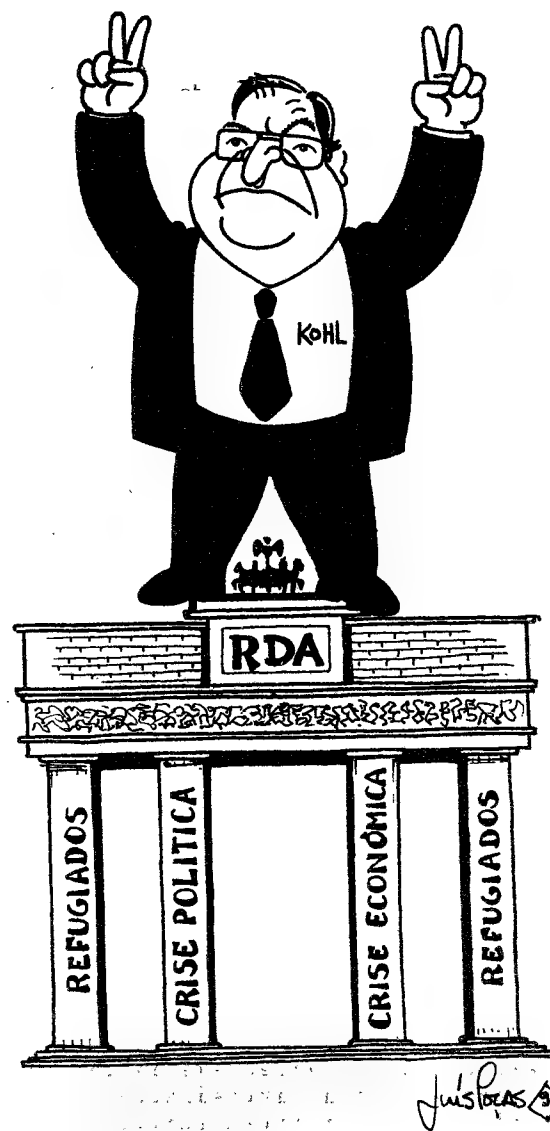
Só que...

SÉTIMA: Dezembro.

Eleições legislativas nacionais na República Federal da Alemanha. Alguns alvitram que Kohl, depois da vitória indirecta obtida na RDA, por muito agitar a bandeirinha da unificação «rápida e boa», poderá perder nas urnas alemãs ocidentais, face a um SPD que se mostra muito mais moderado, promete menos e poderá capitalizar o possível descontentamento alemão federal com os custos que a RFA vai ter de pagar pela tal unificação «rápida e boa». Só que...

OITAVA: ...só que em Janeiro de 1991 poderá ser anunciada ao mundo a Declaração da Unidade Alemã e, depois, realizadas as primeiras eleições legislativas gerais de toda a Alemanha. Aí, Kohl, se tiver sabido gerir no Leste ao menos um brilhante bluff de «milagre económico», poderá voltar a ganhar, no conjunto, graças aos votos de ex-comunistas, hoje ardentes democrata cristãos. Resta saber se essa sua ardência continuará quente daqui a dez meses.

P.D.



QUOTIDIANO

Páscoa sem comboios

O conflito que opõe, há seis meses, maquinistas e gerência da CP não tem fim à vista. O novo período de greves atinge a Páscoa

Passar a Páscoa com a família será este ano mais difícil para quem decidir deslocar-se de comboio: os maquinistas da CP desenvolverão um novo período de greves parciais durante a primeira quinzena de Abril, coincidindo com aquele período festivo. E quem estava a contar estrear a carta de condução nessa altura que tire daí a ideia, pois os examinadores também param.

Castelo Lopes, presidente do Sindicato dos Maquinistas, confirmou ao DL que o novo período de paralisações dos seus associados «nunca será inferior a 10 dias e apanhará a Páscoa».

Os transtornos que essa ação causará aos passageiros é da inteira responsabilidade do Conselho de Gerência, entidade que tem mostrado um total desrespeito pelo público utente, até mesmo na falta de condições do transporte que lhe oferece, considera o sindicalista.

Esta tarde, a direcção da estrutura sindical está reunida em Assembleia Geral com os seus sócios para «fazer o ponto da situação do conflito laboral que nos opõe ao Conselho de Gerência da CP e a auscultar as suas opiniões».

Não será ali que se decidirão as novas formas de luta, segundo Castelo Lopes, pois já na reunião de Fevereiro, realizada no Entroncamento, «os associados mandataram a direcção do sindicato para desencadear as lutas que acharem mais adequadas».

O novo período de greves parciais deverá manter o esquema das anteriores, ou seja, quatro horas e meia no início ou no fim de cada turno.

Na opinião do presidente do sindicato, o conflito, que dura há já seis meses, deverá prolongar-se: «Nós estamos dispostos a negociar e a chegar a acordo, mas este Conselho de Gerência, há um ano demissionário, tem demon-

strado pelas suas atitudes que tal não é possível. E nós não vamos baixar os braços».

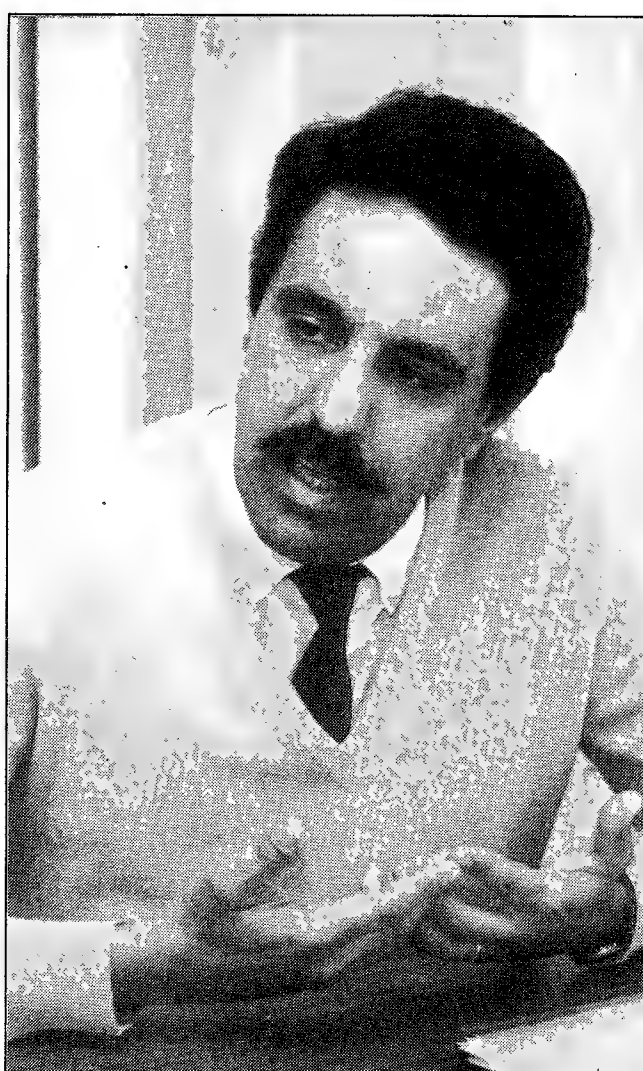
Uma solução, na óptica da direcção sindical, seria a intervenção do ministro da tutela no sentido de substituir os responsáveis pela empresa, o que também não parece realizável, sobretudo depois de Oliveira Martins ter afirmado que o sindicato fez reivindicações de que é difícil agora desfazer-se.

«Essa frase deveria aplicar-se era ao Conselho de Gerência, e não a nós», afirma Castelo Lopes, acrescentando: «Quando iniciámos o processo reivindicativo foi para negociar e não para impor. E exigimos uma correcção salarial relativa ao diferencial salarial e a inflação verificada em 1989, que se traduz em três mil escudos, é uma reivindicação compreensível para qualquer trabalhador».

Também a negociação do regulamento de carreiras e das pré-reformas (já acordadas mas não cumpridas), são, para o sindicato, exigências justas.

Quanto ao compromisso que a gerência da CP assumiu sexta-feira com os sindicatos da UGT de dar pré-reformas a 210 trabalhadores de outros sectores da empresa é visto pela estrutura dos maquinistas como mais uma tentativa de «dividir para reinar. O Conselho de Gerência, em vez de negociar connosco, com quem se encontra em conflito, opta por o fazer com os sindicatos com quem já assinou um acordo, tentando, assim, limitar a nossa capacidade de reivindicação», disse Castelo Lopes.

Mas não é só no transporte ferroviário que existem conflitos laborais. Hoje mesmo os agentes técnicos de viação e os inspectores-examinadores da Direcção-Geral de Viação retomam a greve, que se prolongará até quinta-feira.



Castelo Lopes

A defesa da reestruturação de carreiras é a causa, o atraso nos exames de condução a consequência. A paralisação foi convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que agendou para sábado, no Porto, uma reunião que tem como ordem de trabalhos a «decisão das formas de prosseguimento da luta».

Também os descarregadores de mar e terra do porto de Setúbal estão em greve até sexta-feira. Aumentos salariais de 21,5 por cento, contra os 13,5 da proposta patronal estão na origem da luta. A

paralisação implica a paralisação das cargas e descargas seis horas por dia.

O Sindicato dos Descarregadores acusa as entidades patronais (ANESUL) de «intransigência» e «atitudes ilegais e violadoras dos acordos estabelecidos em matéria pecuniária».

Os trabalhadores ameaçam que se não tiverem uma resposta positiva Abril começará com uma paralisação total, enquanto o presidente da ANESUL afirma que «se não houver paz social, o porto de Setúbal poderá vir a ser um porto seco».

Câmara apressa licença para Euromarché

A Câmara Municipal de Lisboa está a reunir todos os esforços para resolver o mais depressa possível a questão que impediu o hipermercado Euromarché de abrir hoje as suas portas ao público - disse, esta manhã, ao DL uma fonte camarária.

O atraso na concessão da licença de utilização por parte da Câmara está na base deste adiamento. Contudo, a Câmara referiu que tal se deve ao facto de a empresa ter apresentado apenas na passada quarta-feira um projecto de alterações ao já aprovado, o que implicou a solicitação de novos pareceres para além dos camarários -- o dos bombeiros e dos serviços de saúde.

Na cerimónia de inauguração, que se realizou ontem, o presidente da empresa disse que o Euromarché deveria abrir ainda esta semana. No entanto, contactado esta manhã pelo DL, ninguém da empresa soube dar informações sobre a data possível de abertura deste hipermercado.

Trata-se do 73º hipermercado da cadeia Euromarché, com uma área de 21 mil metros quadrados, cujo investimento atingiu já os dez milhões de contos.

B R E V E S

Homenagem nacional a dadores de sangue

Uma cerimónia na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa constitui o ponto alto do Dia Nacional do Dador de Sangue, que hoje se comemora. O Instituto Nacional de Sangue e a Federação Portuguesa dos Dadores Benévolos de Sangue são as duas entidades responsáveis pela iniciativa que pretende homenagear e prestar reconhecimento público a todos os que, num gesto anónimo de solidariedade, colaboram com a dádiva de sangue para a melhoria dos cuidados médicos. Maria Barroso e Cavaco Silva, juntamente com outras individualidades, integram a comissão de honra da comemoração.

Imposto sobre veículos em Maio e Junho

O imposto sobre veículos relativo ao ano de 1990 deverá ser pago durante os meses de Maio e Junho, segundo determinação da portaria do Ministério das Finanças hoje publicada no «Diário da República». São ressalvados os veículos cuja fruição se verifique depois desses meses, em que a cobrança se efectuará antes da ocorrência.

Defensores dos estuários fundam associação

Uma centena e meia de estudantes e investigadores vão fundar a Associação Portuguesa de Estuários e Meios Litorais, com o objectivo de defender essas áreas em degradação crescente e promover o seu desenvolvimento equilibrado. Desde ontem reunidos no primeiro Encontro Nacional de Estuários, os participantes pretendem fazer o ponto da situação actual da investigação estuária em Portugal.

Na sequência de incidentes nas Baleares

Le Patriarche suspende admissão de toxicómanos

Lucien J. Engelmaier, fundador e director internacional de Le Patriarche, anunciou que esta organização de recuperação de toxicómanos suspendeu a admissão de dependentes para fins de desintoxicação, limitando-se a exercer actividades de prevenção e de informação e de acompanhamento e apoio a toxicómanos e portadores do vírus da SIDA.

Esta decisão, que abranje os 220 centros da organização existentes em 17 países da Europa, incluindo Portugal, da América Central e da América do Norte, foi tomada face à detenção de três dirigentes de centros das Baleares, em Espanha, acusados de sequestro por dois jovens italianos recentemente admi-

tidos para tratamento, e à confiscação de bens de um desses centros, donde foram levadas viaturas e todo o dinheiro existente num cofre.

Le Patriarche acusa as autoridades espanholas de terem deixado sem assistência os internados dos centros, entre os quais se incluíam crianças, em consequência da detenção dos respectivos dirigentes, um dos quais, uma mulher, teve de abandonar o próprio filho, ainda bebé.

A organização esclareceu em comunicado à imprensa que a suspensão das admissões de toxicodependentes é uma forma de protesto contra a incompreensão revelada pelas autori-

dades espanholas, que considera influenciadas por uma campanha de descrédito que um jornal de Palma, o «Baleares» tem conduzido contra Engelmaier.

Le Patriarche convocou para ontem à noite uma manifestação em frente do Ministério da Saúde, em Madrid, nas mãos do qual - diz - recaem agora as responsabilidades de cura de toxicómanos e doentes de SIDA antes assumida pela organização.

Poucos internados abandonaram os centros

Em contacto com a Direcção Internacional de Le Patriarche, em Valência, o DL falou

com Diogo Cortês, membro do departamento português da organização, que ali se encontrava e que disse serem em número de várias centenas as pessoas que mensalmente procuram internamento nos centros da organização e cujo acesso é agora inviabilizado pela suspensão das admissões.

A mesma fonte esclareceu que, além dessa suspensão, a direcção internacional de Le Patriarche tinha dado instruções aos seus centros para que deles saíssem imediatamente os internados que o desejassem, acrescentando que apenas um total entre cento e cinquenta e duzentos, dos cinco mil em tratamento, o tinham feito até agora.

Comboio e metropolitano devem privilegiar Lisboa

Perante a necessidade de estruturação do sistema de transportes na região da capital, o presidente do Metro preconiza novos itinerários nas vias férreas

O presidente do Conselho de Administração do Metroropolitano, Consiglieri Pedroso, preconizou a abertura de um quarto eixo ferroviário regional Norte-Sul que, «atravessando a cidade e a Ponte 25 de Abril, se projecte a Norte, na direcção de Loures e a Sul, na direcção de Setúbal». A opinião foi defendida ontem, no 2º colóquio sobre a Área Metropolitana de Lisboa, subordinado ao tema «Transportes e Acessibilidades», no qual o orador sustentou que a estrutura básica do sistema de transportes da região de Lisboa deveria assentar nos modos pesados, ou seja, no caminho de ferro e no metropolitano.

Ao Metropolitano caberá, na perspectiva de Consiglieri Pedroso, fazer a correspondência com o caminho de ferro, entre outros meios de transporte e «garantir uma acessibilidade fácil aos centros históricos de Lisboa, ou a zonas que devam ser preservadas de fortes tráfegos de superfície».

A expansão da rede do Metropolitano, programada para os próximos dez anos, procura atingir aqueles objectivos, «contemplando, com acções prioritárias, a ligação ao Cais do Sodré, o desfazer do nó da Rotunda (Marquês do Pombal) e o prolongamento da rede, a Norte, na direcção do Lumiar e de

Odivelas», disse ainda aquele responsável.

Beneficiários «devem pagar»

O financiamento dos transportes públicos urbanos foi outra das questões focadas pelo presidente da administração do Metropolitano. Neste âmbito, defendeu que «devem ser os beneficiários do transporte público que o devem pagar», ou seja, os utentes, as empresas e outros beneficiários indirectos.

Referindo o caso dos automobilistas, Consiglieri Pedroso salientou que «a circulação automóvel, no que respeita aos transportes individuais, só é possível na cidade

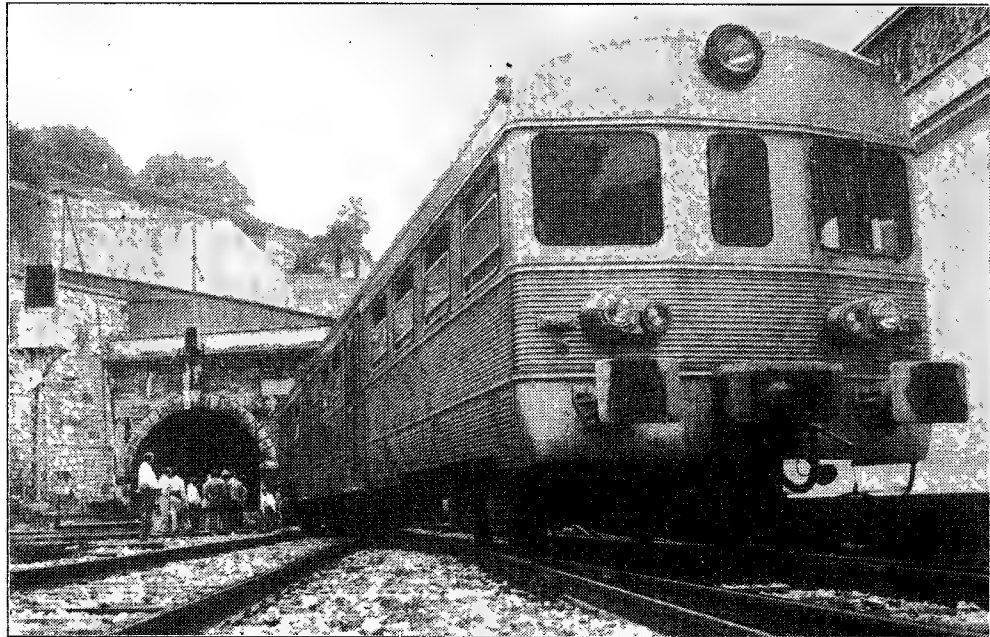
de Lisboa graças à existência de transportes públicos». Considerou, além disso, que sem este tipo de transportes os engarrafamentos seriam constantes, defendendo, por essa razão, que «uma pequena parte das taxas sobre combustível deveria ser afectada ao financiamento dos transportes públicos».

Relativamente à rede viária, destacou «a falta das circulares regionais de Lisboa, cuja prioridade deverá ser assumida com forte vontade política sob pena de comprometer algumas opções relativas ao lançamento de novas radiais de penetração em Lisboa».

Necessidade de plano regional

No colóquio interveio, igualmente, Machado Rodrigues, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, que defendeu a criação, por parte das autarquias da região de Lisboa, de uma estrutura supra municipal que possa garantir «a elaboração e assunção de um plano regional de transportes».

O autarca explicou a sua proposta afirmando que a Comissão Metropolitana de Transportes, prevista na nova lei de bases de transportes terrestres, tem um «carácter predominantemente centralista» e reserva ao poder local «um papel figurativo», o que condiciona o seu poder de resposta aos problemas de transportes da área metropolitana de Lisboa.



Melhoria dos transportes: as intenções



Meira Soares no acto da posse

Universidade do século XXI deve ser instalada em Lisboa

Passados setecentos anos do nascimento da universidade, em Lisboa, «muito bem nos ficaria» que fosse também na capital que surgisse a nova universidade do século XXI. A afirmação é do reitor reeleito da Universidade Clássica de Lisboa, Meira Soares, que ontem tomou posse, numa cerimónia em que estiveram presentes os ministros da Educação e do Ambiente.

Meira Soares, que defendeu um relacionamento com o Ministério da Educação baseado numa autonomia universitária «não independente» do órgão de tutela, destacou as principais linhas de acção que vão reger os próximos quatro anos da vida da Universidade Clássica.

Decisão colectiva e responsável sobre as grandes questões da universidade, autonomia das unidades orgânicas e institutos, reforço das actividades de planeamento, maior intervenção da universidade na área cultural e desportiva e participação de todos os corpos na vida da universidade são alguns dos vectores principais para o programa de Meira Soares.

Referindo-se às alterações introduzidas pela lei de autonomia universitária, o reitor salientou que «se trata de um aumento da responsabilidade que todos nos temos de assumir e que é inerente ao processo autonómico».

Meira Soares acrescentou que compete ao Estado garantir às universidades os meios para o exercício da autonomia. «A instituição universitária não pode viver na incerteza durante anos a fio, recebendo reforços no fim do ano, quando se recebe, e que depois não gasta por falta de tempo», salientou.

A situação de trânsito, dos clandestinos e do estacionamento na cidade universitária, dependentes de acordos com a Câmara Municipal de Lisboa, são alguns dos problemas para os quais se tem que obter uma solução rápida. «Os serviços sociais estão numa situação inaceitável, com residências espalhadas pela cidade, quando há condições para concentrar no «campus» universitário a maior parte dos bolseiros», disse.

Referiu ainda como «preocupantes» a indefinição quanto à atribuição da posse dos terrenos da cidade universitária à Universidade de Lisboa. Segundo o reitor, tal facto só depende do empenho do Governo.

«Por um lado, temos que reconhecer a existência de uma tutela e do seu poder de intervenção, por outro lado a tutela tem que saber limitar-se, respeitando-nos e respeitando o que está legalmente estabelecido sem se intrometer onde não deve e exercendo a sua função orientadora e fiscalizadora nos termos da lei», concluiu.

Informação geográfica tem novo director

O ministro do Planeamento e da Administração do Território, Valente de Oliveira, afirmou esta manhã que está encerrado o ciclo do lançamento das bases da reforma por que estão a passar, em Portugal, a cartografia, o cadastro e a informação estatística ou descritiva georeferenciada.

Este membro do Governo falava durante a cerimónia da tomada de posse do novo presidente do Centro Nacional de Informação Geográfica (CNIG), Rui Gonçalves Henriques.

O novo centro representa o culminar de um processo iniciado em 1986 com a criação de um grupo de trabalho encarregado de constituir o Sistema Nacional de Infor-

mação Geográfica (SNIG), um projecto tutelado pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e subsidiado pela Fundação Americana para o Desenvolvimento.

O CNIG coordenará a actividade do SNIG e estará aberto a todas as entidades produtoras e utilizadoras de informação geográfica. Além de um núcleo central, este organismo disporá de sete núcleos regionais - cinco no Continente e dois nas Regiões Autónomas - bem como uma série de núcleos vocacionados para a informação de âmbito municipal. Toda a informação ficará ao dispor da comunidade científica e tecnológica nacional, assim como dos agentes económicos.



INATEL

NOVO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Avisam-se os sócios e o público em geral que a partir do dia 2 do próximo mês de Abril passam a funcionar ininterruptamente, das 9 às 18 horas, os balcões de atendimento dos seguintes Departamentos, sitos na Sede do Instituto, na Calçada de Santana, 180, em Lisboa:

- Associados e Serviços — inscrição de sócios e pagamento de quotas;
- Actividades Sócio-Económicas — inscrição nos Centros de Férias e Parques de Campismo;
- Turismo Social — reserva em excursões para o país e estrangeiro;

Esclarece-se que a inscrição de sócios e pagamento de quotas podem também ter lugar nas Delegações, Subdelegações, Centros de Férias e no Parque de Jogos 1.º de Maio.

LOTARIA POPULAR

1º - 071266	3 000 000\$00
2º - 130460	750 000\$00
3º - 232057	500 000\$00
4º - 206082	250 000\$00
Terminações em 1266	85 000\$00
Terminações em 266	60 000\$00
Terminações em 460	15 000\$00
Terminações em 057	4 000\$00
Terminações em 082	1 500\$00
Terminações em 11,17,53,60,64 e 76	500\$00



INATEL

ACTIVIDADES CULTURAIS CURSOS DE INICIAÇÃO E FORMAÇÃO

- Tapeçaria Arraiolos
- Pintura
- Cerâmica
- Pintura de Cenários

Início dos Cursos: 7 de Maio
Inscrição até 6 de Abril

INATEL — Calçada de Santana, 180 — Lisboa
Telefone: 53 88 71

Aprende-se uma coisa, perguntam-nos outra, queixam-se os estudantes

A questão não é a Prova Geral de Acesso

José Régio e Fernando Pessoa, em posições, na aparência, diametralmente opostas — as vantagens da leitura e o prazer de mandar um livro às malvas — foram os «patronos» da primeira chamada da prova geral de acesso ao Ensino Superior (PGA) ontem realizada. Embora aparentemente de solução mais facilmente generalizável a todos os candidatos do que a realizada, em primeira edição, no último ano, a prova continua a ser julgada, tanto pelos estudantes como pelos professores e por uma boa parte dos pedagogos, como uma penalização.

São conhecidos os falhanços de estudantes com excelentes provas dadas no correr do ano, não se desconhecem as variações absurdas das provas corrigidas uma segunda vez. E isto consequência da sua falta de rigor, da possibilidade de injustiças e de arbitrariedades que o texto ministerial permite, independentemente da segura boa vontade de acertar por parte dos professores.

O texto de José Régio proposto para o questionário (que representava metade da pontuação possível) foi extraído de «O Grito» e é uma reflexão sobre as vantagens da leitura, as relações do analfabetismo, que pode ser culto, e do leitor que pode ser analfabeto.

Apesar de algumas construções um tanto abstrusas, características de Régio (veja-



Protestar contra a PGA é fácil. Mais difícil é, sem dúvida, demover Roberto Carneiro

se o período: «De facto o é, de leitura difícil), o trecho é de compreensão imediata e o questionário sem grandes complicações, talvez com a excepção de explicar o que o escritor pretende significar com «saber ler é colaborar» ou, última pergunta, atribuir-se um significado ao facto de o autor se dirigir expressamente aos leitores no seu último período.

Os temas para composição baseavam-se numa possível confrontação entre o texto de Régio e o conhecido poema de Pessoa, «Ai que prazer/ não cumprir um dever...». Um

segundo, que partia igualmente de um dos parágrafos de Régio, referia-se ao papel da comunicação audiovisual e a função da comunicação escrita nas sociedades actuais. O último pressupunha a existência de um novo tipo de analfabetismo, perante o actual ritmo da revolução científica. Não se poderá, sem dúvida, afirmar que os temas propostos se afastem muito consideravelmente do que se espera devam ser as questões de certa maneira básicas do homem actual, a que não poderão eximir-se os candidatos ao Ensino Superior. O

problema, contudo, não é esse. O que está em causa é que os alunos se prepararam um ano inteiro em torno das disciplinas do 12º ano; que, possivelmente, um exame nacional (acrescido de um prova específica de língua portuguesa) com a realização de provas específicas de selecção para determinados cursos seria uma solução melhor aceite e menos penalizante.

O problema, porém, não será, sequer, a PGA, mas o tipo de ensino que continua a oferecer-se aos alunos dos cursos secundários. E isso é que está por resolver.

Mais de 80 por cento dos candidatos à universidade decidiram arriscar na primeira chamada da polémica prova de acesso. Resta saber se perdoarão a José Régio. Tal como os críticos que o «DL» ouviu

Uma prova mal amada

«As perguntas e o texto desta Prova Geral de Acesso são interessantes, mas são também pasto ideal para a subjectividade dos correctores» disse ao «DL» Paulo Sucena, dirigente da Federação Nacional dos Professores (Fenprof).

Adriano Moreira, professor do universitário e deputado do CDS tem a mesma posição. É firmemente contra a PGA pois ela «decide, em três horas, uma vida de 12 anos de estudo». Ele considera, também, que o texto de José Régio é de qualidade e as perguntas interessantes, mas defende que «é inadmissível que o Governo estabeleça o que é cultura geral».

Para Pedro Lourtie, também professor universitário, e coordenador da Comissão Instaladora do Sindicato do Ensino Superior, «é pena que, considerando esta prova com pretensões a avaliar assuntos extra-curriculares, se chegue, então, à conclusão que a capacidade de interpretação e de expressão da língua portuguesa não fazem parte dos programas do secundário».

Este docente e sindicalista considera que não há diferenças fundamentais entre esta prova e a do ano passado, e insiste

que a avaliação é necessariamente subjectiva, pondo em desvantagem os alunos que exprimam opiniões diferentes dos professores que a corrigam.

Paulo Sucena, por seu turno, considera que «a Prova não obedece a quaisquer regras científicas para atingir os objectivos para que foi feita». «Não é, portanto, em relação aos temas e ao texto que ponho alguma objecção» afirma este professor do ensino secundário, explicando: «As minhas críticas dirigem-se apenas à enorme subjectividade que uma prova deste género, inevitavelmente, contém».

Mas se nenhum dos entrevistados pelo «DL», logo depois da realização da primeira chamada da PGA, critica a inclusão do texto de José Régio nesta prova, o mesmo não se passa em relação ao de Fernando Pessoa. «Ai que prazer/ Não cumprir um dever/ Ter um livro para ler/ E não o fazer!/ Ler é maçada,/ Estudiar é nada./ O sol doira/ Sem literatura» reza o conhecido poema. «São valores difíceis de analisar, que deixam qualquer estudante perplexo» afirma Pedro Lourtie, temendo que «caso o aluno siga o raciocínio do escritor, venha

a ser prejudicado pelo professor que corrigir a sua prova».

Porém, Paulo Sucena não vai tão longe, mas acha pouco provável que muitos alunos, numa prova que causa tanto nervosismo, tenham a coragem de escolher, entre os três temas, o do poema do conhecido escritor português.

Apesar de fazerem uma análise positiva desta prova, todos os entrevistados discordam da sua existência. O dirigente da Fenprof afirma, mesmo, quer fosse esta ou outra a PGA, a sua posição seria sempre a mesma: «A experiência tem demonstrado que a Prova Geral de Acesso não é correctora, mas sim um pólo de grandes injustiças».

Curiosamente, Adriano Moreira tem a mesma opinião e lembra que «a Lei de Bases do Sistema Educativo diz que deve haver uma prova geral específica, e, no entanto, nem esta Prova Geral é específica nem as provas específicas são gerais». Aliás, o dirigente centrista lança mesmo um desafio: «Se o Estado não tem confiança no seu próprio ensino secundário, o que por si só já é bastante grave, então que faça uma prova geral específica aos alunos do 12º ano».

COMENTÁRIO

Uma cultura infusa

Aparentemente, apenas o Ministério da Educação concorda com as PGA e com o seu prosseguimento. A razão parece implícita numa crítica mais ou menos generalizada a todos os portugueses: «É uma vergonha, mas é verdade: os estudantes universitários cometem erros de ortografia de palmatória, da cultura portuguesa têm uma vaguíssima ideia, ignoram o mundo em que vivem...», etc, etc.» Queixas que se repetem e ninguém ignora.

Seria esta situação, que se reconhece caótica, que teria levado o Ministério a criar mais um «crivo» a acrescentar ao *numerus clausus* já de si um «empecilho» de vulto para milhares de estudantes que pretendem um acesso legítimo ao Ensino Superior.

Uma razão de peso, dir-se-á, mas há razões que se sobrepõem às «boas» razões oficiais. A prova geral de acesso mostra-se duplamente penalizante. Em primeiro lugar, porque os estudantes não receberam um mínimo de preparação específica para a enfrentar; em segundo porque as diferenças de critérios de classificação são gritantes e impossíveis de evitar, já que eles são forçosamente arbitrários.

Não se trata de saber se xis é realmente igual a zero, o que é manifesto, mas de adivinhar o que aquele estudante entende do mundo em que vive. O que, bem se calcula, é tarefa não para 150 minutos, mas para um bom par de semanas.

A verdadeira questão reside no ensino proposto e ministrado nos cursos médios portugueses. Pretende a PGA saber que conhecimentos extra-curriculares possuem os estudantes para estabelecer uma desejada (será desejável?) selecção. É, claramente, um processo elitista, que voluntariamente ignora a explosão escolar provocada pelo 25 de Abril, que esquece que em casa dos pais de milhares de estudantes nunca entrou um livro, que aqueles nunca visitaram uma exposição, e desligam a rádio que lhes proponha música de concerto.

Elitista porque dá maiores aberturas e mais francas possibilidades a um grupo de candidatos de um extracto médio-superior ou até mesmo superior, entre os quais há, em princípio, acesso a todos esses bens culturais, não esquecendo, embora, parafraseando José Régio no seu texto da PGA de ontem, que alguns há «que ficam analfabetos apesar de saberem ler».

Assim, a culpa da desastrosa situação cabe, precisamente, a quem pretende penalizar quem não tem culpa de ignorar o que se lhe pergunta, ou seja, ao Ministério da Educação.

A escola vive fechada sobre si, sobre as matérias propostas pelos programas e, daí, não avança um passo em relação ao mundo real envolvente, ao mundo do quotidiano, que implica em viver hoje e aqui, mas também no passado da nossa memória colectiva, na imaginação do futuro que estamos a construir.

É a escola quem tem que oferecer a cultura aos estudantes, não esperar que estes a recebam infusa, milagrosamente caída dos céus.



Roby Amorim

Rebuçado para cientistas

O Programa CIÊNCIA destina-se à construção de infra-estruturas, formação de recursos humanos e ao lançamento de estudos em Investigação & Desenvolvimento (I&D). O custo do Programa, estimado em 52 milhões e meio de contos, é significativo, mas se pensarmos que o mesmo vai ser desenvolvido em quatro anos e se destina a sete áreas científicas, depressa se conclui que é pouco para as necessidades do país. Segundo José Guerreiro, da Faculdade de Ciências de Lisboa, «o Programa Ciência é como tapar os buracos das ruas de Lisboa sem resolver os buracos dos acessos».

Por outro lado, a maior fatia do financiamento destina-se à criação e reforço de infra-estruturas, 82 por cento do total, facto o que poderá suscitar alguma polémica. Para a formação profissional, onde a capacidade de I&D tem mais carências, apenas estão previstos atribuírem-se cerca de dois milhões de contos, quatro por cento (ver quadro).

No entanto, os investigadores portugueses entendem que se trata de um bom esforço, talvez o melhor realizado em Portugal, um país onde a despesa de I&D é 0,46 por cento do Produto Interno Bruto. Comparativamente aos países da CEE, apenas a Grécia fica atrás (ver gráfico).

Segundo os responsáveis pelo CIÊNCIA, «é o único Programa especificamente vocacionado para o reforço

da capacidade científica e tecnológica, a médio e longo prazo». A sua implementação será feita pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT), sob coordenação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Um dos objectivos é reduzir as assimetrias regionais do sistema científico e tecnológico. Dar-se-á especial relevo às quatro regiões menos favorecidas, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira.

O Programa, a desenvolver até 1993, será lançado em três fases.

A primeira consiste na atribuição de bolsas para mestrados e doutoramentos. A segunda vai contemplar as infra-estruturas e a terceira fase destina-se à investigação.

As áreas privilegiadas resultam de um ajustamento das prioridades do Programa Mobilizador da Ciência e Tecnologia. Fez-se um levantamento das intenções de candidatura junto das universidades, laboratórios de Estado e associações privadas sem fins lucrativos para apurar as necessidades da comunidade científica.

Com forte componente tecnológica, um ponto a merecer algumas críticas, foram distinguidas as seguintes áreas: Tecnologias de Informação e Telecomunicações, Tecnologias de Produção e da Energia, Ciências e Tecnologias dos Materiais, Ciências e Tecnologias de Saúde, Biotecnologia e Química Física, Ciências e Tecnologias Mar-

inhas e Ciências e Tecnologias Agrárias.

Peso exagerado de tecnologia

David-Ferreira, da direcção do Instituto Gulbenkian de Ciência, concorda com aquelas áreas prioritárias «por se tratar de uma divisão quase natural de um país muito atrasado neste campo», mas põe reservas quanto à subdivisão destas. «Não estão contempladas muitas disciplinas importantes. Não se percebe muito bem como foi feita a pré-selecção. É por moda, porque lá fora se estão a desenvolver essas áreas?», pergunta. Por outro lado, entende que se está a dar demasiada importância à tecnologia. «A tecnologia não é uma ciência, é um meio ao serviço da investigação», acrescenta.

Esta questão prende-se com uma outra que tem levantado grandes polémicas. É o facto de se dar demasiada atenção à investigação aplicada em detrimento da investigação fundamental (também chamada de básica ou pura). Para José Guerreiro, da Faculdade de Ciências de Lisboa, «se a política é investir na investigação aplicada isso é tornar Portugal num importador de tecnologia».

Leopoldo Guimarães, director da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, partilha em parte esta opinião. «Há imensas áreas de investigação que devem ser acarinhadas. Mas concordo, também, que não se deve exagerar em qualquer

programa o apoio às tecnologias, que estão muito em moda, nomeadamente as tecnologias de informação. São muito importantes, mas mais importante ainda é a sua utilização. Elas são um meio para atingir outros fins», diz-nos.

Com posição contrária, Azevedo Coutinho, presidente do Conselho Científico do Instituto Superior Técnico, entende que «a tecnologia utiliza os conhecimentos científicos em primeira mão e faz a ponte entre a ciência pura e as necessidades. Por isso, deve-se apostar «na formação de recursos humanos, especialmente nas áreas de ponta. E, nos laboratórios, criar as infra-estruturas necessárias para tornar mais eficazes a utilização dos nossos recursos humanos».

Por seu turno, David-Ferreira contesta: «Insistem alguns nos benefícios económicos que a investigação pode trazer desde que se dê prioridade a aplicações práticas rentáveis. Argumentam que é aí que devem ser feitos os grandes investimentos. No que se refere à ciência dita básica ou fundamental, os argumentos são mais discretos, como se o conhecimento não fosse em si mesmo um valor e não fosse, também, a fonte natural das aplicações».

No entanto, e independentemente destas opiniões, há disciplinas em que se justifica a aposta na investigação aplicada. É o caso das áreas de trabalho desenvolvido no Instituto Nacional Ricardo Jorge (doenças transmissíveis, doenças infecciosas, genética humana, quantidade alimentar e infra-estruturas), como salienta Laura Ayres, acrescentando: «Não discordo de que o país precisa de fazer investigação básica. Mas estamos numa fase em que é preciso apostar na investigação aplicada».

Faltam recursos humanos

A primeira fase do Programa CIÊNCIA destina-se à formação profissional. Todos concordam que esta deve ser a principal aposta. Segundo Leopoldo Guimarães, «neste momento fazem falta recursos humanos, em quantidade e qualidade, para dar mais-valia às verbas da CEE».

O segundo objectivo que a Faculdade de Ciências e Tecnologia espera ver cumprido, prende-se com a existência de «estruturas que



O Instituto Superior Técnico pede um quarto da verba de engenharia

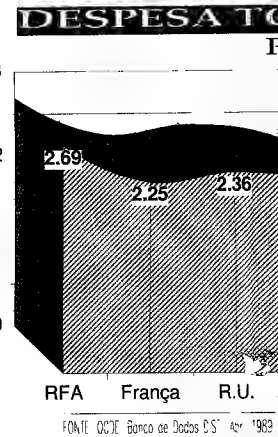
não sirvam apenas grupos sem dimensão para produzirem resultados com valor suficiente para serem utilizados na nossa economia», refere Leopoldo Guimarães, acrescentando: «Deve existir coexistência com os diversos grupos através de estruturas poderosas que permitam a investigação e o desenvolvimento com base em equipas de trabalho que ultrapassem o limiar mínimo, quer em termos de recursos humanos, quer em termos de laboratórios».

Por último, aquele professor entende que «o Programa Ciência deve reforçar uma investigação de base que seja coerente. Não só com os altos desígnios que a universidade deve prosseguir, mas também ser útil às instituições fora da faculdade que não estão preparadas para a investigação básica».

Estes três objectivos correspondem às três etapas do Programa. O problema é a gestão dos meios fi-

nanceiros. Quem é que irá usufruir dos mesmos é a questão por enquanto sem resposta.

Há quem receie que ele apenas venha contemplar certos lobbies da Ciência. Para Laura Ayres, as instituições que estão à frente deste programa deverão garantir a idoneidade da sua



Tipologia das acções e montantes previstos

Tipologia de Acções	Financiamento previsto(*) (milhões contos)
1. Criação e reforço de laboratórios e centros de investigação científica	30,000
2. Modernização e reforço de infra-estruturas de base para actividades de I&D	9,117
3. Criação ou expansão de infra-estruturas complementares de I&D	2,578
4. Programa Integrados de Investigação (PII)	7,490
5. Programas Específicos de Formação	2,110
6. Estudos de viabilidade de actividades de I&D	0,865
7. Acções de apoio à implementação do Programa	0,432
TOTAL	52,592

(*) Cotação utilizada 1ECU=173 esc.

FONTE: Planeamento plurianual das actividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia-Ministério do Planeamento e da Administração do Território(MAPT), 1989

TODO O ATENDIMENTO!
Banix / HONDA
MOTOCICLOS
☎ 23159 / 22194

TODAS AS OFERTAS!
Banix / HONDA
MOTOCICLOS
☎ 23159 / 22194

TODOS OS CRÉDITOS!
Banix / HONDA
MOTOCICLOS
☎ 23159 / 22194

o financiador das actividades de I&D. São 52 mil milhões de escudos em todo momento a aprovação em Bruxelas. A criação de infra-estruturas. Apenas uma fatia mínima à formação profissional e à investigação



o da verba porque, diz-nos Azevedo Coutinho, «é das escolas de engenharia mais importantes...»

é que irá ser distribuída», explicou ao «DL». Por outro lado, espera-se que o Programa seja gerido de uma forma desburocratizada. «Porque se for uma gestão burocrata, as pessoas viram-se para outros lados», diz-nos Leopoldo Guimarães, salientando que neste

mês. Esta é uma das razões por que o Laboratório Marítimo da Guia está a operar na zona costeira, diz-nos Pedro Ré, da Faculdade de Ciências de Lisboa.

A verba atribuída, segundo Azevedo Coutinho, resulta de uma limitação das condições de negociação em Bruxelas. «Em termos do Instituto Superior Técnico, e sem termos exorbitantes no pedido de intenção da utilização das verbas, tínhamos capacidade para atingir cerca de um quarto desse valor», diz-nos, acrescentando para justificar esta posição: «O Técnico é das escolas de engenharia mais importantes e se não há um ajustamento mínimo connosco, penso que isso implica um certo desajuste com a realidade portuguesa».

O problema da inexistência de estudos sobre as necessidades reais do país é um dos principais entraves à investigação. «Se fizesse uma crítica, eu diria que talvez não tenha sido privilegiada a caracterização do país em termos de dados estatísticos a todos os níveis. O que é que é prioritário no nosso país? Não conhecemos o espaço geográfico português», afirma Azevedo Coutinho.

Com a mesma opinião, José Guerreiro dá o exemplo da maré negra na Madeira e pergunta: «Como é que alguém vai pedir uma indemnização se não há estudos sobre o que lá houve? Podemos defender os nossos recursos humanos se não os conhecemos? Isto é tanto mais grave quando, como nos diz Pedro Ré, «temos talvez o estuário menos poluído da Europa, o rio Mira. Somos ainda um país privilegiado em termos de fauna marítima».

Por seu turno, David-Ferreira salienta: «O desenvolvimento da capacidade científica de um país, em termos qualitativos, é isso que interessa, é um processo lento que tem que ser promovido com persistência e continuidade durante várias gerações. Deve apoiar-se numa estratégia global que não resulta simplesmente de somatórios dos programas, projectos e outros investimentos surgidos *ad hoc* e que às vezes só chegam ao conhecimento dos interessados depois de expirados os prazos para concorrerem...».

Céu Neves

Agricultura e a CEE

Investigar é preciso

Ciências e Tecnologias Agrárias é uma das sete áreas prioritárias do Programa CIÊNCIA. Trata-se de uma área tradicionalmente mal contemplada. Há três anos foi, pela primeira vez, incluída no Programa Mobilizador da Ciência. Hoje, ocupa o quinto lugar no conjunto dos investimentos da investigação.

As ciências agrárias - agricultura, florestas, agronomia e veterinária - querem recuperar tempo. A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) pediu às diversas instituições do meio científico que apresentassem projectos. Das mil candidaturas recebidas, 200 pertenciam a este sector. «Há uma certa apatia para realizar investigação agrícola, por razões de atraso, mas mais do que isso sente-se a necessidade de investigar sobre aquilo que se vai produzir. E, aí, não tenho dúvida nenhuma que o papel da investigação vai ser fundamental», salienta Monteiro Alves, vice-reitor da Universidade Técnica.

Portugal tem grandes limitações tecnológicas. A diferenciação de tipos de agricultura coloca problemas ao nível das soluções a adoptar no sistema produtivo. Em 1992, com a plena adesão à CEE, o sector primário vai sofrer a concorrência dos países membros. Daí o grande interesse do Governo, das instituições e dos investigadores em dinamizar esta área.

Nas Jornadas de Ciência e Tecnologia em Agricultura, em 1988, Francisco Avelaz perspectivou, na próxima década, o seguinte panorama para o país: «Um decréscimo acentuado, mas diferenciado, nos preços reais da generalidade dos produtos agrícolas e uma evolução dos preços dos factores com tendência para acompanhar o ritmo da inflação, com as consequências negativas daí resultantes para as rendabilidades absolutas e relativas dos diferentes tipos de sistemas de agricultura que caracterizam actualmente o sector agrícola português».

Segundo Monteiro Alves, «o primeiro passo dos estudos da agricultura portuguesa deve ser a investigação tecnológica

para nos aproximarmos dos países mais avançados. Há quem diga que sem investigação básica não se pode avançar para o resto. Mas isso põe-se muito mais em países desenvolvidos. Quando é preciso saber o que se fazer, por exemplo, na agricultura, eu penso sempre que a tecnologia é mais importante sem, no entanto, não esquecer a investigação básica».

Apostar na qualidade das plantas

Portugal vai ter de responder às novas exigências de uma política agrícola comum. Para Monteiro Alves, existem duas medidas que devem ser adoptadas: reduzir as áreas agrícolas e investir no melhoramento genético das plantas. «Precisamos de melhores plantas e solos para competir com a Europa. Para isso devemos utilizar boas sementes e bons solos. Melhor material biológico vai criar a capacidade de produzir mais quantidade e melhor qualidade», esclarece aquele especialista.

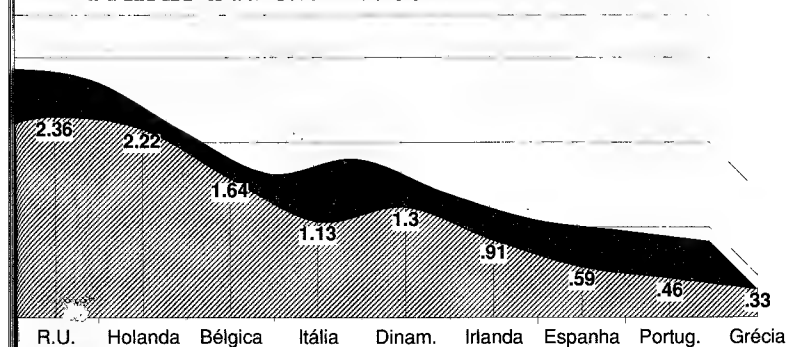
Particularmente vocacionada para esta área existe a Estação Nacional de Melhoramentos de Plantas, com unidades experimentais em Elvas (sede) e Braga. As actividades de I & D estão organizadas em departamentos no domínio do subsector agrícola com particular incidência nos cereais, leguminosas para grão, forragens, pastagens e oleaginosas arvenses.

O investimento crescente nas ciências agrárias é uma realidade. No entanto, como refere Monteiro Alves, há um problema: «Faltam verbas para a manutenção das investigações. Concorre-se a um projecto, consegue-se financiamento e, depois, não há verbas para continuar o trabalho».

As estruturas agrárias têm, actualmente, instituições de investigação sob a tutela dos ministérios da Agricultura, Pescas e Alimentação, da Educação e da Indústria e Energia. A nível da iniciativa privada existem diversas empresas comerciais e uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte (IDARN).

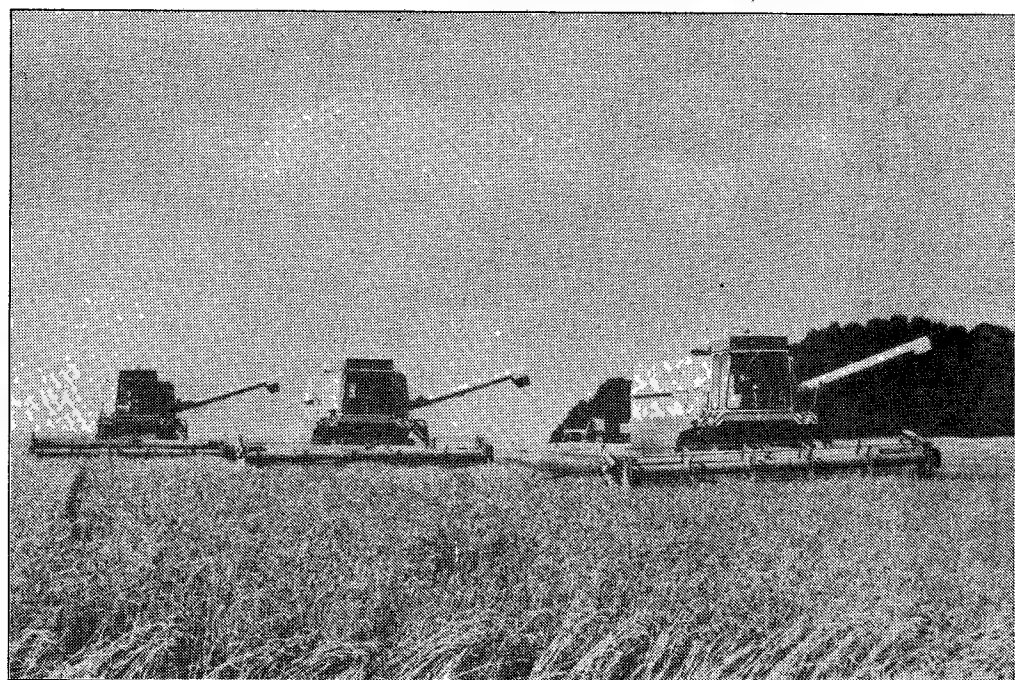
C.N.

A TOTAL EM I&D EM % DO PIB
PAÍSES DA CEE - 1986



o que se volta da anos, dá-nos a capacidade em recursos humanos para concorrer a todos os programas comunitários.

gação como o «Noruega» gasta mais de 500 contos por dia. Para se avaliar um *stock* de peixes é necessário um



Para competir com os nossos parceiros da CEE não basta recorrer às máquinas agrícolas, é preciso utilizar boas sementes e bons solos

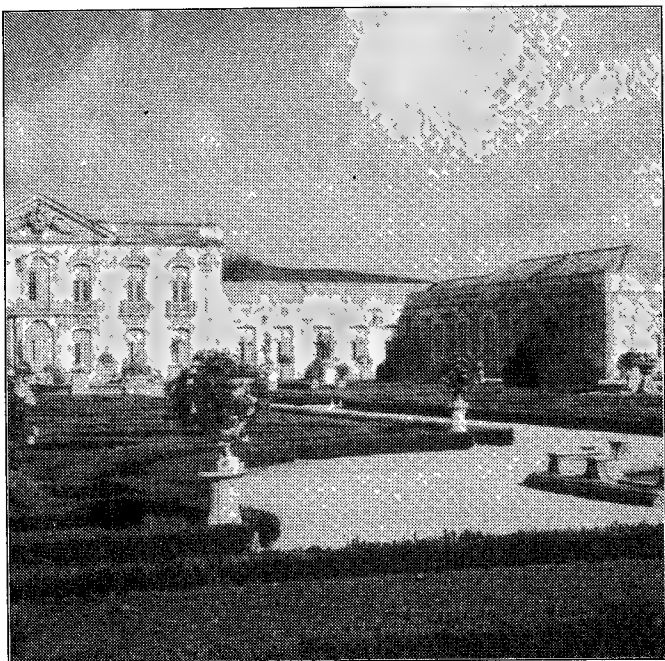
Auto Monumental do Arquivo

S.A.

CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA



O velho palácio ganha agora um novo fôlego. Para que não se repita o que aconteceu nos Jerónimos

Os dois monumentos nacionais que mais precisam de obras são o Instituto de Santo António, em Roma, e o Palácio de Queluz. Por isso, o Conselho de Defesa e Salvaguarda do Património deu «luz verde» para a sua imediata recuperação

Obras no Palácio

No final da primeira reunião do Conselho de Defesa e Salvaguarda do Património, que se realizou ontem no Palácio de Queluz, o secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, anunciou que o Instituto de Santo António, em Roma, juntamente com aquele palácio, vão sofrer obras de «recuperação imediata».

Santana Lopes explicou que esta intervenção imediata naqueles dois monumentos se deve ao facto de se «encontrarem mais carenciados de recuperação patrimonial».

Os meios financeiros indispensáveis para a recuperação daqueles monumentos, disse Santana Lopes, já se encontram assegurados, e também já foram estabelecidos os prazos para a execução deste projecto.

Apesar do secretário de Estado da Cultura não ter especificado os montantes envolvidos na recuperação daqueles monumentos, a conservadora do Palácio de Queluz, Simonetta Luz Afonso, calcula que, só no monumento a que supervisiona, as obras atinjam o valor de 120 mil contos, o dobro das suas receitas em 1989. O Conselho de Defesa e Salvaguarda do Património, disse ainda Santana Lopes, definiu as duas vertentes que lhe dão o nome como prioridades da política cultural do Governo.

Na Agência Lusa

Demissões, despromoções e confusões

O jornalista Francisco Máximo declinou um convite para chefiar a Redacção da agência Lusa, ao cabo de pouco mais de uma semana de experiência das condições de trabalho de que ali disporia.

O afastamento deste profissional veio acentuar a conturbação do ambiente que se vive na Lusa desde a fusão das agências noticiosas ANOP e NP, que lhe deu origem, e em particular desde que a direcção de Informação foi assumida por Eduardo Oliveira e Silva, em princípios de 1988. Foi a partir dessa data que se verificou a debandada da maioria dos jornalistas mais experimentados da casa, com sensíveis efeitos na qualidade do noticiário produzido.

Oliveira e Silva, que recentemente transitou para o principal cargo administrativo da agência, o de presidente da Direcção-Geral, apostara na nomeação para a chefia da Redacção de dois jornalistas, Francisco Máximo, que ocupou idêntico cargo na extinta ANOP e foi até há poucas semanas director da revista «Classe», e Fernando Cascais, responsável da secção de

Desporto da Lusa e professor de Comunicação Social. Francisco Máximo é tido como próximo do PS; Fernando Cascais, comunista. Aparentado no meio jornalístico como elemento afecto à actual liderança do PSD, tal como o seu antigo adjunto e herdeiro da direcção de Informação da agência, Luís Marinho, Oliveira e Silva terá agora de encontrar um substituto à altura de Francisco Máximo para levar por diante um projecto que, segundo muitos jornalistas da Lusa, visa a salvaguarda da sua posição na empresa, na eventualidade de resultados desfavoráveis aos sociais-democratas nas eleições de 1991.

Mais alterações se verificaram na hierarquia da agência, sendo uma a demissão apresentada, e prontamente aceite, do coordenador da secção Nacional, Luís Magalhães, na sequência de um conflito com o sub-director Luís Pinheiro de Almeida. Outra, foi a ascensão do correspondente em Évora, Moleiro da Silva, a chefe da Delegação de Faro, funções em que substituiu Adalberto Rosa, devolvido à condição de redactor. A destituição



O símbolo de uma agência noticiosa que vive um período de grande conturbação

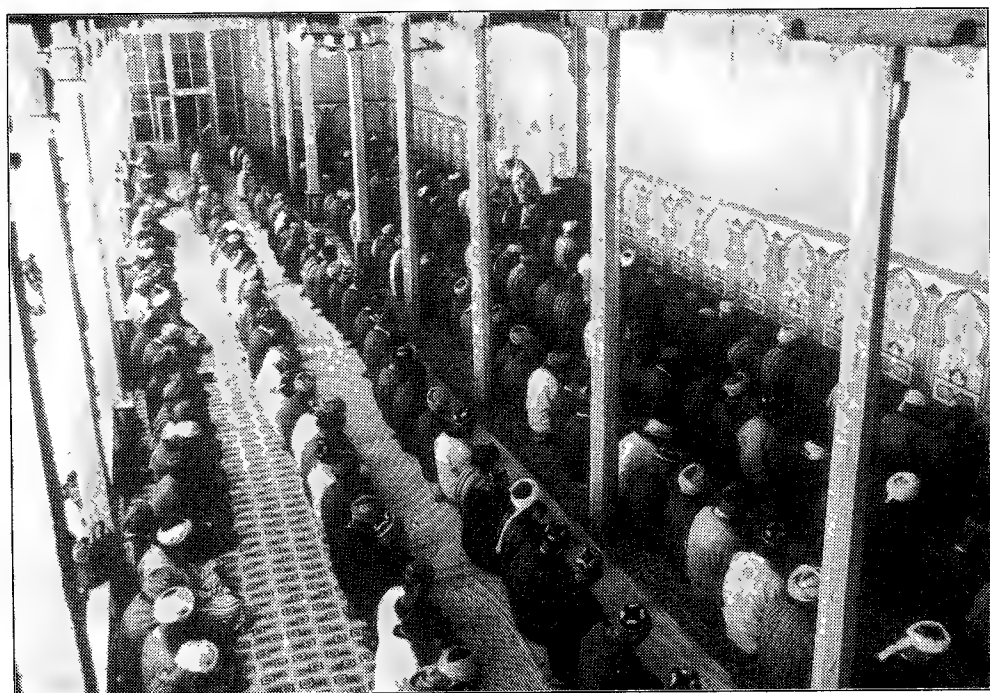
deste jornalista do cargo que ocupava há nove anos ocorre poucos dias após ter sido atribuído à delegação algarvia da Lusa o Troféu Personalidades do Algarve/88, pela acção desenvolvida em prol da região.

Mas a perturbação que se vive na agência estende-se a outros sectores, como o administrativo, onde, após a renúncia da anterior Direcção-Geral, se terá verificado o sumiço de documentos. Estão nesse caso todos os papéis relativos às negociações com o Sindicato dos Jornalistas sobre a renovação das tabelas salariais destes trabalhadores, facto já denunciado em comunicado pelos delegados sindicais.

Pessoa a quem, no interior da empresa, é voz corrente imputar-se a anomalia, o ex-vogal do Conselho de Gerência da NP e da Direcção-Geral da Lusa, Jorge Miranda, tido também como afecto ao partido do Governo, continua no entanto a ser uma presença constante no edifício de Benfica onde funciona desde há um par de anos a agência.

Responsável pela preparação das instalações, Miranda está ligado a um restaurante que abrirá proximamente no rés-do-chão do imóvel, estabelecimento de que é proprietário um seu irmão.

F.B.S.



Para os maometanos abre-se um mês de penitências e orações a celebrar a chegada do Corão

Um mês de jejuns: o Ramadão começa hoje

Ninguém sabe ao certo quantos são, hoje, os maometanos em Portugal. «Uns 5 ou 7 mil», respondem da Mesquita de Lisboa. O seu número, que pouco ultrapassava as dezenas, cresceu profusamente a partir das independências da ex-colónias, sobretudo as de Moçambique e da Guiné.

Quando a Lua surgir, esta noite, no firmamento, essa

comunidade entra no mais solene dos seus meses lunares, o do Ramadão, que certos puristas preferem grafar com Ramadã. Trata-se do nono mês lunar do calendário maometano, e corresponde à data da revelação do Corão, o livro sagrado daquela religião.

Durante todo um mês, até que a Lua volte a ocultar-se, os fiéis observarão jejum to-

tal, até mesmo de água, durante as horas em que o sol imperar. Só poderão alimentar-se e matar a sede, desde que a Lua se erga.

O Ramadão é acompanhado por múltiplas cerimónias religiosas, que a comunidade maometana vai celebrar, na sua Mesquita erguida nas vizinhanças da Praça de Espanha, 850 anos após a reconquista cristã.

Em Elvas

Tribunal julga deserção política

O tribunal de Elvas poderá hoje julgar a sua primeira deserção por motivos políticos, se aceitar a argumentação da Defesa de que o actual psicólogo luso-holandês, Fernando Cunha, desertou em 1970 da sua unidade, mobilizada para a Guiné, por se recusar a participar na Guerra Colonial.

Fernando Cunha, que então era 1º cabo, não compareceu na altura ao embarque da sua unidade e aproveitou uma licença de 10 dias para desertar, fugindo para Paris, onde acabou por obter o estatuto de refugiado das Nações Unidas. Instalou-se depois na Holanda, onde obteve a nacionalidade, mantendo a cidadania portuguesa. Actualmente psicólogo e co-director dum projecto de ensino do português em Amsterdão, Fernando Cunha foi detido em 1988 numa fronteira portuguesa e acusado de deserção, por não se ter apresentado voluntariamente durante o período de amnistias, decretado pelo Governo português para contemplar estes casos. O ex-desertor, que hoje é julgado no Tribunal Militar de Elvas, requer a absolvição invocando a actual Constituição portuguesa.

Esta reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo.

O PARAÍSO A DOIS PASSOS DE LISBOA

OK! Optamos por VALE DE LOBOS! Sim, fica tão perto de LISBOA!

A DECISÃO CERTA! A GARANTIA DO ÊXITO!
Estamos aptos a preparar-lhe o seu CONGRESSO. Confie na nossa experiência!

HOTEL ★★★ VALE DE LOBOS

SEMINÁRIOS • REUNIÕES • CONGRESSOS

VALE DE LOBOS • 2715 SABUGO 9273401 • 9274626
FAX: 9274656 • TELEX: 44564 - VALOBO • P

QUOTIDIANO

Maníacos de Santo António, uni-vos!

Como nasce um «maníaco» de Santo António? Manuela Mota, que teve presente os seus Santo Antónios na 1ª Feira das Manias, organizada pela Galeria Atrium, dedicada àquele santo, explica, em texto que se encontra no local, que para si tudo começou porque a mãe, única católica numa família de ateus, tinha um «fraquinho» muito especial por Santo António. Por isso, o pai ofereceu à mãe uma medalha com o santo e o menino.

Quando a mãe morreu, a medalha passou para uma das filhas. A

partir daí Santo António passou a ser «uma presença constante da nossa mãe», explica Manuela Mota, «de tal modo que cada um dos irmãos mandou fazer uma cópia da medalha». Em momentos difíceis estas medalhas passam para os amigos e já ninguém estranha que «nesta família de ateus se mantenha este apego e ternura a um homem tornado santo».

A organização desta 1ª Feira das Manias, dedicada a Santo António, pertenceu à Galeria Atrium e teve lugar nos passados dias 23 e 24. O

seu principal objectivo era colocar em contacto os maníacos do santo, que a maioria dos portugueses julga tratar-se do padroeiro de Lisboa, substituindo-o, indevidamente, a S. Vicente.

Porquê «mania» e não colecção? A mania falta a sistematização que caracteriza o coleccionismo; o maníaco não deseja, nem precisa, possuir todos os objectos relacionados com o tema pelo qual se sente atraído, explica Isabel Faria, uma das organizadoras da exposição.

Com aquela mostra pretendia-se, também, promover a troca e venda de objectos relacionados com Santo António.

O interessado em iniciar a sua colecção (ou a sua «santíssima mania»...) tinha à escolha algumas dezenas de peças de escultura, pinturas em madeira, registos, medalhas, moedas, pratos de porcelana, responsos, canecas, tronos, postais, azulejos, anéis, livros e serigrafias, todas representando o santo, por preços que oscilavam entre os 235 contos de um Santo António popular do séc. XVIII, em madeira, e os 600 escudos da brochura referente ao programa oficial das festas no Estoril, em Junho de 1964, em honra daquele tão popular personagem, nascido em Lisboa em 1190.

A exposição abrange obras desde o período indo-português (séc. XVII) até à actualidade que são pertencentes, na sua grande maioria, a coleccionadores e, evidentemente, a maníacos, referiu-nos Isabel Faria.

Encontram-se, também, à venda peças de artesanato contemporâneas representando Santo António, umas mais ingénuas, da autoria de Armando Dias, outras, mais elaboradas, assinadas por Maria Helena Cruz.

Dos muitos objectos de colecção, de grande valor (alguns dos quais não estavam à venda), salientem-se um belíssimo retábulo do séc. XVII, um Santo António de madeira



Um maníaco de Santo António?

policroma com menino e mundo na mão, uma imagem indo-portuguesa, de madeira com cabeça, mãos e pés de marfim e um pequeno trono. Refiram-se ainda, pela curiosidade da sua designação e do seu formato, os «bacalhaus», figuras do santo talhadas à navalha e bastante esguias.

A Atrium pensa levar a efeito uma 2ª Feira das Manias dedicada a adereços de vestuário a realizar no átrio do Museu do Traje, no primeiro fim-de-semana de Junho, e uma 3ª, dedicada a objectos relacionados com a escrita, afirmou ao «DL» Isabel Faria.

Mário Rocha



Artesanato contemporâneo da autoria de Armando Dias

Poucos sabem quais são as leis que protegem os mais novos. O «Guia dos direitos da criança» tenta contrariar esta realidade. O ministro da Justiça gostou e, num gesto simbólico, ofereceu uma rosa a um bebé, agradecendo à sua autora

Conhecer para respeitar

No lançamento do «Guia dos direitos da criança» no Palácio Foz, o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, dirigiu-se a um bebé e colocou-lhe uma rosa na mão. Foi um gesto simbólico de apoio a esta iniciativa que comoveu toda a assistência. Cá fora, antes do início da sessão, uma parelha de palhaços fez sorrir os transeuntes. No fim, alguns bateram palmas. Eram velhos e crianças.

Poucas sessões de lançamento de livros tiveram momentos tão felizes. A intervenção do coro infantil da Academia de Stª Cecília e um participante especial na primeira fila, um bebé de meses, deram o toque de pureza e alegria à cerimónia. A sua autora, Aurora Fonseca, podia estar contente.

O Guia apresenta a compilação da legislação portuguesa sobre a criança. O objectivo de Aurora Fonseca, responsável da Comissão da Condição Feminina e membro do Instituto de Apoio à Criança (IAC), é «tornar mais conhecida, usada, consultada e, sobretudo, vivida e aplicada, a lei que existe sobre a criança».

A data de apresentação do livro coincidiu com o sétimo aniversário do IAC, entidade que editou o «Guia dos direitos da criança». Este organismo, presidido por Manuela Eanes, pretende ter o estatuto de «Provedor da cri-

ança» e assumir a defesa dos mais novos, desde o nascimento até ao trabalho infantil e maus tratos familiares.

«Uma dádiva de amor às crianças portuguesas», assim chamou a este livro Manuela Eanes. «Trata-se de um serviço prestado à comunidade, uma exigência de justiça e um grito de amor», acrescentou.

Na cerimónia de lançamento, presidida por Manuela Eanes, intervieram, para além do ministro da Justiça, o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Penada e o juiz desembargador Armando Leandro.

Para aquele juiz é muito importante a divulgação das leis porque a aplicação de qualquer legislação passa pelo conhecimento das normas vigentes. «Os problemas para serem resolvidos têm de ser interiorizados e para serem interiorizados precisam de ser conhecidos», salientou.

O ministro do Emprego e Segurança Social agradeceu ao IAC e prometeu dar alguns meios, recursos e muito entusiasmo para o desenvolvimento das suas acções. De referir que da actividade deste Instituto, destacam-se o «Telefone SOS», serviço destinado às crianças que se encontram sozinhas, e ludotecas, compra de brinquedos para bibliotecas itinerantes e hospitais

Os participantes no lançamento do Guia salientaram que a legislação portuguesa é muito completa. O problema, e aí começa a injustiça, é que nem sempre é respeitada. Por exemplo, em relação à Convenção dos Direitos da Criança aprovada em Novembro, do ano passado, na ONU, Portugal terá de fazer poucas alterações. Mas, a realidade é que direitos como à saúde, educação e ensino são, muitas vezes, colocados em segundo plano. Escolhemos dois artigos que podem ilustrar esta situação.

«Os Estados Parte reconhecem à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou sujeita a trabalhos perigosos (...), artigo 32 da Convenção dos Direitos da Criança. Em Portugal, a idade mínima de acesso ao trabalho é os 14 anos. Esta regra não tem sido cumprida por algumas empresas. O trabalho infantil, com implicações no insucesso escolar, é um dos principais problemas das crianças portuguesas.

«Os Estados Parte reconhecem à criança o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reeducação.

Os Estados Parte velam pela garantia de que nenhuma criança seja privada do direito de acesso a tais serviços de Saúde», diz o



artigo 24 da Convenção sobre os Direitos da Criança». No nosso país, este grupo etário tem as mesmas regalias sociais da população em geral. Apenas os bebés até aos 12 meses de idade estão isentos das taxas moderadoras. Por outro lado, há medicamentos que não são subsidiados pelo Estado e é difícil conseguir uma consulta.

CULTURA

Juntam-se as vozes, hoje, da contestação. Colocados no(s) palco(s) da(s) sua(s) vida(s), os profissionais do teatro esmolam subsídios, doados de modos diferentes, a filhos e enteados.

Para alguns restam as palmas - e a esperança - do Dia Mundial do Teatro

Uma política teatricida

Hoje comemora-se o Dia Mundial do Teatro. Para assinalar a data, o primeiro ministro, Cavaco Silva, preside, às 16 e 30, no Teatro Nacional D. Maria II, à sessão solene das celebrações, onde vão ser anunciadas «várias medidas de apoio ao desenvolvimento do teatro no nosso país». Nessa sessão, quatro dos nossos melhores actores, Eunice Muñoz, Eugénio Salvador, Raúl Solnado e Rui de Carvalho, serão decorados com a medalha de Mérito Cultural, pelo secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes.

Mas a celebração, proposta, inicialmente, pela direcção do Teatro Nacional, como «convívio entre actores e funcionários, convidados de outros Grupos, Companhias e Unidades Produtoras Teatrais, amigos e colaboradores daquela Casa», promete outras surpresas. Irene Isidro, actriz do Teatro Nacional, e um actor (ou mais?) do teatro independente vão ser igualmente homenageados. Luís Miguel Cintra, um dos nomes que, segundo conseguimos apurar, foi inicialmente proposto, terá recusado. Não confirmada, até à hora de fecho desta edição, de acordo com fontes próximas da SEC, a escolha terá recaído em Luzia Maria Martins.

«Migalhas de contentamento»

Tal homenagem, por parte da SEC, tem levantado alguma polémica entre a classe. Descontentes, há muito, com a política teatral, levada a cabo no nosso país, pelos ministérios e secretarias de Estado, os grupos independentes contestam a celebração oficial do dia, sob a presidência do primeiro ministro. Não se sentem apoiados oficialmente e receiam ver neste «súbito interesse», apenas atitudes pontuais, «migalhas de contentamento», sem alterações profundas ou continuidade. Entretanto, o Centro Português de Teatro, organismo constituído, em finais de 1989, com o objectivo de reunir as diversas sensibilidades das gentes do teatro, interlocutor privilegiado entre estes e a SEC, emitiu, ontem, um comunicado,

congratulando-se com a atitude do Chefe do Executivo e considerando-a mesmo «de assinalável significado». «Espera, no entanto», pode ler-se no comunicado, assinado pelo presidente do CPT, Joaquim de Carvalho, «que ela represente um virar de página, mais que uma atitude isolada, e que constitua o primeiro passo de uma nova política teatral, só assim se justificando o clima de festa que se pretende atribuir ao acto».

Como demarcação das comemorações oficiais, onde, apesar de tudo, estarão presentes dois elementos da direcção do CPT, o Centro promoveu, hoje mesmo, às 12 e 30, uma visita-celebração ao Teatro da Taborda, onde será instalada a sua futura sede.

Caso também insólito, neste Dia Mundial, é o facto de que as salas de teatro estarão quase vazias. Por razões que se prendem com os prazos dos espectáculos em cartaz, apenas uma companhia subsidiada, a Comuna, terá as suas portas abertas. Para Joaquim de Carvalho, esta situação é apenas «fruto da política teatricida que a secretaria de Estado da Cultura tem vindo a praticar».

O secretismo como arma

Com os olhos postos uns nos outros, estarão hoje os actores e encenadores do nosso teatro independente. Comemorando o dia, na maior parte dos casos, a trabalhar, quererão saber quem, afinal, esteve interessado em participar nas celebrações levadas a efeito no D. Maria II.

Tudo começa no secretismo que tem envolvido o(s) nome(s) do(s) homenageado(s) do teatro independente. Os restantes agraciados desconhecem quaisquer outras personagens, para além dos quatro inicialmente noticiados. Ricardo Pais, director do Teatro Nacional, confirma a homenagem mas remete a identificação do artista para a secretaria de Estado. Luís Miguel Cintra, «a pessoa mais indicada para tal distinção», na opinião de muitos outros actores da área do teatro independente,

recusa, ao «DL», qualquer depoimento sobre o Dia Mundial do Teatro na passada sexta-feira. Sabe-se que fora, insistentemente, procurado pela SEC no dia anterior.

Ciente da necessidade de assumir uma nova atitude na política teatral, a SEC optou, este ano, por repor a atribuição das medalhas de mérito cultural, distinção criada por Lucas Pires, ministro da Cultura, durante o governo AD, em 1983, agraciamento entretanto esquecido, no que se refere ao teatro, pela secretaria de Estado anterior.

«Não existe política cultural em Portugal». A opinião é de João Mota, mas pode resumir as queixas apresentadas pela generalidade das pessoas ligadas ao teatro. «Os pelouros da cultura são cargos políticos que tornaram a cultura partidária», disse o encenador da Comuna. «O teatro subsidiado em Portugal é um teatro que depende do poder político e este tem uma ideia gestora da cultura», explicou Márcia Breia, da Cornucópia. É que «o teatro mexe com a vida profunda das pessoas e não se compreende que a secretaria de Estado não acarinie, não incentive os grupos a não ser através de cifrões», disse. E adiantou que não fazia muito sentido comemorar o Dia Mundial oficialmente, «já que o teatro não é entendido pelos poderes oficiais como deveria ser». Mas, para Hélder Costa, não se pode atacar apenas este governo, porque a situação já é antiga. «Descobriram de repente que a cultura pode ser um comércio, e que há uma indústria magnífica que é a dos tempos livres», disse o encenador de A Barraca. «Como havia gente a mais», continuou Hélder Costa, «julgo que os governos têm estado à espera a ver quem acaba ou quem desiste».

É também voz comum dizer-se que a anterior titular da secretaria de Estado, Teresa Patrício Gouveia, não ia ao teatro, não gostava de teatro. É também voz comum ouvir-se, em todos os quadrantes políticos, que a única actuação positiva foi a de Lucas Pires. Cândido Ferreira, que recebeu o

prémio Garrett 88 para o melhor actor, com o espectáculo «Comunidade Luís Pacheco», louvou o facto de este ter sabido ser ministro, exigir, obter orçamentos superiores. «Ao menos tinha capacidade de diálogo e sabia o que queria», disse. Rui de Carvalho afirma que, para além dele, «ninguém até agora conseguiu nada, porque a pessoa que lá está tem de gostar das artes».

Os subsídios para 90

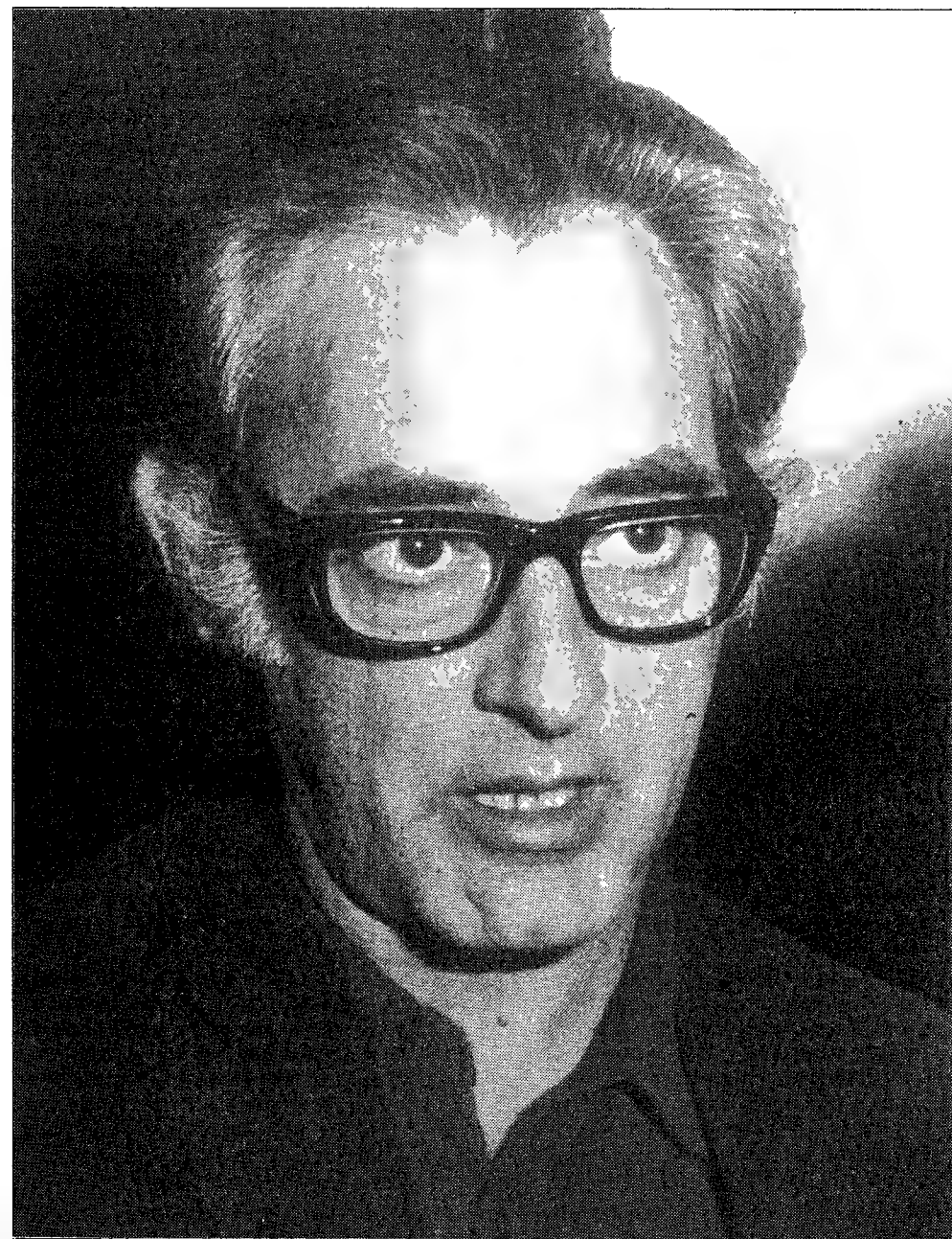
O dinheiro, que faz andar as coisas, é também o que divide as pessoas. Os número de teatros com subsídios anuais, concedidos pela SEC, diminuem de ano para ano. Em 1976, eram subsidiadas 24 companhias. Em 1981, eram apoiados

regularmente dezanove grupos de teatro para adultos e nove grupos de teatro para a infância. Em 1989, das nove companhias subsidiadas, pouco se soube. A SEC deixou, então, de prestar informações precisas sobre a política dos subsídios. Há pouco mais de quinze dias seis companhias eram contempladas com apoios regulares: Cornucópia, Teatro Aberto, Teatro Experimental de Cascais e o Grupo de Teatro Hoje/Teatro da Graça, as quatro companhias, com as quais foi celebrado contrato-programa (o que significa um subsídio anual garantido durante três anos), receberão, cada uma, trinta mil contos. A Comuna/Teatro de Pesquisa, receberá vinte mil contos, e O Bando, único grupo de teatro para

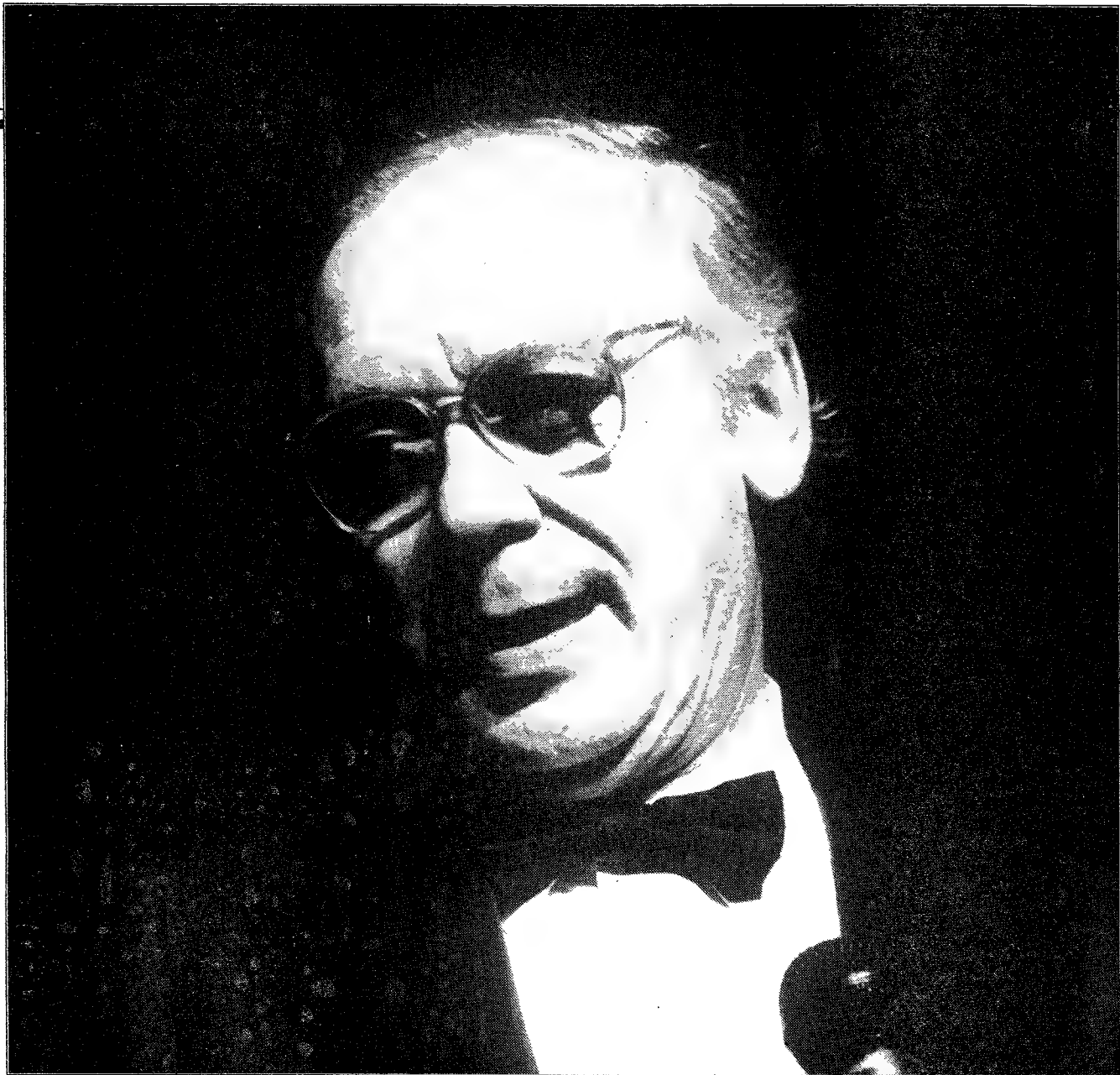
a infância, foi contemplado com quinze mil contos.

Para João Brites, encenador de «O Bando», «a qualidade depende também da quantidade» e «sem uma política global que apoie os novos grupos, o teatro vai ter tendência para definhir, porque não tem confronto». Lamenta que os nossos políticos estejam «mais virados para uma arte espectacular, que dá nas vistas, importada de lá de fora», não sabendo preservar o nosso teatro. Defende também que o património vivo nacional está nos artistas, que não podem ser criados pelo poder, e deseja que se deixem os símbolos, «os Camões, os Pessoas, as Rosas Motas», ainda que bons, mas redutores da pluralidade cultural.

Márcia Breia, actriz da



Rui de Carvalho: «O público é o grande subsídio do teatro»



Raul Solnado: «À TV falta-lhe o cheiro a gente»

Cornucópia, diz que «o teatro é uma festa, porque é a satisfação do que se faz» mas que não se pode «resumir num dia de pompa e circunstância, sobretudo quando marcado por alguém que nada tem a ver com ele». João Mota, encenador da Comuna, onde se assinalará o dia com espectáculo gratuito, fala com optimismo desta década, que possibilitou a queda das máscaras, mas diz ainda com mágoa: «Gostava de continuar a acreditar que é possível tirar as máscaras, encontrar de novo a simplicidade, acabar com a arrogância, com o orgulho, com o egoísmo.»

Isabel de Castro, actriz do Teatro da Graça, quer também ser optimista. Na sua opinião, «os teatros têm de ser para os actores, não podem estar fechados e abrir de quando em vez, quando destruídos devem reconstruir-se, e não podem andar fora de portas, porque essa é uma forma de relegar o teatro para um plano subalterno». Para Isabel de Castro os portugueses, os actores, «são muito bons e têm direito a prová-lo».

«O teatro, neste país, é, de um modo geral, o parente pobre de todas as artes», disse João Lourenço, encenador do Teatro Aberto. Uma reunião recente com Pedro Santana Lopes, deixou-o com a esperança de que «alguma coisa iria mudar». «Aguardemos», foi

o seu comentário. «Seria bom, no entanto», acrescentou, «lembrarem-se que a propaganda pode fazer-se também pelo teatro e não só pelo atletismo». E deixou um último «recado» à RTP: «que não exponha os actores portugueses em programas lamentáveis, porque isso faz muito mal ao teatro.» Consciente da qualidade do teatro português, «em nada inferior ao que se faz no estrangeiro», Carlos Avilez, encenador no Teatro Experimental de Cascais, «o importante é criar condições de sobrevivência não tão dependentes como as actuais». O problema, disse, está em ver-se «apenas o teatro que se faz e não o que se irá fazer».

Cândido Ferreira, o actor premiado, que viu, há quatro dias, negado o subsídio de montagem para o seu projecto de representação de «Os passos em volta», de Herberto Helder, é ainda um profissional amargurado. Filho enteado dos subsídios, que mais se cortam para melhorar a arte, como também são esquecidos quase todos os grupos ausentes da capital, o actor diz que «1990 não pode ser pior que 1989». «Continuou-se, afinal, a apoiar, mal, os que não foram obrigados a desistir.»

Na sua opinião, «o País encontra-se em tal situação de atraso, que, se o Estado não apoiar substancialmente a arte e a cultura, estará a inviabilizar gravemente a

sua identidade e o seu desenvolvimento».

Uma palavra de esperança

Mas nem só de agravos se faz o Dia Mundial do Teatro. A Mensagem Internacional para 1990, da autoria de Kirill Lavrov, presidente da União da Gente de Teatro da URSS, lança hoje uma palavra de esperança ao teatro de todo o mundo: «Indo buscar a palavra ao vocabulário teatral, o mundo inteiro redescobre o diálogo. Hoje, os povos e os seus políticos dialogam entre si.» Apelo à ideia da edificação da Casa Europeia, Kirill Lavrov exortou os seus colegas a exercer os seus talentos «para eliminar a vulgaridade e o arcaísmo».

Em Portugal, são ainda algumas as mensagens de esperança que animam as personagens. Raquel Maria, actriz no Teatro da Malaposta, pensa que não se deve perder a esperança: «Com a entrada na CEE, o teatro tem de levar um empurrão.» «Apesar de uma herança terrível de muito pouco apoio, muito poucos meios, muito maus equipamentos e muito pouca formação», disse Ricardo Pais, «é manifesto que o teatro entrou no menu dos hábitos da burguesia civilizada, como aliás nos de uma juventude descomplexada e desideologizada, onde é curioso observar o reencontro com a textualidade, nomeadamente a portu-

guesa.»

Para Raul Solnado, um dos homenageados de hoje, o teatro «sempre vai sobrevivendo». Não obstante «o grande espanto e bastante indignação dos artistas, o poder democrático tem tratado o teatro com grande leveza», mas, afirmou, no único País do mundo com mais grupos independentes que de teatro convencional, o público continua a acorrer às salas. «À TV falta-lhe o cheiro a gente. As pessoas vão voltando sempre.»

Na opinião de Rui de Carvalho, outro grande homenageado, o público português, um pouco mais arredado que outros públicos, «é o grande subsídio do teatro». Seriam, porém, disse, necessários sete milhões de interessados, pois, só esses sete milhões fariam o Governo e o Orçamento do Estado pensar no teatro. «Somos todos uns pequeninos censores da obra uns dos outros», concluiu. E apelou à união de todos os artistas, como única forma de se construir algo de novo. Com João Lourenço, pode-se dizer que fizeram todos coro: «Estou optimista, se não já não faria parte deste mercado de sonhos e ilusões». E terminou com uma frase de Bertold Brecht: «Cada manhã para ganhar o meu pão vou ao mercado, onde se compram mentiras. Cheio de esperança ocupo o meu lugar entre os vendedores.»

Manuela Baptista

Dia Mundial do Teatro?

No momento em que escrevo esta nota, consta que o primeiro-ministro teria aproveitado a melancólica celebração do Dia Mundial do Teatro para manifestar o seu amor pela arte, participando na sessão solene que deverá estar a decorrer no Salão Nobre do Teatro Nacional D. Maria II.

Não sei se o primeiro-ministro gosta de teatro, se vai, em Portugal, ao teatro com a frequência que os seus inúmeros afazeres possam permitir - ou se prefere, como parece - receber os Cómicos na sua residência oficial para representar Gil Vicente.

Não sei se o primeiro-ministro conhece, como seria de exigir, a situação real do teatro português e daqueles que se esforçam para que ele exista, já que sem teatro dificilmente poderíamos ser reconhecidos como povo civilizado, o que não ficaria bem a uma nação que anda constantemente a dar lições ao Mundo, como se diz - ou se prefere, como parece ser o caso - entregar medalhas de mérito a alguns desses artistas cujo mérito, precisamente, não se discute.

Agora que o Poder parece ter descoberto a capacidade mediática do Teatro, não como expressão artística, mas como nome no cartaz, manchete e fotografia no jornal, declaração na rádio, primeiro plano na televisão, ou seja, agora que o Poder parece ter descoberto esta verdade óbvia e comezinha de que pode, embora não deva, retirar dividendos ao parecer aderir à causa do Teatro, talvez seja a altura de olhar com atenção à sua volta para ver a realidade que, nesse domínio, o cerca.

Basta para isso pegar num jornal e tentar descobrir qual o cartaz teatral do dia, exactamente deste Dia Mundial do Teatro. Encontraremos três espectáculos que pertencem à área do musical e do bulevar; um espectáculo de um grupo com subsídio anual; um outro com subsídio regular de montagem; um terceiro com subsídio especial e que mais valera não existir.

Salvo qualquer iniciativa de amadores ou profissionais relacionadas com este dia, salvo qualquer estreia de última hora, é este o teatro que pode ser visto num País europeu de dez milhões de habitantes.

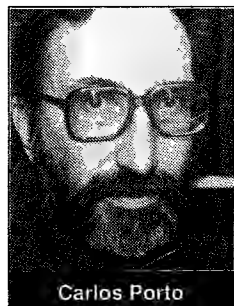
Não cometerei a deselegância de chamar a atenção do sr. primeiro-ministro para esta situação.

Segundo as notícias, o secretário de Estado da Cultura anunciaria na cerimónia de hoje, «medidas de apoio ao desenvolvimento do teatro do nosso país».

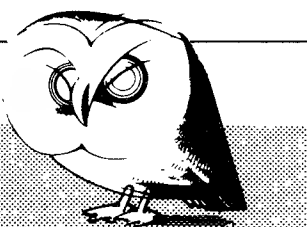
Espero que essas medidas contemplem realidades tão precárias como a rarefacção da actividade teatral, que se demonstrou, subsidiando melhor mais companhias, estabelecendo uma séria política de descentralização, em colaboração com as autarquias locais; apoiando devidamente o teatro para a infância e juventude tão carecido em consequência da política da SEC; criando condições para uma relação constante do teatro com a escola; estabelecendo normas para uma efectiva participação da televisão, do Museu do Teatro e de outras entidades, no quotidiano teatral; tomando a iniciativa de organizar inquéritos e sondagens que viabilizem o conhecimento dos públicos reais e dos públicos potenciais; promovendo a filmagem em vídeo de todos os espectáculos; pondo termo à angústia dos que trabalham no nosso único teatro nacional que não dispõe de meios para realizar o seu programa, nem sequer para cumprir o plano de obras considerado indispensável.

Parece, no entanto, indispensável começar por aqui: por uma política de diálogo que sente à mesma mesa aqueles que são de facto o teatro, os que o fazem: um diálogo do poder com o teatro, o estudo aprofundado da situação do nosso teatro, das condições em que opera - em todas as áreas a que pertence, incluindo a do chamado teatro comercial, devem ser prévios à elaboração de uma qualquer política para o teatro. Além disso, talvez não fosse má ideia a SEC entregar aos respectivos premiados, os Garrett que tem vindo a anunciar!

Como Niukhine, a patética personagem de «Os Malefícios do Vestir» de Tchekhov, é tempo de vestir a casaca e começar a falar desses malefícios!



Carlos Porto



olhar de mocho

Tapa-buracos

A Junta Autónoma das Estradas, as Câmaras Municipais da área da Grande Lisboa e a RTP têm uma função comum: tapar buracos. Isto é, as coisas ficam quase sempre mal feitas de raiz e, depois, o cidadão contribuinte paga a triplicar - por pagar e não ter aquilo que deveria ter, por o que existe estar mal feito e porque depois ficam buracos a pulular e alguém terá de os tapar.

A RTP também tem um genérico de programas que com propriedade se pode chamar, «tapa-buracos». Trata-se daqueles espaços de emissão, regulares e de lugar cativo, de permanência semanal, e que não têm mais nenhuma função para além de taparem os buracos causados por uma programação improdutiva, intelectualmente estéril e espetacularmente oca.

Destes programas tapa-buracos, ocupam a *pole-position*, pelo menos os seguintes: 7 Folhas, Clube dos Subscritores, Lusitânia-Expresso e ultimamente, o Casino Royal. Por mais voltas que lhes demos, não parece que alguém os consiga classificar num género literário adequado: nem se trata de ficção nem de divertimento nem de informação nem de relax. Para além disso, o Clube dos Subscritores é notoriamente imoral: propõe-se dar um prémio extra ao cidadão que cumpra os elementares deveres cívicos. Isto é, a filosofia do programa parte do seguinte pressuposto: em Portugal o normal é que se pratique a fraude fiscal, não se paguem as taxas, se passem cheques carecas e que, no supermercado quando a câmara de vídeo não está a focar a estante dos artigos de higiene, se meta um sabonete ao bolso. Por isso é que o Clube *alicia* com prémios valiosos as pessoas a serem cidadãos normais. O país real que a RTP neste programa anuncia exigiria que o Ministério das Finanças, os bancos e os donos de supermercados iniciassem acções de educação cívica do seguinte teor: quem pagar impostos, não passar cheques carecas e não roubar chocolates e sabonetes nos Jumbos e nos Continentes, habilita-se a uma viagem ao Brasil, a câmaras vídeo e belíssimos carros.

No velho império romano quando Cartago pela sua prosperidade económica começou a ameaçar o progresso da república, o escritor e político Catão repetia, nos seus discursos no senado, dúzias de vezes: «É preciso acabar com Cartago». Catão ficou célebre pelo seu estilo repetitivo: falava durante horas contra Cartago e acabava os discursos com a frase que o imortalizou: «a propósito, penso que Cartago deve ser destruída.»

É a própria RTP que, contra nossa vontade, nos obriga a sermos todos Catões de estilo repetitivo: é preciso acabar com a Cartago da televisão monopolista, que nem buracos sabe tapar decentemente. Numa perspectiva mais actual, poderíamos falar do Muro de Berlim na 5 de Outubro em Lisboa - o tal que nos isola do pluralismo cultural.



José Sousa Monteiro

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Na poesia dos «Anos 60», ontem, em debate, na Assírio & Alvim, foi ainda a voz do neo-realismo em luta contra as guerras coloniais. Mas, em 60, foi também a voz do imaginário na superação do desencanto

O país possível

Valerá a pena abordar uma só década de poesia? A questão levantada, ontem, na penúltima sessão de Marcia, na Assírio & Alvim, dedicada aos «Anos 60», vem recordar-nos a dificuldade óbvia de amarrar a poesia às estéticas, às periodizações. Nem nos cansaríamos nunca de o repetir eternamente, tanto quanto não conseguimos nunca resistir à tentação da compartimentação, do espiolar dos processos, ao invés da leitura a coração aberto, aos pasmos do que outrora foi música antes de ser palavra.

No debate reuniram-se os poetas Fernando Assis Pacheco e Gastão Cruz. O professor Manuel Gusmão trouxe-lhe a visão universitária. Na sessão reuniram-se Casimiro de Brito, Armando Silva Carvalho, Assis Pacheco, Gastão Cruz, Maria Teresa Horta, Fíama Hasse Pais Brandão, Luíza Neto Jorge, Herberto Helder e Ruy Belo, ditos por Diogo Dória e José Wallenstein. Ausentes estiveram a voz de Ernesto Melo e Castro, com a poesia experimental, e, lamentavelmente, a poesia de Manuel Alegre. Uma vez mais cabem poetas de mais em dez anos. De mais para serem falados em tempo de menos. Em país de poetas, haverá, sem dúvida, «versalhada» e poetas ditos menores, mas, contra quem diz que a «grande poesia» acabou em Pessoa, abrem-se, hoje, inúmeros caminhos pela estrada que leva à aridez dos anos 90. Via láctea que evolui no espaço, a poesia traz-nos, como em todas as artes, a antecipação dos tempos. Nos anos 60, em Portugal, muito mais que os anos nostálgicos dos «amigos de Alex», foi a saudade desiludida da liberdade reprimida nas guerras coloniais. Anos de que Gastão Cruz não tem qualquer saudade, anos que Fernando Assis Pacheco diz ter perdido, em meia década, na tropa.

Nesses dez anos couberam os poetas de antes, de 40, Jorge de Sena ou Carlos de Oliveira, os de quase antes, de 58, Raimundo Rosa e Herberto Helder, os mais de 60, do grupo «Poesia 61», Fíama Hasse Pais Brandão e Maria Teresa Horta, e os outros, para além de 60, para além de todos os tempos. Para Manuel Gusmão reuniram-se, em 1961, as mais significativas antologias e os livros mais destacados do que até aí se produzira de Nemésio, Cesariny, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira...

No entanto, o grupo que «tocou» a década, «Poesia 61», foi efêmero. «As técnicas da desagregação do discurso e do isolamento da palavra», de acordo com Gastão Cruz, «duraram um ano ou pouco mais». Em 63, 64, 65 já as estradas eram diferentes. Para



Diogo Dória e José Wallenstein

Manuel Gusmão, os discursos do tecido poético de então desagravavam apenas no neo-realismo. Assim definia o professor as tendências contrastantes de Gastão Cruz e Luíza Neto Jorge, respectivamente. Assim se definiam também os opostos da modernidade conflitual: a poesia-artesanato e a poesia-visionarismo. Talvez que, na década de 60, estes opostos já não o sejam tanto e que todos se revejam nas mesmas tentativas e nas mesmas tradições. Para o professor, o problema estava em «conseguir um discurso novo», o «anti-discurso», o «libertar o poema da frase» ou, simplesmente, chegar à palavra através da linguagem comum. É, no fundo, «uma arte promovida pelo visionarismo». (Assis Pacheco: «Às vezes vem gente à oficina ver o barro dançar de roda, tocam os pífaros do coração e o barro dança, e essa gente põe-se no lugar do barro, prende-se à gente, e muito calada vai-se passando para a alegria redonda do barro».)

Mas continua a não haver ruptura. Na opinião de Gastão Cruz, «a década de 60 talvez comece com Cesário, Pessanha, Camões e, porque não, com Afonso X, o Sábio?». As releituras fazem-se através dos séculos. O que contou, há 30 anos, foi essa redescoberta do rigor da palavra, jogada unicamente «com a temperatura do poema». Esplendoroso ergue-se, então, o canto de Herberto Helder, onde, como disse Assis Pacheco, todos («menos a Poesia 61») «tropeçaram»: «Ao nome que sangra. Que vai sangrando e deixando um rastro pela culminante noite fora. Isso é o nome do amor que é o nome do canto. Canto na solidão. O amor obsessivo. A obsessiva solidão cantante. Deito-me, e é enorme. É enorme levantar-se, cegar, cantar. Ter as mãos

como o nevoeiro a arder».

E regressa-se à «arte poética». Mas, salienta Gastão Cruz, interligada à vida e ao mundo. É, porém, uma arte poética metatextual de si mesma e dos tempos. Como recordou Assis Pacheco, «a poesia só avança por sínteses, umas a seguir às outras». É um «continuum» de si mesma.

Diz-se que a década de 60 mudou o mundo. Talvez sim. Fernando Assis Pacheco dela traçou os seus recuos e avanços, desde que, aos 18 anos, em 1955, tomou consciência da palavra poética. Desde a asfixia política (Casimiro de Brito desejava «uma casa grande como um país pequeno, um país que não possa fazer a guerra»). Desde a Hungria... «Aí oscilei», disse Assis Pacheco. «Não acreditava que os amanhã cantassem, mas fui surpreendido». Desde a esperança gorada da candidatura de Humberto Delgado. O poeta tentara, frustradamente, fazer um poema político à morte de «tão grande homem». Saiu «um mijarete». Ao Kennedy, à construção do muro de Berlim, ao Vaticano II, aos teatros da guerra. Em 67 Che Guevara «apareceu» morto, em 68 chegou o mês de Maio. «Em 68», disse

o jornalista, «sentia-me bur-lado pela informação que não chegava». A Primavera de Praga chegava, então, a um passo do primeiro homem que conquistou a lua.

Se, quanto aos anos 60, as opiniões são consensuais, Assis Pacheco pôde unir a sua voz à de Gastão Cruz e afirmou que seria agora capaz de escrever um poema «directo e rotundo» de indignação contra o tecido social e político deste país dos anos 90. Já não o será capaz por não acreditar em poemas políticos. Mas acredita que «os jovens, que aí virão, possam fazer reviver essa poesia neo-realista» (Riu-se, só pelo espanto do desconcerto da história). Poesia neo-realista que Gastão Cruz defende em quase todos os poemas até à década de 60. Nas palavras de Sophia Andresen pode ler-se Salazar: «O velho abutre é sábio e alisa as suas penas... e os seus discursos têm o dom de tornar as almas mais pequenas». Gastão Cruz também não terá saudade «dos capitalismos», «resposta para a angústia», nos anos 80 e 90. Já antes terá dito Ruy Belo: «O meu país é o que o mar não quer».

Manuela Baptista

Collor drástico

«Carmen» não inaugura Ópera de Manaus

A estreia de «Carmen», de Bizet, que deveria assinalar quinta-feira, da Ópera de Manaus, em plena Amazônia, com a presença do autor espanhol Plácido Domingo, foi anulada, ante a decepção geral, por motivo das drásticas medidas económicas decretadas pelo novo presidente do Brasil, Collor.

Muito embora o produtor do espectáculo, Fernando Bicudo, que há dois anos se dedicava àquele espectáculo, tudo fizesse para que a ópera subisse à cena, respeitando compromissos assumidos, não conseguiu concretizar o seu intento.

«Esperemos por tempos melhores» - foram as palavras que, de Fernando Bicudo, conseguiram os jornalistas.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

DISCOS

*Havia música para teatro, para bailado e para cinema.
Agora também há música para ler banda desenhada.
Editou-a a Nato (não essa, a outra)*

Spirou em antologia CD

A funcionalização da música adquire contornos curiosos. Já não bastava o interesse extra que damos às composições para teatro, bailado e cinema, levando-nos a revalorizar um Kurt Weill e um Ennio Morricone, de quem se fazem versões adaptadas. Não era suficiente que as bandas sonoras destinadas a passagens de modelos adquirissem um estatuto de arte maior, caso recentemente dos dois volumes de Seigen Ono para a Comme des Garçons.

Aconteceu: a francesa Nato (representada em Portugal pela Você Gosta de Música), ou mais exactamente o mentor e produtor da etiqueta, Jean Rochard, lembraram-se de avançar com um trabalho substancial que servisse para acompanhar a leitura das bandas desenhadas de Spirou e congéneres - o seu companheiro Fantasio, e Broussaille, Jerry Spring, Tif et Tondu, Attila, Chaminou, Sibylline, Sammy, Isabelle, Docteur Poche, Gil Jourdan, Natacha, Bobo ou Les Motards.

Se a inspiração monomatemática não era nova na Nato, seguindo um catálogo em que já constam paralelismos com os filmes de Hitchcock ou com os «tableaux phoniques» de Satie, buscando referências dentro e fora da música, este «Bandes Originales du Journal de Spirou» é bem capaz de ser o apogeu de tudo o que se pretendeu em vários, muitos, anos de actividade daquela editora. Com base fora de Paris, e dedicada a práticas musicais

extraviadas dos circuitos por que passa a grande maioria dos sons, a Nato, uma designação que só por si carrega uma conotação de ironia q. b., conseguiu ainda assim impor a sua personalidade própria e um projecto único nos seus objectivos e no seu modo de concretização.

Jogos multimedia

A audição musical nunca foi estranha à leitura, mas a verdade é que não se conhecia nenhuma tentativa que mutuamente as remettesse. Foi preciso que meia dúzia de novos factores trazidos pelo desenvolvimento dos media e da tecnologia, mais a resultante transformação ao nível das percepções, levassem a que se instalasse conscientemente a noção de que os consumos culturais e de lazer tendem hoje a ser sinestésicos, conjugando as apreensões conforme se apresentam associados os diferentes tipos de objectos. Chamou-se de «multimedia» ou «intermedia» a estes jogos, ainda que para descobrir, às tantas, ser no capítulo da música, precisamente, que se verifica este facto a reter: o objecto musical, na sua efemeridade, tem a vocação da predominância. Pode ser que a música não seja uma forma pura, mas o seu eco permanece em nós.

É assim que este duplo compacto, uma antologia na qual intervêm quase todos os habitués da Nato, vale por si mesmo. Ponham-se os álbuns de banda desenhada de lado, para já, e medite-se numa ou duas coisas, enquanto se escutam os temas que integram este «Journal de Spirou». Antes do mais temos que só é possível buscar inspiração nas aventuras de B. D. porque as faculdades de uma música, como esta, que é um trabalho de «impressões», foram mais longe do que estávamos à espera, a crer nos avanços da música para cinema. Ainda era o caso mais elucidativo.

Sem motivações descritivas ou narrativas, excepto uma ou outra encenação com recurso à palavra, e sem - muito menos - imitar a estilística das bandas sonoras para desenhos animados, o que esta obra nos traz de agradavelmente novo é, afinal, bastante simples: o impressionismo musical pode ser veiculado por abstracção.

Durante muito tempo entendeu-se que a via a seguir por toda a prática musical que quisesse ser uma resposta ao quotidiano seria a sua tradução directa e concreta. Os intervenientes do mais recente título da Nato acharam que não, e fizeram tudo ao contrário. De uma estruturação elementar e imediata, baseando-se na facilidade do reconhecimento por parte do ouvinte, partem os músicos para exercícios de complexi-



Três habitués: Tony Coe, Lol Coxhill e Steve Beresford

dade e heterodoxia comprovadas, até reporem o que haviam desmontado no momento em que tudo poderia cristalizar num conceito fixo. É o que tem a Nato de particularmente cativante: a ser conceptual o seu projecto, é-o de forma imprecisa e solta, diríamos que libertária. Jean Rochard já disse que não lhe interessa o eclectismo, mas a mistura.

Sucedem-se pois as alusões às músicas populares, em articulação com as disposições eruditas. O rock e a música ligeira contracenam com o jazz e a música de câmara. As baladas estão em contramão com os experimentais. Misturam-se as métricas, os ritmos, as famílias, as atitudes. Os tempos, mesmo. Estas «Bandes Originales du Journal de Spirou» primam pela extrema variabilidade, e no entanto a unidade do trabalho é evidente. Nenhuma tradição é respeitada, nenhuma fidelidade serve como propósito. Esta obra é uma prova jovial da presente indiferenciação das músicas do planeta: na sua articulação reside a equivalência.

A total ausência de pretensiosismo que notamos ao longo dos 22 temas tem, obviamente, um contexto. Os músicos participantes, de nacionalidade sobretudo britânica (predilecção de Jean Rochard) e francesa, com as excepções gritantes do americano John Zorn ou das japonesas Tohban Djan, vieram da improvisação total tal como se praticou nos anos 70.

Tony Coe, Mike Cooper, Philippe Descheppe, Steve Beresford, Harry Beckett, Michel Doneda, Max Eastley, Jean-François Pauvros, Clive Bell, Lol Coxhill e os demais estão em ruptura com uma estética e não desejam substituí-la por outra ou outras que impliquem um semelhante grau de determinismo. São os protagonistas europeus das maiores vagabundagens deste fim de século e é com eles que trabalha a Nato. Alguns já os lisboetas mais aficionados tiveram ocasião de ver e

ouvir no Centro de Arte Moderna, ora utilizando os recursos musicais do Oriente, ora repondo o rock dos Kinks, ora partindo para deambulações exploratórias.

A ambiguidade como valor básico

«Pentimento», uma contribuição recente de Steve Beresford para o filme homónimo de Tonie Marshall (com poucas probabilidades de vir a Portugal) repete a mesma funcionalização da música e fá-lo talvez mais radicalmente. A canção que dá nome ao disco, sob a voz de Linda Taylor, transmuta-se do jazz para a soul de «Pentimento en Ballade» e daí para a pop tipo Grace Jones de «Papa Papa (Pentimento)»: tudo é muito mais transparente, incluindo a ironização do «kitsch» tão em moda nestes anos. Os singles dos Melody Four, trio a que pertencem o mesmo Beresford, Coxhill e Coe, pretendem cruzar o jazz com a música popular europeia, na mais absoluta das indistincções. Ao contrário do «Journal de Spirou», não chegam porém a expor a ambiguidade, muito mais do que o hibridismo, como valor básico.

Este um outro aspecto geral que convém observar em destaque. Na última produção de Rochard que vimos comentando, não é de superficialidade que se trata. Se podemos considerar que há efectivamente uma correspondência desta música com a leveza própria da Banda Desenhada, e leveza sobretudo no sentido do descomprometimento, o grande aliciante do duplo dedicado a Spirou é não chegar a definir nenhuma das propostas, ter imaginação e inventividade suficientes para acrescentar algo mais.

A Nato é perita em organizar antologias, e as antologias têm esta vantagem, são uma espécie de caleidoscópio de virtudes. Não é superficialidade, pois, mas descoberta.

Rui Eduardo Paes



Jean Rochard, a alma da Nato

Traduções de poesia portuguesa

CEE organiza concurso para funcionários

No próximo 10 de Junho nem só os Rolling Stone virão a Lisboa. Virá também o melhor tradutor de poesia portuguesa contemporânea, no julgamento de um júri da CEE. A viagem a Portugal será, aliás, o único prémio por assim dizer material de que tal tradutor beneficiará, tudo o resto é pouco mais do que simbólico. A razão é simples: estes jogos poéticos nada têm de oficial, sequer oficioso. Foram organizados, quase a brincar, por funcionários portugueses do Parlamento

Europeu, uma ideia que tiveram numa daquelas tardes de domingo sem nada que fazer, entediados como só as há no Luxemburgo.

A iniciativa está a ser bem acolhida entre os funcionários não portugueses das instituições comunitárias do Luxemburgo e de Bruxelas e em breve o júri terá que decidir em que língua melhor foi vertida a nossa poesia a concurso.

Os poetas são seis, as línguas são oito, estas as condições da comunidade, a que os funcionários portugueses, um tanto «ad hoc»,

escolheram: António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Fiama Hasse Pais Brandão, Luiza Neto Jorge, Maria Teresa Horta e Ruy Belo.

Sobre a palavra destes poetas, o ritmo, a cadência do verso se debruçam, entretanto, os eurocratas, numa tarefa bem mais gratificante do que traduzir a chateza dos relatórios oficiais, seu ofício dia a dia.

E a 10 de Junho, enquanto a peso de ouro os Rolling Stone actuam em Alvalade, talvez um grego, um alemão, ou um holandês,

descubram Lisboa, única recompensa por terem sabido dizer nas suas línguas, com similar fascínio, coisas como estas: «Ninguém duas vezes passa o rio/porque os rios se afastam para morrer», ou «quando mordias um secreto pranto/nos bocejantes domingos da morte/gostava de andar de quarto em quarto/entre as algas da minha intimidade»... assim Luiza Neto Jorge, nos «Sítios Sitiados»; assim Ruy Belo, em «Despeço-me da Terra da Alegria».

R. da S.

DESPORTO

Benfica conquista Prémio Fair Play

O jornal «O Árbitro» (órgão mensal da Associação Portuguesa de Árbitros) entregou ao Sport Lisboa e Benfica o Prémio Fair Play, relativo ao melhor classificado dos clubes concorrentes ao Campeonato Nacional de futebol da 1.ª Divisão, na época transacta. Esta iniciativa daquele órgão de Comunicação Social é patrocinada pela Shell Butagaz e tem como principal finalidade incentivar a disciplina nos campos de jogo, sendo as classificações apuradas através dos castigos aplicados pelos conselhos de disciplina da Federação Portuguesa de Futebol e consoante um regulamento especial.

A entrega do troféu aos benfiquistas foi efectuada por Vieira de Carvalho (director de «O Árbitro»), que teve a seu lado António Ribeiro e Raul Nazaré (respectivamente, presidentes da direcção e do conselho fiscal da APA), eng.º Santos Alves e Carlos Gomes (representantes da Shell Butagaz) Tomaz Baltazar e Fernando Alves (Clube Shell), o presidente benfiquista João Santos e outros elementos da actual gerência do emblema da águia.

B R E V E S

Amora

Os futuros dirigentes do Amora Futebol Clube, colectividade fundada no dia primeiro de Maio de 1921, irão ser empossados em cerimónia que terá lugar no próximo dia 29 do corrente, no Restaurante Valenciana, em Fernão Ferro. O «DL» agradece o convite e lá estará para aplaudir o projecto «Amora-anos 90».

Benfica

Para revelar todos os pormenores relacionados com a organização da III Taça dos Clubes Campeões Europeus, de Estrada, o Sport Lisboa e Benfica vai promover uma conferência de imprensa, seguida de almoço no próximo dia 28, pelas 12 e 30 nas instalações do seu Estádio. Recorde-se que a importante competição será participada por 15 clubes campeões dos respectivos países e a sua realização, em Lisboa, conta com o apoio da Direcção-Geral dos Desportos, Câmara Municipal de Lisboa e TAP Air Portugal.

Elas pedalarão em Belém

Pela 1.ª vez, realizou-se no nosso país uma prova ciclista exclusivamente feminina. Denominada «Mulheres Magazine», desenrolou-se em Belém e teve o apoio da Câmara Municipal de Lisboa (representada por Rego Mondes, vereador do Turismo e Desporto), Federação Portuguesa de Ciclismo, Associação de Ciclismo de Lisboa e revista «Mulheres Magazine», colocando na direcção o antigo campião-níssimo Alves Barbosa.

A competição foi corrida em circuito fechado: 12 voltas a um percurso desenrolado em 2,8 km, num total de 33,6 km. Estiveram em acção 26 concorrentes, entre as quais se referenciava uma participante com 60 anos (Adelaide Leão) que pedalou durante os últimos 15 km do percurso, atingindo a meta fresca como uma alface.

Apenas um acidente; aconteceu com a algarvia Florbela Bota (Loulé) que teve de receber breve tratamento hospitalar. Classificação final: 1.ª Ana Barros (Tensai/Santa Marta), 51 m 46 segundos; 2.ª Teresa Dantas (Tensai/Santa Marta), a 4 minutos e 14 segundos; 3.ª Georgette Fernandes (individual), a 4 m 18 s; 4.ª Maria Cristina Pico (individual), a 4 m 29 s. Por formações, triunfou a Tensai/Santa Marta, seguida



Em 1.º plano: a turma feminina de ciclismo da Tensai/Santa Marta, vencedora da prova «Mulheres Magazine»

do Oriental/MR Cortez. Uma festa para Manuel João Preto, o empresário da Tensai que (em força) acaba de aderir ao ciclismo.

Volta ao Alentejo

Terá início no dia 8 de Abril, em Sines, a 8.ª Volta ao Alentejo, em bicicleta, iniciativa que conta com a parti-

cipação de 11 equipas e cerca de 100 ciclistas.

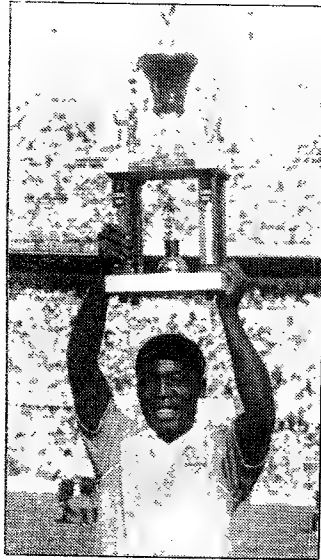
O prólogo da corrida será dentro da Vila, com meta na Avenida General Humberto Delgado. A competição é organizada pela Associação dos Municípios do Distrito de Évora e conta com o apoio do conjunto das Câmaras Alentejanas, nomeadamente a de Sines.

Um novo Fórum Horizonte

Formação de técnicos desportivos e técnicos de ensino, é o tema do V Fórum Horizonte, que se vai realizar de 26 a 28 de Abril, em Oeiras.

Partindo do princípio de que a formação dos técnicos desportivos é (reconhecidamente) um dos factores de desenvolvimento desportivo fundamentais, esta iniciativa foi preparada chamando à sua participação reconhecidos especialistas na área da formação de treinadores desportivos. Personalidades como Monge da Silva, Hermínio Barreto, Fernando Luís, Sidónio Serpa, Jorge Adelino, Jorge Vieira e Eunice Lebre aparecem num conjunto de dezena e meia de prelectores.

O Fórum Horizonte é uma organização (já tradicional) da revista de educação física e desporto «Horizonte», para onde poderão ser solicitadas informações sobre o processo de inscrição nos trabalhos (Rua das Chagas, 17-1.º-D, telefone 346 69 17, Lisboa).



É meu!

Apesar de ter logrado menos de 20 golos, o benfiquista Vata foi o melhor marcador de tentos do Campeonato Nacional de futebol da última época, pelo que tem recebido diversos prémios, o mais significativo quando, na gala da Adidas/France Football, subiu ao palco germânico de Colónia, ao lado dos mais eficientes goleadores de toda a Europa. Agora, no Estádio da Luz, o atleta angolano foi contemplado com outro troféu que, antes do Benfica - Sporting, passou para a galeria de distinções de Vata.

PATINAGEM ARTÍSTICA: Este ano o Campeonato Europeu de juniores será em Portugal. Surgiram várias câmaras interessadas nesta iniciativa: a preferência foi dada a Sines e o executivo da Federação Portuguesa de Patinagem deliberou que o Campeonato terá lugar naquela vila, entre os dias 23 a 29 de Julho.

ANDEBOL: Vai realizar-se, entre os dias 5 e 6 de Maio, uma das jornadas do Torneio Interselecções na categoria de juvenis. Para a concretização desta iniciativa, a Câmara Municipal de Sines disponibiliza o Pavilhão dos Desportos.

Corra, corra na «Vivicittá»

Quando, no próximo dia 1 de Abril os relógios atingirem as 9 e 30, será dado o tiro de partida para milhares de atletas (em 70 cidades da Europa e América do Norte) iniciarem uma corrida de estrada na distância de 12 km: «Vivicittá».

A prova, que teve o seu início em Itália, projectou-se rapidamente em vários países, constituindo um aliciente internacional para todos os atletas amadores com idade superior a 16 anos e que preenchem os seus tempos livres praticando uma das mais salutares modalidades desportivas: o atletismo.

Em Portugal, pertence ao Inatel a responsabilidade da sua organização, o que constitui justo reconhecimento pelo esforço que o organismo vem desenvolvendo em prol do atletismo e do desporto em geral. Contudo (e para que haja boas razões para continuar) será necessário uma participação cada vez maior, de todos quantos, longe do espírito da alta competição e independentemente das suas idades, procurarem manter uma prática muito viva da modalidade que conta com muitos adeptos por todo o mundo.

Por isso, o Inatel está empenhado em que a edição 1990 Vivicittá constitua um êxito superior ao dos anos anteriores. Assim, os atletas interessados (masculinos e femininos) deverão contactar o Departamento de Actividades Desportivas do Inatel até hoje (data limite da inscrição, que é gratuita e limitada) para garantirem a participação numa prova de dimensão internacional.

De entre os prémios (t-shirts, fatos de treino, sapatos de corrida) o Inatel proporciona ainda ao 1.º classificado uma viagem a Itália e à classificada a estada de uma semana no Centro de Férias do Inatel, na ilha da Madeira.

A prova terá lugar em Lisboa, junto ao rio Tejo, com partida e chegada defronte da gare interior da estação de Alges.

JL

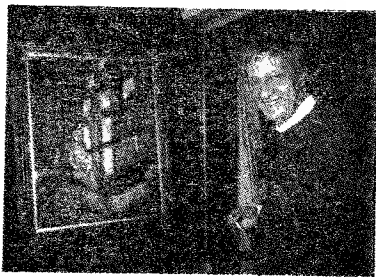
jornal de letras, artes e ideias

Georges Duby: a arte da História

- Entrevista exclusiva ao «JL»
- Artigo de José Mattoso



José Viana nas tintas...



Velázquez

um olhar sobre a exposição de Madrid

DESPORTO

Hipismo: apoio de cristal

No decorrer de um almoço com a Imprensa, que teve ontem lugar no Restaurante Primavera (Bairro Alto, Lisboa) a Federação Equestre Portuguesa informou (através do seu departamento de «marketing» e comunicação) que estabeleceu um acordo de apoio com a Crisal (Cristais de Alcobça, SA), possibilitando a elaboração de um «ranking» oficial de saltos de obstáculos denominado Atlantis para a temporada de 1990.

Ao longo do corrente ano, 17 provas a realizar em Portugal integrarão o «ranking» Atlantis, que se apresenta fundamental para a classificação dos cavaleiros nacionais, nomeadamente, para a selecção com vista ao apuramento dos nossos representantes nos Jogos Olímpicos de Barcelona-92.

No decorrer do almoço, o presidente federativo Jorge Arno revelou que, para além das 17 provas a realizar em Portugal, o «ranking» Atlantis será substancialmente melhorado através da presença de cavaleiros nacionais em competições no estrangeiro, que terão coeficientes de pontuação. Neste âmbito enquadra-se a presença na Taça das Nações, nos Grandes Prémios dos Saltos Internacionais Oficiais, no Campeonato da Europa e em jogos do Campeonato do Mundo.

Adiantou ainda Jorge Arno:

«A Federação apostou na concretização desse projecto, e acreditamos que tal vai acontecer. Portugal já tem tradições e medalhas olímpicas, não havendo por isso razões para se ficar descrente em relação ao futuro.»

Por seu lado, o vice-presidente dr. José Garnel (do sector de obstáculos da Federação Equestre), para além de também abordar o incremento

que é dado ao hipismo mercê de provas além-fronteiras, garantiu que o limite para deslocações, após estar debelada a peste africana, abre novas perspectivas:

A Federação Equestre Portuguesa espera ter alcançado, com esta iniciativa da associação com a Atlantis, «uma maior sensibilização junto dos cavaleiros nacionais que ambicionam estar presentes nos Jogos Olímpicos de Barcelona». No entanto, «se isso não suceder, vamos ter graves dificuldades para ir aos Jogos Olímpicos, embora alguns cavaleiros portugueses estejam a pensar adquirir montadas de qualidade no estrangeiro», disse ainda José Garnel, garantindo que apesar das eventuais dificuldades de percurso, «havemos de estar em Barcelona».

O jornalista Augusto Murat (há mais de 30 anos ligado ao hipismo) e Luís Salema (Federação) trocaram impressões sobre o calendário de provas e respectiva divulgação. O plano ficou assim elaborado para as 17 provas a realizar em Portugal, que pontuam para o «ranking» Atlantis: Coimbra, de 26 a 28 de Abril; Cascais (Gandarilha), de 4 a 6 de Maio; Cascais (Marinha), de 18 a 20 de Maio; Caldas da Rainha, de 24 a 27 de Maio; Pedras Salgadas, de 30 de Maio a 3 de Junho; Braga, de 8 a 10 de Junho; Lisboa, de 21 a 24 de Junho; Curia, de 6 a 8 de Julho; Matosinhos, de 13 a 15 de Julho; Vimeiro, de 19 a 22 de Julho; Mafrá, de 10 a 12 de Agosto; Oliveira de Frades, de 31 de Agosto a 2 de Setembro; Cascais (Gandarilha), de 7 a 9 de Setembro; Sintra, de 14 a 16 de Setembro; Vilamoura, de 28 a 30 de Setembro; Campeonato Nacional de Obstáculos de Lisboa, de 15 a 21 de Outubro; Jumping de Aveiro, de 19 a 22 de Dezembro.

Ontem apresentado à Comunicação Social

Club Portugal: solidariedade com antigos futebolistas

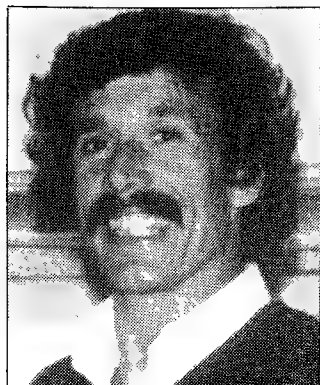
Na Sala Ogival do Castelo de São Jorge, processou-se a apresentação à Comunicação Social do Club Portugal (Associação Nacional de Futebolistas Seniores) que pretende integrar antigas vedetas do nosso futebol desejosas de continuarem praticando o jogo que os tornou populares e (com intuítos benemerentes) actuarem em diversas frentes, inclusive participando em digressões até núcleos portugueses espalhados pelo Mundo.

Nascido a 9 de Janeiro último, por iniciativa de Humberto Coelho, António Manuel Moura Santos, Rodrigo de Castro Pereira e José Cabças Coelho, inclui já outros nomes bem conhecidos: Eusébio, Hilário, Coluna, José Augusto, Torres, Alexandre Baptista, José Carlos, Américo, João Alves, Toni, Jordão, Shéu, Bento, Eurico, Inácio, Bastos Lopes, Carlos Alhinho, Festas, José Eduardo, Mário João, Nenê, Manuel Fernandes, António Oliveira, Pietra, Costa, Delgado, José Henrique, Romeu, Custódio Pinto e Norton de Matos.

Associação sem fins lucrativos, tem como objectivo fundamental promover, organizar e participar em espectáculos públicos (desportivos e recreativos) seja em Portugal ou no estrangeiro. Os associados ficam compartimentados em três categorias: fundadores (os que outorgaram a escritura notarial e mais aqueles que se inscreveram durante seis meses), ordinários (os que, tendo adquirido mérito desportivo no campo do futebol nacional, pretendam participar, efectiva e activamente, nas actividades da associação) e honorários e beneméritos (pessoas singulares ou colectivas, que contribuíam para a associação com donativos que não revistam a natureza de quotização normal).



Eusébio: estandarte



Humberto Coelho: pioneiro



João Rocha: aderência

Da comissão de honra fazem parte diversas individualidades: Francisco Pinto Balsemão, Álvaro Barreto, Carlos Barbosa, Joaquim Ferreira do Amaral, Carlos Monjardino, João Macedo Silva, António Carlos Almeida Braga e Artur Santos Silva, estando os ex-craques também estabelecendo contactos com Américo Amorim e Fernando van Zeller Guedes, para se associarem a este bloco. Entretanto, há já uma lista de corpos gerentes, com a mesa da assembleia geral entregue a João Rocha, Mário Garcia e Eusébio, a direcção confiada a António Manuel Moura Santos, Sérgio Azzaretto, Rodrigo Castro Pereira, Humberto Coelho e José Cabças Coelho. Por seu lado, figuram no conselho fiscal figuras como Ricardo Espírito Santo Ricciardi, Artur Agostinho e Toni. Entre os consultores e técnicos notam-se os advogados Segismundo Pinto Basto e Ribeiro da Cunha, o médico Manuel Pinto

Coelho e os massagistas João Silva e Gil Bastos.

O vice-presidente não-executivo (Sérgio Azzaretto) é também vice-presidente da IMFA (International Masters Football Association), que tem sede temporária na cidade brasileira de São Paulo.

Ontem, no seu 1.º passo perante a Imprensa, o Club Portugal anunciou que, em poucas horas, também tinham aderido à iniciativa outros jogadores e técnicos: Álvaro, Conhé, João Barnabé, Charrouco, Jacinto João, Vítor Martins, Artur Correia, Matine, Kostov (búlgaro radicado entre nós), Veloso, Adão, Jorge Silva, Melo, Costeado e Aparício.

Usaram da palavra três oradores: António Manuel de Moura Santos informando que, entre 25 de Abril e 3 de Maio, o Club Portugal vai actuar no Canadá, perante uma formação italiana; João Rocha garantindo que este regresso

de grandes glórias aos palcos em que foram famosos, lado a lado com a disponibilidade de outras vedetas ainda em actividade, fará do Club Portugal um excelente veículo de propaganda do nosso futebol; Humberto Coelho incentivando todos os jogadores da sua geração a voltarem a calçar as botas e treinarem, para «muito rapidamente estar constituída uma outra selecção nacional de futebol». Já agora: quem estiver interessado em ingressar no Club Portugal pode fazê-lo contactando a ANFS para a Av. 5 de Outubro, 27, r/c, Lisboa. Telefone: 526821. Eusébio e seus pares querem estar na base de uma movimentação futebolística que funcione como autêntica cadeia de solidariedade a permitir resolver ou minimizar situações de indole pessoal que afectam antigos jogadores. «Para aí será canalizado todo o dinheiro que conseguirmos reunir» — disse-nos Humberto Coelho.

Ténis: vedetas no Estoril

Pelo 3.º ano consecutivo, a Editénis promove o «Open Chivas Regal», competição integrada no calendário de provas da Associação dos Tenistas Profissionais (ATP). Depois da Madeira e de Tróia, esta prova tem um lugar nos «courts» do Clube de Ténis do Estoril, até 31 do corrente, estando em jogo prémios monetários no valor global de 100 mil dólares, o que confere desde já à competição o estatuto de mais importante torneio internacional até agora levado a efeito no nosso solo por uma entidade nacional. O 3.º «Open Chivas Regal» é (também) o mais forte «challenger» (torneios ATP com «prize-money» até 100 mil dólares).

Entretanto, João Cunha e Silva e Nuno Marques foram eliminados na 1.ª ronda da variante de pares do torneio, enquanto Bernardo Mota e Marco Seruca foram afastado em singulares. Cunha e Silva e Nuno Marques perderam (algo inesperadamente) com a dupla formada pelo belga Eduardo Masso e o argentino, Christian Miniuissi, em três «sets», pelos parciais de 3-6,

7-6 (7-2) e 6-4.

Outra surpresa da ronda inaugural de pares foi o afastamento dos suecos Jan Gunnarson e Lars Jonsson, batidos pelos australianos Rodd Woodbridge e Richard Fromberg, por claros 6-1 e 6-4.

Em singulares, Bernardo Mota perdeu com o alemão-federal Udo Riglewski (6-0 e 6-4) e Marco Seruca foi eliminado pelo francês Thierry Tulasne (ex-campeão mundial de juniores) por expressivos 6-0 e 6-1.

Nos restantes encontros de singulares disputados nos «courts» do Clube de Ténis do Estoril registaram-se os seguintes resultados: Christian Miniuissi (Argentina)-José Francisco Altur (Espanha), 7-5, 3-6, 6-3; Fabrice Santoro (França)-Hohan Anderson (Austrália), 6-3, 6-3; Francisco Roig (Espanha)-Andres Vysand (URSS), 6-4, 6-4.

O torneio prossegue hoje com os últimos encontros da 1.ª eliminatória. João Cunha e Silva vai estreiar-se em singulares frente ao sueco Lars Jonsson enquanto Nuno Marques terá como rival outro tenista sueco: Jan Gunnarson.

Técnicos de futebol lutam contra o IRS

Henrique Calixto, presidente da assembleia geral da Associação Nacional de Treinadores (ANTF), afirma que urge rever o actual sistema de tributação dos técnicos do futebol. É uma grande injustiça que nos incluam no regime geral do IRS, tendo nós uma profissão que, com o decorrer dos anos, se desgasta acrescentou o presidente da ANTF, dizendo que com a boa-fé das partes dialogantes chegar-se-á, a bom porto e sublinhou estar um membro das ANTF a discutir junto das entidades competentes a resolução deste assunto.

Na assembleia geral extraordinária da ANTF, que decorreu no Porto, foram aprovadas as propostas da direcção sobre o seu âmbito e funcionamento e organização administrativa e económica. Em assembleia geral ordiná-

ria, foi também aprovado o relatório e contas correspondente a 1989 (bem como o parecer do conselho fiscal) e divulgado o orçamento previsto para este ano.

Permanentemente elucidados pelo advogado Jorge Neto, os treinadores de futebol, tomaram amplo conhecimento da diferença entre um contrato de prestação de serviços e um contrato de trabalho: o 1.º é altamente prejudicial para os treinadores, pois retira privilégios e algumas regalias à classe, ficando o técnico sujeito à avaliação pelos resultados desportivos conseguidos e não pelo valor do seu trabalho. Por seu lado, o contrato de trabalho (para além de outros factores favoráveis) implica o pagamento do subsídio de Natal, subsídio de férias e 30 dias de licença.

Depois de ser abordada a

existência de contratos normais e paralelos, foi decidida nova assembleia geral para 30 de Abril.

Benfica-Chaves no sábado

Face à próxima deslocação do Benfica a Marselha, para o compromisso uefeiro, o jogo dos encarnados com o Desportivo de Chaves (Campeonato Nacional), tem lugar no sábado, pelas 21 e 30.

Madeira: Nacional campeão junior

O Clube Desportivo Nacional venceu o Campeonato Regional de juniores e ficou automaticamente apurado para disputar a fase final do nacional da categoria. A equipa «alvi-negra», que goleou o An-

dorinha (7-0), em jogo da última jornada da competição, deixou o seu principal rival (o Marítimo) a um ponto de distância. Esta foi a 6.ª vez que o Nacional conquistou o troféu tendo destronado o Marítimo. O 3.º lugar no Campeonato Regional madeirense (em que participaram 14 equipas) foi para o União.

Maia-Gil Vicente é repetido

O conselho de disciplina da Federação modificou o seu 1.º julgamento, quando determinara que apenas teriam de ser jogados os 16 minutos que (por falta de luz) não completaram o embate Maia-Gil Vicente (Zona Norte da 2.ª Divisão). A nova decisão obriga a que o duelo seja integralmente repetido.

DESPORTO

Futebol: os sobressaltos de uma carreira

Invariavelmente, todos os anos o futebol português cria um número considerável de «proscritos», através de negócios que colocam os craques à beira do abismo.

A tradicional dança das transferências, motivadora das mais variadas expectativas (individuais e colectivas) começa a transformar-se num complicado jogo de sorte ou azar, onde o potencial valor do futebolista fica por vezes condicionado a factores extra-desportivos.

Esta época, agora a entrar no terzo final, voltou a criar incontáveis desilusões que, nem por o serem, funcionarão como factor dissuasor para futuras aventuras.

O Futebol Clube do Porto, por força da sua anunciada remodelação, contribuiu consideravelmente para o avolumar do número de craques à beira do adeus. Das Antas saíram, de uma só assentada, jogadores famosos como Frasco (para o Leixões), Mlynarczyk (regressou à Polónia), Eduardo Luís (Rio Ave), Lima Pereira (Maia), Inácio (é técnico de Sousa (Beira Mar), Quim (Tirsense), Dito e Jaime Pacheco (Vitória de Setúbal) e Fernando Gomes (Sporting). De todos, apenas Jaime Pacheco está a evidenciar capacidade competitiva de forma a colocar em causa a opção de Artur Jorge.

Aos 31 anos de idade, Jaime Pacheco é dos poucos futebolistas portugueses que mudaram de clube para confirmarem os seus anteriores pergaminhos de vedetas de 1.ª categoria.

Mas, se o Futebol Clube do Porto esteve em evidência pela saída de muitos dos que contribuíram para a sua actual projecção internacional, a verdade é que também se tornou «coveiro» de algumas ilusões. Estão neste caso Morato e Nascimento, dois «internacionais» do futebol português a viverem períodos negros das suas carreiras. António Mau-



Fernando Gomes

rício Farinha Morato (25 anos) conta com um total de 46 internacionalizações, seis das quais na selecção «A». Antigo «capitão» do Sporting, era uma defesa central em que o futebol português muito confiava, mas que foi uma das vítimas da invasão de brasileiros. Actualmente, as duplas de centrais do Benfica e do Futebol Clube do Porto, falam brasileiro, enquanto no Sporting um é brasileiro e o outro português.

Rui António Cruz Ferreira (conhecido por Nascimento) tem 29 anos e era titular indiscutível do Vitória de Guimarães, depois de ter representado o Benfica. «Internacional» por 14 vezes, cinco das quais na equipa «A», Nascimento só raramente tem merecido a confiança de Artur Jorge, havendo alturas em que nem sequer é convocado.

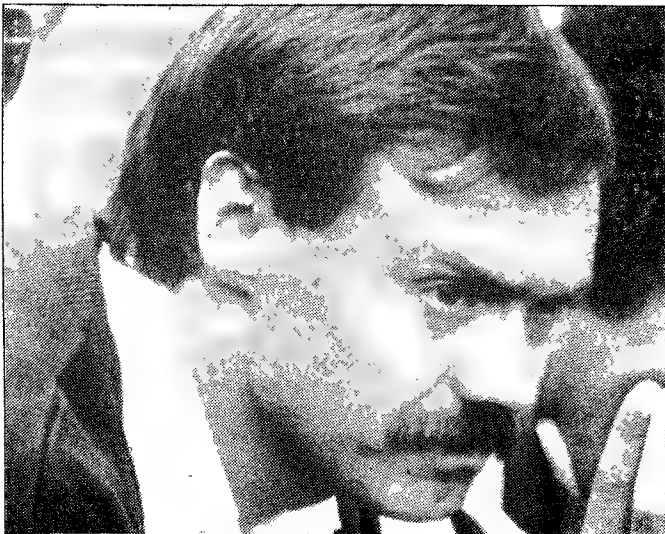
No Benfica, Eriksson confirma-se como um técnico de ideias fixas, que tem contra si o facto de possuir um «planeta» exageradamente grande. O defesa esquerdo Fonseca (25 anos e oito internacionalizações, uma na equipa «A») é o caso típico das opções de Eriksson. O seu afastamento da equipa principal verificou-se após o jogo Futebol Clube do Porto - Benfica, que os «encarnados» perderam por

1-0 em consequência de uma grande penalidade cometida por Fonseca sobre Jaime Magalhães e concretizada por Demol.

Na mesma posição, tanto no terreno como na situação profissional, está Álvaro que, de titular indiscutível, passou a

nem na época passada, nem nesta, conseguiu merecer a razão do empolamento que foi feito em relação ao seu valor. Muito menos justificar o corte de relações entre Benfica e Futebol Clube do Porto.

Dele se diz (constantemente) estar à beira de ser transfe-



Álvaro

mero participante de treinos, com inconsequentes chamadas à equipa secundária e apenas em jogos particulares. Álvaro Monteiro Magalhães (29 anos) conta com 30 chamadas às selecções, 20 das quais à equipa principal. A este jogador, aconteceu como ao peixe: «Morreu pela boca», visto ter anunciado (inopportunamente) a sua não-concretizada intenção de saída do Benfica. Depois de muito hesitar, Álvaro decidiu-se por continuar ao serviço de Eriksson, começando agora a desesperar por ver que nunca mais lhe é dada a prometida oportunidade de reconquistar o lugar que conhece como poucos.

Do defesa Álvaro se diz estar a ser ainda vítima do chamado «caso Saltillo», visto ter sido o único de um grupo de 22 jogadores a furar um concertado projecto de greve.

Ademir protagonizou (há duas épocas) uma das mais complicadas transferências do futebol português, com uma autêntica luta de galos entre o Benfica e o Futebol Clube do Porto. Fiel à palavra anteriormente dada, Ademir desprezou as valiosas ofertas feitas pelos portistas e fez questão de ingressar no clube da Luz. Como represália, os «dragões» asseguraram as contratações de Dito e Rui Águas, provocando o azedar das relações entre os dois clubes, situação que actualmente ainda se mantém. E, todavia, Ademir

rido para um clube brasileiro, podendo (no entanto) servir de moeda de troca na desejada transferência de Nando, do Vitória de Guimarães para o Benfica. Um regresso bem desejado pela águia.

Fernando Mendes, outro «defesa esquerdo maldito» do Benfica só participou num jogo do campeonato, estando directamente ligado ao golo com que o Nacional arrancou um ponto, no Estádio da Luz.

Eriksson diz tratar-se de um jovem de 23 anos, com muito para aprender e para dar ao futebol português. Só que, a sua transferência do Sporting para o Benfica, ia levando ao corte de relações entre os dois clubes e custou a Sousa Cintra, presidente dos «deões», 30 dias de suspensão federativa.

Ainda no Benfica, o trio formado por Hernâni, Chalana e Diamantino encontra-se em idêntica situação de não total utilização por motivos que só Eriksson conhece, mas das quais não abre mão. Hernâni Madruga Neves (26 anos e três internacionalizações) esteve na época passada envolvido num castigo por uso de produto proibido. Essa suspensão tirou-lhe a rotina de jogo, a forma e a possibilidade de discutir (na altura com Elzo) o lugar de «trinco» na equipa benfiquista. Este ano, começou por falar-se na sua dispensa, acabando depois por ficar, para discutir com

Jonas Thern a posse da camisola número 6 com a águia ao peito.

Há dois meses anunciou-se o interesse que motivou a uma equipa espanhola (o Oviedo) gorando-se a transferência pelo facto de Eriksson lhe ter garantido a possibilidade de discutir a titularidade. Ela chegou: e a verdade é que o jovem atleta não não a tem deitado por água abaixo, tornando-se já figura de plano cimeiro no melhor bloco rubro.

Esse «pequeno genial» que Fernando Chalana e Diamantino são dois reconhecidos valores do futebol português que, de um momento para o outro, poderão ter entrada permanente na equipa principal. Mesmo que consigam esse objectivo, não poderão esquecer uma situação de interregno que, inclusive, custou sérias críticas a Eriksson por parte de vários sectores da massa associativa do Benfica.

No Belenenses, existem duas situações curiosas. A 1.ª aparece-se com a não utilização de Jorge Silva, transferido do Marítimo onde na temporada passada, foi o 2.º melhor marcador do futebol lusitano, logo a seguir a Vata. Jorge Silva (30 anos e 25 internacionalizações) não conseguiu ainda vencer, quer Hristo Mladenov, quer Moisés de Andrade, técnicos que esta época comandaram o destino futebolístico do clube. Ainda no Belenenses o caso de Justino, um guarda-redes de 30 anos, que está há seis épocas sem efectuar um único jogo a contar para o Campeonato Nacional. Justino, na altura em que era júnior do Sporting, foi tido como grande esperança do nosso futebol, sendo-lhe dada como certa a baliza até então defendida por Vítor Damas.

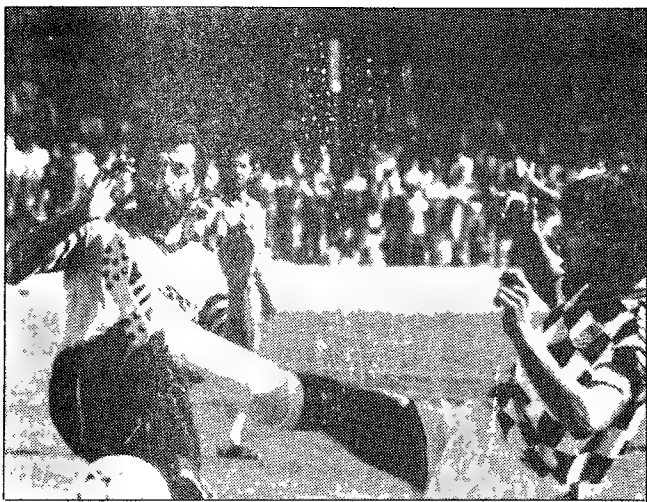
O Sporting, mais uma vez afastado da luta pelo título, parece ter sido o ponto final que Carlos Manuel e Fernando Gomes encontraram para as suas carreiras. Carlos Manuel passou de «capitão» (no tempo de Manuel José) a eterna suplente por força da opção, eventualmente táctica, de Raul Águas. Depois de, no ano passado, ter sido o grande patrão do meio-campo sportinguista, com papel preponderante no modo como evitou que a situação que então se vivia no seio da equipa tivesse

consequências mais drásticas, passou a mera figura decorativa, a quem nem sequer é dada uma perfeita explicação para o facto de ser um crónico cliente do banco dos suplentes. Fernando Fomes chegou a Lisboa desejoso de rectificar a imagem de rebelde que lhe criaram na última época ao serviço do FC Porto, mas cedo viu que as exigências de um jogo de futebol começam a ser incompatíveis com aquilo que actualmente pode dar ao futebol.

Portista emérito, Gomes (actualmente com 33 anos) começa a sentir nas pernas a dureza de muitas jornadas dedicadas ao futebol e à sua essência fundamental: o golo. De Fernando Gomes («bibota de ouro») se diz agora estar a um passo de antecipar o fim do contrato que, até Junho de 1991, o liga ao Sporting, de modo a poder regressar ao Porto e dedicar-se a tempo inteiro aos seus negócios.

Mas, nem só clubes portugueses estão a colocar craques nacionais à beira do abismo. O Matra Racing (de Paris) que já foi orientado por Artur Jorge, está a votar ao ostracismo a figura do defenda António Sobrinho que no final da época passada, abandonou o Restelo com uma mala cheia de esperança e ilusão. De titular elogiado, passou a nem sequer fazer parte do lote dos convocados, não lhe podendo ser atribuída culpa pelo facto da equipa estar a um passo de descer à 2.ª Divisão tricolor. Sobrinho, que Juca afastou da titularidade na selecção após a derrota sofrida na Bélgica, encara agora a possibilidade de regressar a Portugal, sabendo que, se isso se confirmar, receberá menos de metade do seu actual ordenado. Para ele a emigração não passou de um equívoco de seis meses, prestes a desfazer-se: é que se poderá traduzir como fazendo parte do fatalismo que muito tem acompanhado alguns jogadores portugueses que tentam a sua sorte no estrangeiro, excepção feita agora Futre e Rui Barros, tal como antigamente a Fernando Peres, Damas, João Alves e Humberto Coelho, mais anteriormente ainda a Bravo, Fernando Cabrita e Carlos Gomes.

Vítor Carvalho/
Lusa/«DL»



Bruno Neves

Sortes diferentes

O egípcio Abdel-Ghany conduziu a turma do Beira Mar a um belo êxito no Estádio do Bessa, com os avei- reses suplantando boavisteiros que (decididamente) disseram esta temporada adeus ao bonito sonho do presidente Valentim Loureiro: fazer regressar os axadrezados ao futebol ufeiro. Tombando na zona de pouca tranquilidade, o jogo dirigido por Manuel Barbosa tem, na próxima jornada do campeonato, uma deslocação à Madeira, para confronto com o Nacional, enquanto os avei- reses atendem o União, robustecido moralmente pelo empate a que obrigou o poderoso Vitória de Guimarães. Dois duelos com diferentes perspectivas, no cartaz da rodada 26 da grande galopada para o trono.

Andebol: selecção treina com vitórias

A selecção portuguesa masculina de andebol derrotou a equipa do Merzing, da 2.ª divisão alemã-federal, por 21-18, em encontro particular integrado na sua fase de preparação para o próximo mundial do grupo «C», na Finlândia.

A formação portuguesa, que está prestes a finalizar a sua digressão pela RFA, (depois de também ter efectuado diversos jogos em França) foi muito penalizada pela arbitragem. O conjunto nacional, que defronta hoje o Leuters-Hauness (RFA), utilizou ao longo da partida os seguintes jogadores: Miguel Fernandes (Figueiredo), Gomes (2), Paulo Carneiro (4), Tó Leite (4), Resende (4), Rui Ferreira (2), João Duarte (1), Mário Macedo (2) e Luzia (2).

Taça Anca

O Benfica venceu o Clube TAP por 17-16, em jogo a contar para a «Taça Anca», de andebol masculino.

AGENDA

I Série N.º 72
Dia 27 de Março
DIÁRIO DA REPÚBLICA



SUMÁRIO

Ministério das Finanças**Portaria n.º 227/90:**

Estabelece que o imposto sobre veículos relativo ao ano de 1990 seja liquidado e pago durante os meses de Maio e Junho do mesmo ano.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação**Decreto-Lei n.º 107/90:**

Transforma a DOCAPECA - Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, S.A., em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos e transfere para a sua titularidade o Serviço de Lotas e Venda.

Ministério da Indústria e Energia**Portaria n.º 228/90:**

Aprova o Regulamento da Gestão de Consumo de Energia para o Sector dos Transportes.

Ministério da Educação**Portaria n.º 229/90:**

Reconhece o Instituto Erasmus como estabelecimento de ensino superior particular e autoriza o início do funcionamento de diversos cursos nas instalações que possui no Porto e de que é titular a ERASMO - Empreendimentos Educativos, Lda.

Portaria n.º 230/90:

Autoriza a Universidade Nova de Lisboa, através da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a conferir o grau de licenciado em Ensino de Ciências da Natureza (Biologia e Geologia) e regula o respectivo curso.

Portaria n.º 231/90:

Fixa o número de vagas para os cursos conducentes à obtenção dos diplomas de estudos superiores especializados ministrados pelo Instituto Politécnico do Porto, através da sua Escola Superior de Educação.

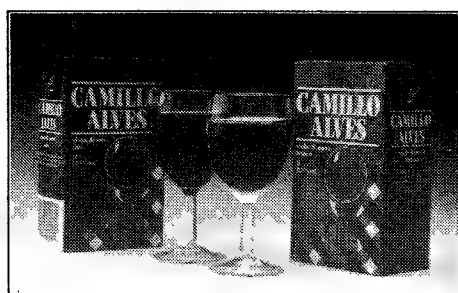
Ministério da Saúde**Declaração:**

De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 37 329 contos.

PESSOAS & FACTOS

Vinho Camilo Alves em embalagens de cartão

A marca «Camilo Alves», uma das mais antigas e conhecidas dos vinhos portugueses, passa a ser distribuída em embalagens de cartão com tara



perdida. As novas embalagens «Tetra Brik» preservam as características e sabor originais, facilitando o transporte e aproveitamento do espaço.

A «Camilo Alves» foi fundada há 109 anos em Bucelas e, desde então, tem liderado o processo evolutivo da embalagem e distribuição no sector vinícola.

Foi a primeira empresa a adoptar uma denominação de marca, a primeira a abandonar o garrafão e a comercializar o vinho em garrafa retornável, sendo agora a primeira a introduzir a embalagem «Tetra Brik» na embalagem do vinho, abandonando a distribuição em garrafas.

Com o novo tipo de embalagens a empresa prevê duplicar as vendas da sua marca original, «Camilo Alves».

Continua, porém, a comercializar em garrafa as suas marcas prestigiadas, Romeiras, Bucelas, Casal da Eira, Vilalva e Catujal, bem como as reservas das regiões demarcadas do Douro, Dão, Bairrada e Vinho Verde.

H O J E**CONTINENTE**

Em todo o território: - Continuação do tempo seco com céu geralmente limpo. Vento Leste fraco a moderado. Ocorrência de geada no interior Norte e Centro.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 na Costa Ocidental e mar cavado com ondulação Sueste de 1 a 2 metros na Costa Sul. Amanhã: - Céu geralmente limpo. Vento Nordeste fraco a moderado. Ocorrência de geada no interior Norte e Centro.

Depois de amanhã: - Céu geralmente limpo. Vento Nordeste fraco ou moderado. Ocorrência de geada no interior Norte e Centro.

MADEIRA

Céu geralmente pouco nublado. Vento Nordeste moderado.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Norte de 3 metros na Costa Norte e mar encrespado a de pequena vaga com ondulação Sueste de cerca de 1 metro na Costa Sul.

No Funchal: - Céu pouco nublado e vento em geral fraco.

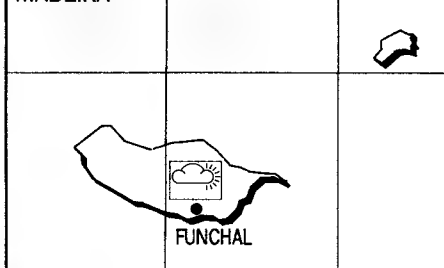
AÇORES

Grupo Ocidental: - Céu pouco nublado, alternando com períodos de muito nublado. Vento Leste moderado.

Grupos Central e Oriental: - Céu pouco nublado, alternando com períodos de muito nublado. Vento Nordeste moderado e por vezes forte.

Mar cavado com ondulação Nordeste de 2 metros.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

MADEIRA

	Céu limpo
	Céu pouco nublado
	Céu muito nublado
	Chuva
	Trovoada
	Neve
	Vento
	Mar calmo
	Mar encrespado

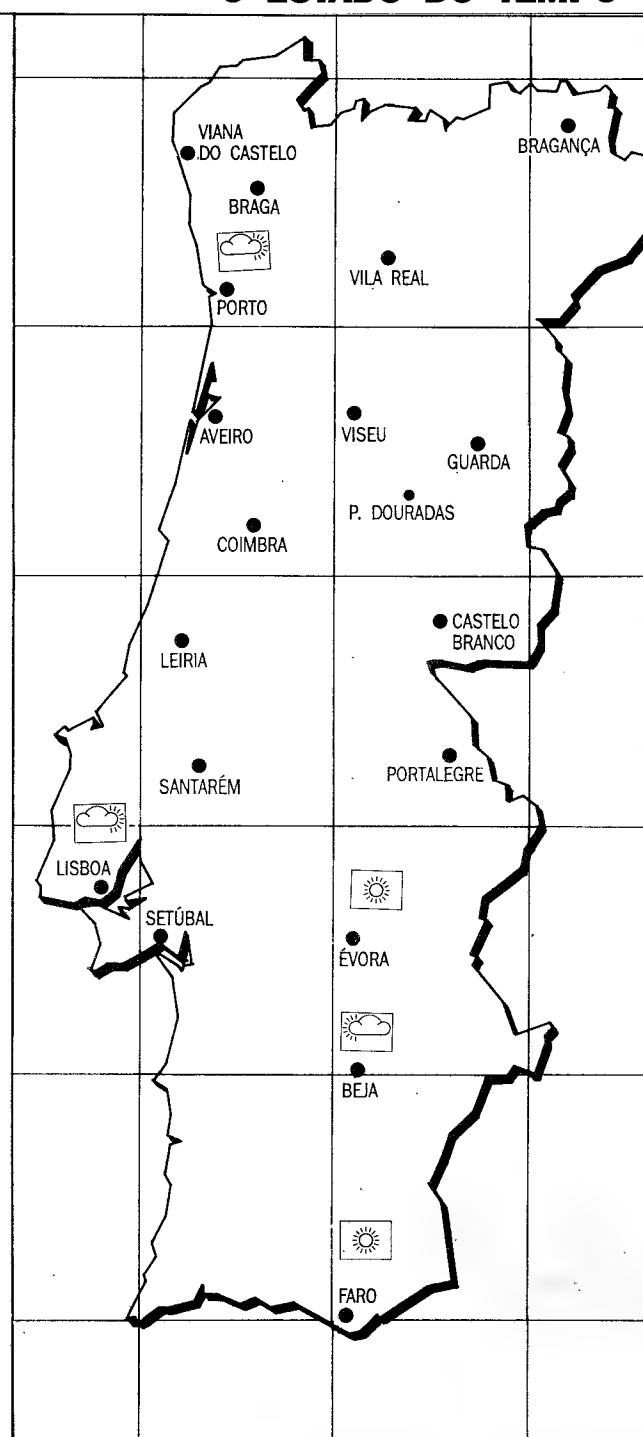
M A R É S

Hoje

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
03.14 4,0m	08.58 0,3m
15.36 4,0m	21.26 0,3m

Amanhã

03.55 4,1m	09.38 0,3m
16.16 4,0m	21.57 0,3m

O ESTADO DO TEMPO**PORTUGAL**

Min. T. 6 h Às 18 h.

Bragança.....	0	1	P. nub.
V. Castelo.....	5	8	P. nub.
Vila Real.....	3	3	P. nub.
Porto.....	7	9	Limpo
P. Douradas.....	-	-	-
Coimbra.....	8	8	Limpo
C. Carvoeiro.....	10	10	Limpo
C. Branco.....	5	5	P. nub.
Portalegre.....	8	8	Limpo
Lisboa.....	11	11	Limpo
Évora.....	8	8	Limpo
Beja.....	7	8	Limpo
Sines.....	-	-	-
Faro.....	10	10	Limpo
Sagres.....	10	10	Limpo
P. Delgada.....	13	13	M. nub.
Horta.....	12	12	M. nub.
Funchal.....	13	14	P. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 20; Porto, 19; Faro, 21; P. Delgada, 17; Funchal, 20.

E U R O P A

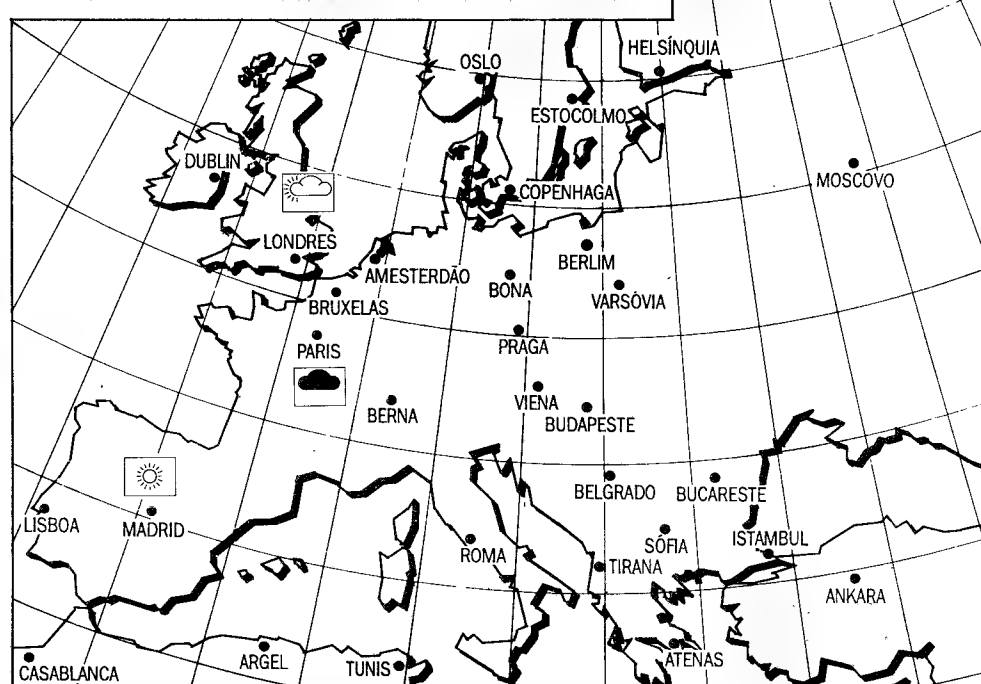
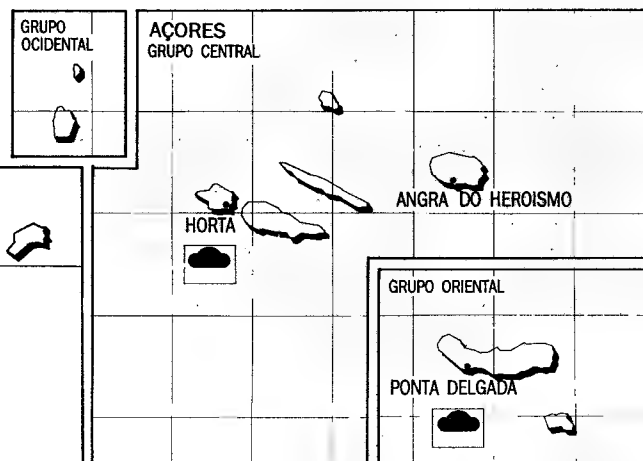
Min. T. 6 h Às 18 h

Madrid.....	1	1	Limpo
Londres.....	2	2	P. nub.
Paris.....	2	2	M. nub.
Bruxelas.....	3	4	M. nub.
Amsterdão.....	2	6	Aguaceiros
Genebra.....	1	4	M. nub.
Roma.....	11	11	Nebulosa
Oslo.....	2	4	P. nub.
Copenhaga.....	1	5	M. nub.
Estocolmo.....	-1	-1	M. nub.
Berlim.....	4	4	M. nub.
Viena.....	4	5	M. nub.
Varsóvia.....	1	3	M. nub.
Atenas.....	13	15	Limpo
Moscovo.....	2	5	Limpo

M U N D O

Min. Máx. Às 13 h

Chicago.....	-4	7	M. nub.
Houston.....	10	20	Aguaceiros
Los Angeles.....	13	21	P. nub.
Montreal.....	-15	-5	Limpo
Nova Iorque.....	-3	4	Limpo
S. Francisco.....	7	20	Limpo
Toronto.....	-9	2	Limpo
Vancouver.....	0	12	Limpo
Washington.....	-1	8	Limpo
Hong Kong.....	15	20	Chuva
Melbourne.....	15	31	Trovoada
Pequim.....	6	13	Chuva
Perth.....	12	30	M. nub.
Singapura.....	25	34	Trovoada
Sydney.....	19	27	Aguaceiros
Tóquio.....	5	15	M. nub.
Wellington.....	10	19	Limpo



AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO

PERMANENTE

Alcântara: Nogueira, Rua Alcântara, 5 A-B, Tel. 3637563; **Almirante Gago Coutinho:** Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 16-B, Tel. 885859; **Alvalade - Av. Brasil:** Marbel, Av. Roma, 131-A, Tel. 776235; **Benfica - Bairro Pedralvas:** Gouveia, Rua Augusto Costa (Costinha), Lt. 4 - Lj. Dt.ª, Tel. 707500; **Calçada do Combro:** Modular, Largo Dr. António Sousa Macedo, 7, Tel. 608896; **Chelas - Colégio Valsassina:** Santos Silva, Zona N 2 - Chelas - Bloco III - Lt. 226 - Loja 22, Tel. 851265; **Embaixada de Espanha:** Nacional, Rua do Salitre, 7, Tel. 546858; **Estrela - Infante Santo:** ALB, Rua Santana à Lapa, 156; Tel. 663562; **Frente Hospital do Desterro:** Magalhães, Av. Almirante Reis, 4 D-F, Tel. 549479; **Lumiar:** Alameda, Alameda das Linhas de Torres, 201-B, Tel. 7590942; **Rego:** G. Silva, Rua Francisco Tomás da Costa, 3 A-C, Tel. 771873; **São Vicente:** Rosa & Viegas, Rua São Vicente, 31-37, Tel. 864351; **Saldanha:** Cardeira, Av. Duque d'Ávila, 32-C, Tel. 543495; **Brandão - Amadora:** Correia, Urb. Alfofnel - Cel. G - Lote 137 - Lj. B (Poente), Tel. 990122; **Carnaxide:** Central de Carnaxide, Av. Portugal, 16-B, Tel. 4184113; **Moscavide:** Santa Bárbara, Rua Francisco M. Beato, 75-A, Tel. 2518918; **Odivelas:** Joleni, Rua Dr. Alexandre Braga, 3-B, Tel. 9310812; **Pontinha:** Cruz Correia, Estrada Santo Elói, 41-A, Tel. 992453.

REFORÇO

Alto São João: Oriente, Rua Lopes, 120, Tel. 8143381; **Baixa:** Unifa, Rua da Vitória, 21-23, Tel. 323793; **Boa Hora - Ajuda:** Boa Hora, Rua Quartéis, 25-27, Tel. 3637777; **Campo de Ourique:** Porfírio, Rua Francisco Metrass, 59-B, Tel. 663349; **Chile:** Bastos, Rua Morais Soares, 91-D, Tel. 8144350; **Conde Redondo:** Salus, Rua Luciano Cordeiro, 73, Tel. 542239; **Encarnação:** Ascenso, Praça do Norte, 11-A, Tel. 311216; **Fr. Feira Popular - Av. República:** Alcântara, Av. República, 74-A, Tel. 771379; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **São Domingos Benfica:** Sousa, Estrada Benfica, 429-431, Tel. 780027; **São Sebastião - Frente à Igreja:** São Sebastião, Largo São Sebastião da Pedreira, 1-3, Tel. 548642; **Buraca - Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaias, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Miraflores, R. Dr. Ant.º Granjo, 2-B, Tel. 4101161. Permanente; **Linda-a-Velha:** Melo Almeida, R. D. Diogo Couto, Lote 182, Tel. 4191697. Permanente; **Tires:** Guima-

rães, L. Duarte, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Paço de Arcos:** Godinho, Av. Patrão Lopes, 4, Tel. 2432039. Permanente; **Oeiras:** Sacoar. Permanente; **Parede:** Grincho, Av. República, 87-A, Tel. 2471204. Permanente; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Estoril:** Marques Santos, R. Ferreira J.A., 15, Tel. 260116. Até às 22 h; **Cascais:** Marginal, Av. Marginal, Tel. 280078. Permanente.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Cavaca, R. Elias Garcia, 209, Tel. 4930019. Permanente; **Damaia:** Nova, R. Elias Garcia, 10, Tel. 972530. Até às 22 h; **D. João V,** Av. Gurgel Amaral, 2-A, Tel.

970461. Até às 22 h; **Queluz:** Pinto Leal, R. Ferreira Castro, 61 - Massamá, Tel. 4356487. Permanente; **Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro,** 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Central, R. Elias Garcia, 55, Tel. 9240034. Permanente; **Mem Martins:** Cristina, Av. Vitorino Nemésio, 14-A, Tel. 9214820. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rio de Mouro:** Riomouro, Av. Óscar Monteiro Torres, 6, Tel. 9260194. Até às 22 h; **Sintra:** Teresa Garcia, L. D. Afonso, 3-A, Tel. 9232747. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **Loures:** Saraiva, Av. República, 86, Tel. 983002. Até às 22 h.

OUTRA

BANDA

Almada: Pragal, R. Dt.ª, 58, Tel. 2767126. Permanente; **Cova da Piedade:** Louro, R. Alex. Herculanio, 6-B, Tel. 2763517. Permanente; **Monte de Caparica:** Guerreiro, Lote 31 Ig. Moinho, Tel. 2950727. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Chai, Av. General Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; **Feijó:** Tovar Chaves, R. Dr. Ant.º Elvas, 104-D, Tel. 2296119. Até às 22 h; **Lavradio:** Parreira, R. D. Silva Cristino, 15-A, Tel. 2042016. Até às 19 h; **Sesimbra:** Lopes, R. Cândido Reis, 21, Tel. 2233028. Até às 19 h; **Barreiro:** Higienista, R. D. Manuel I, 178, Tel. 2073017. Permanente; **Baixa da Banheira:** Teixeira, R. Moçambique, 84-B, Tel. 2040946. Até às 19 h; **Corroios:** Abreu Cardoso, B.º Cid. Setúbal, 1-B, Tel. 2536172. Até às 19 h; **Amora:** Matos Lopes, R. 1.º Maio, Lote 401, Tel. 2216355.

HÁ 20 ANOS



Páscoa em Portugal para 18 mil espanhóis

Aproveitando os feriados da Páscoa, 18 mil espanhóis meteram-se em automóveis ou inscreveram-se em excursões e ontem e hoje atravessaram a fronteira portuguesa, uns rumo à cidade mais próxima, outros dispostos a alcançar Lisboa, onde a sua presença se fez sentir nas ruas quase desertas de portugueses sorumbáticos, bem como no Porto, onde a zona comercial registou grande afluxo dos nossos vizinhos.

Executado o cônsul do Paraguai?

O cônsul do Paraguai, Joaquin Waldemar Sanchez, foi executado e o seu corpo lançado a um rio nos arredores de Buenos Aires, segundo um telefonema anónimo recebido pela agência noticiosa Saporiti. A Polícia enviou imediatamente homens rás para efectuar buscas no rio Riachuelo que passa ao sul da capital argentina. Dado que o telefonema foi feito sob anonimato, mantém-se um ponto de interrogação sobre a execução do cônsul.

Julgamento de intelectuais em Atenas

Trinta e cinco atenienses proeminentes, incluindo professores universitários, advogados e um general reformado do Exército, comparecem hoje perante um tribunal marcial de Atenas acusados de conspirarem para derrubar o regime - um crime punido com a pena de morte.

EFEMÉRIDES

1845

• Nasce em Lennep (Alemanha) Wilhelm von Roentgen, físico, descobridor dos raios X.

1968

• Morre o astronauta soviético Yuri Gagarine, o primeiro homem a «passear» no espaço.

1977

• O maior desastre de aviação de sempre mata 581 pessoas, quando, no aeroporto de Santa Cruz de Tenerife (Canárias) dois aviões «Boeing 747» (Jumbo) - um da KLM e outro da Panam - colidem na pista.

1983

• Terminam os trabalhos da conferência de solidariedade com os Estados da Linha da Frente, que, durante três dias, reuniram em Lisboa mais de duas centenas de delegados de todos os Continentes, que condenaram, unanimemente, a política de «apartheid» da África do Sul, as agressões militares e económicas do Governo de Pretória e reafirmam o direito da Namíbia à independência.

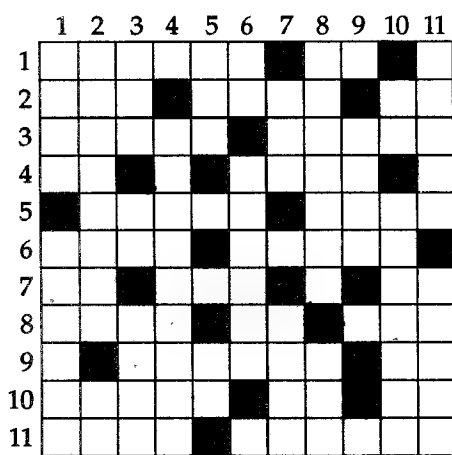
1985

• Morre a fadista e cantadeira de folclore Maria Albertina, 73 anos.
• A Câmara dos Representantes dos EUA aprova, por 219 votos contra 213, o programa de mísseis MX de Ronald Reagan.

1987

• O PRD entrega no Parlamento a moção de censura ao Governo de Cavaco Silva.

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA N.º 17886

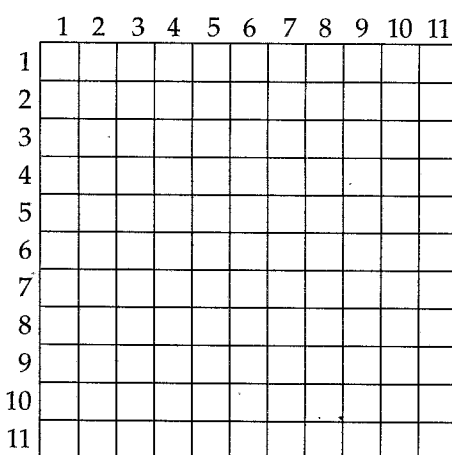
HORIZONTAIS:

- 1 - Hemolinfa. Preposição.
- 2 - Anel. Freguesia do concelho de Torres Vedras. Verso.
- 3 - Matagal. Espíritos.
- 4 - Nesse lugar. Conquista.
- 5 - Descarnado. Rio de Espanha.
- 6 - Falha. Argamassa composta de cal hidráulica ou cimento, areia e pedra miúda.
- 7 - Zomba. Magoa. Batráquio.
- 8 - Pronome demonstrativo. Ouro (s.q.). Acrescente.
- 9 - Rezas. Pátria de Abraão.
- 10 - Cingir. Nesse lugar. Rádio (s.q.).
- 11 - Transpiras. Cidade do Alto Egípto, nas margens do Nilo.

VERTICAIS:

- 1 - Bilha para maluco, na Lunda. Diobrada.
- 2 - Encostais. Ruténio (s.q.).
- 3 - Bêbado (Bras.). Clima. Penúria.
- 4 - Aquelas que sabem jogar.
- 5 - Boi selvagem. Clima.
- 6 - Európio (s.q.). Judeu da tribo de Neftali, célebre pela sua piedade e pela caridade para com os correligionários durante o cativeiro de Ninive.
- 7 - Recusa. Tempo do verbo ser. Empregas.
- 8 - Natural da Dalmácia. Aqui está.
- 9 - Simples.
- 10 - Vossa Alteza. Banha.
- 11 - Cidade de Itália. Espécie de andorinha.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.



PROBLEMA N.º 16696

HORIZONTAIS:

- 1 - Bebedeira (Prov. Trasm.). Espécie de capitão, entre os antigos povos da Índochina.
- 2 - Colina na Suécia. Glutinoso.
- 3 - Despido. Crómio (s.q.). Roer.
- 4 - Subo a. Arara.
- 5 - Aprecio. Cento e um em romano.
- 6 - Atravessais.
- 7 - Novelas. Centiare.
- 8 - Nome de peixe. Ninhos.
- 9 - Nome de mulher (pl.). Saía frequentemente à rua (inv.).
- 10 - Era cristã. Brisa. Abreviatura de Santíssimo. Gállo (s.q.).
- 11 - Homem rude, feroz, meio bárbaro. Lista.

VERTICAIS:

- 1 - Antiga moeda de Veneza. Mecânica (abrev.).
- 2 - Letra do alfabeto árabe. Sombrio.
- 3 - Reis. Duas consoantes iguais. Oceano.
- 4 - Esburacarias.
- 5 - Arregaçara as mangas a.
- 6 - Mamíferos paquidermes.
- 7 - Caldo de arroz, temperado com sal. Duas vogais desiguais. Solitário.
- 8 - Ave pernalta. Aves palmípedes.
- 9 - Observais. Género de palmeiras do Brasil.
- 10 - Rio da Alemanha que nasce no Tirol. Rio de Portugal.
- 11 - Residências. Alumínio (s.q.).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 885

HORIZONTAIS: 1 - Pu. MOLHAR. A. 2 - Assoma. Roda. 3 - Léu. Os. Roer. 4 - Asma. Tré. 5 - Ocai. Papo. 6 - Ri. Moela. 7 - Asaria. Ni. 8 - Ardor. Doba. 9 - Cria. III. Al. 10 - Ao. Rea. Doca. 11 - Pais. Alor.

VERTICAIS: 1 - PALAVRA. COM. 2 - Usas. Ísara. 3 - SUMO. Ari. 4 - Mo. Acordara. 5 - Omo. Io. IE. 6 - Lastimarias. 8 - Arrpendida. 9 - Roo. Alio. Lo. 10 - DE. Pá. BACO. 11 - Aarão. Calar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 695

HORIZONTAIS: 1 - Tara. Os. Ued. 2 - Ora. Unelos. 3 - La. Crute. Pá. 4 - Oba. IV. Oc. 5 - Senil. Mirra. 6 - Asam. Anas. 7 - Pitan. Sa. 8 - Poro. Unaf. 9 - Ás. Reli. FO. 10 - Pt. Haji. 11 - Assaca. Ade.

VERTICAIS: 1 - Tolosa. Papa. 2 - Arabescos. 3 - Rã. Ana. PS. 4 - Importa. 5 - Ural. 6 - ONU. Atulha. 7 - Setim. Ania. 8 - Leviana. Já. 9 - Ou. Rn. Id. 10 - Esporas. 11 - Acasalou.

PROVÉRBIO:
MOLHAR
A PALAVRA COM
SUMO DE BACO.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago
Coutinho Tel.806496

MISS DAISY

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
21.30 e 24.00 horas.

ALFA 1

A GUERRA DAS ROSAS

Filme de Danny DeVito
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
21.30 e 24.00 horas.

ALFA 2

OS FABULOSOS IRMÃOS
BAKER

Filme de Steve Kloves
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15,
21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00,
21.45 e 00.30 horas.

ALFA 4

CLUBE
DOS POETAS MORTOS

Filme de Peter Weir, c/Robin
Williams
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15,
21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa
Telef. 691275

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00,
21.45 e 00.30 horas.

AMOREIRAS 2

MISS DAISY

Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45,
19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 4

QUERIDA EU ENCOLHI
OS MIÚDOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30,
19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5

OS DEUSES DEVEM ESTAR
LOUCOS II

Maiores de 6 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15,
21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 6

OS FABULOSOS IRMÃOS
BAKER

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 7

SHIRLEY VALENTINE

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15,
21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8

NEGÓCIO DE FAMÍLIA

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.45,
21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 9

TEMPO DE GLÓRIA

Filme de Edward Zwick

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00,
21.30 e 24.00 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 18.00, 21.30
horas

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15
Telef. 324194

O EMISSÁRIO

Filme de Bob Riley
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30
horas

CAPITÓLIO

Parque Mayer
MAGAGENS SEXUAIS
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23
horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407

VER É GOZAR

Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.30, 16.45,
19.00, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253

FLORES DE AÇO

Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

CIDADE ARDENTE

Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA

Telefone 9434762

VALMONT

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas

CINEMATECA

PORTUGUESA

R. Barata Salgueiro, 39 -
Telef. 546085

LOUISIANA STORY

Filme de Richard Flaherty, às
18.30 horas.

CET OBSCURE OBJECT

DU DÉSIR
Filme de Luis Buñuel, às 21.30
horas.

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999

NOVE SEMANAS E MEIA

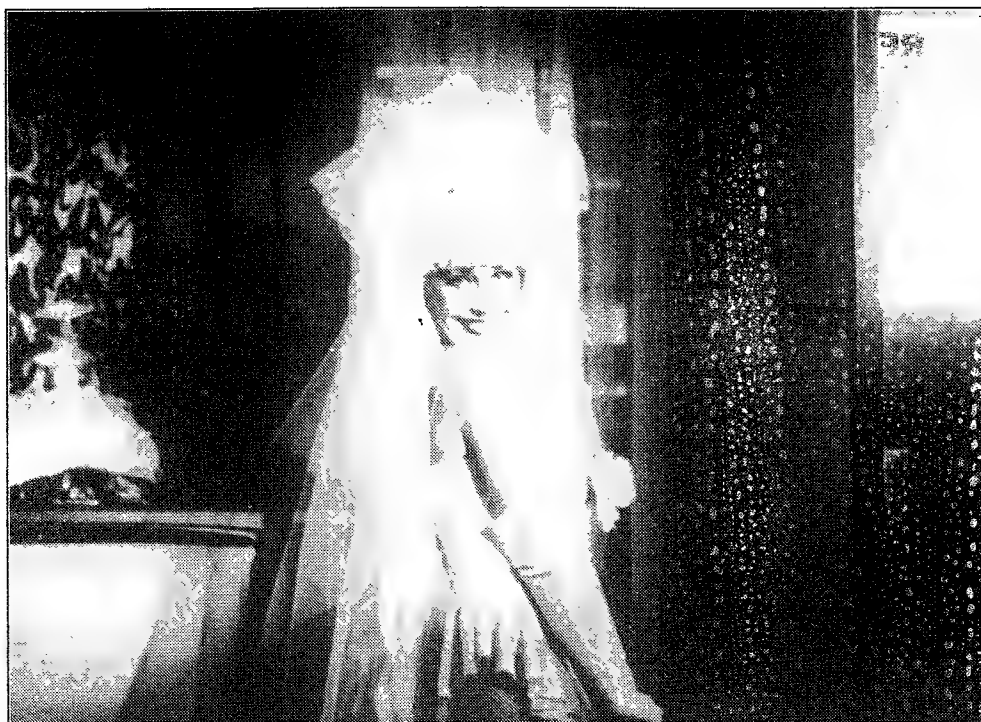
Filme de Adrian Lyne
Maires de 18 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e
21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos



QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?

Em exibição

SALA 4

Quarteto

PUB
M/16 anos

Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques,
35
Telef. 555134

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e
21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255

ALVOS HUMANOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30
horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfica 503
Tel 7145088

QUERIDA, EU ENCOLHI
OS MIÚDOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e
21.30 horas

FONTE NOVA 2

TEMPO DE GLÓRIA

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e
21.15

FONTE NOVA 3

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e
21.15 horas.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037

AUDITÓRIO 1

O FILÓSOFO

Filme de Rudolf Thome
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00,
20.00 e 22.00 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2

O PROCESSO DO REI

Filme de qualidade de João
Mário Grilo
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00,
20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes
Telef. 8480808

O RIO DA MORTE

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30
horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808

TEMPOS DE GLÓRIA

Maiores de 18 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30
horas.

KING TRIPLEX 2

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e
21.45 horas.

KING TRIPLEX 3

QUERIDA EU ENCOLHI
OS MIÚDOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e
21.45 horas.

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30
horas.

LAS VEGAS 2

OS FABULOSOS IRMÃOS
BACKER

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45
horas.

LONDRES

Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30
horas.

MUNDIAL 1

R. Martens Ferrão
Telef. 538743

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 13.45, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

MUNDIAL 2

FLORES DE AÇO

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e
21.45 horas.

MUNDIAL 3

SHIRLEY VALENTINE

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e
21.45 horas.

NIMAS

Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362

AS LOUCURAS

DO MEU FANTASMA

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

ODEON

R. dos Condes, 4
Telef. 326283

O RIO DA MORTE

Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 18.00 e
21.30 horas

OLIMPIA

R. dos Condes, 13
Telef. 325309

ORGASMO SEXUAL

DE MISS JONES

Filme porno
Maiores de 18 anos



«Rock de Fogo», em exibição em várias salas
de cinema

Sessões contínuas a partir das
14 horas.

PLAZA 1

Centro Com. Alvalade
CINEMA PARAÍSO

Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e
21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2

NEGÓCIO DE FAMÍLIA

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00,
21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA

R. Portas de Stº Antão

Telef. 326305

ELE É A MINHA GAROTA

Filme de Gabrielle Beaumont
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21 30 horas.

QUARTETO 1

R. Flores de Lima, 16

Telef. 771378

CIÚMES DE MORTE

Filme de Nicholas Broomfield
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 16.45, 18.30,
20.15, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30,
21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3

TEMPO DE GLÓRIA

Maiores de 18 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30,
21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4

QUE FIZ EU PARA MERECER
ISTO?

Filme de Pedro Almodovar
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15,
20.00 e 22.00 horas.

SÃO JORGE 1

Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15
horas.

SÃO JORGE 2

SHIRLEY VALENTINE

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e
21.30 horas.

SÃO JORGE 3

MISS DAISY

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e
21.45 horas.

7ª ARTE

Av. da República
Telef. 730715

AS LOUCURAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e
21.45 horas.

DO MEU FANTASMA

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.45
horas.

STAR

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210

FLORES DE AÇO

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19 .00 e
21.30 horas.

TERMINAL

Estação do Rossio
Telef. 371573

AS LOUCURAS

CARTAZ

Maiores de 12 anos
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30 horas

TURIM

Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666

CHUVA NEGRA

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 17.30 e 21.30 horas.

XENON

Av. da Liberdade, 9
Telef. 3468446

LIMPO E SÓBRIO

Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA

Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM ESTÚDIO FLORES

Telef. 9247570
Encerrado p/descanso do pessoal.

QUELUZ

KING D. PEDRO III

Telef. 4364845

SALA 1

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.

SALA 2

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.

SALA 3

RIO DA MORTE

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

MDM - Sociedade de Investimento, S.A.

Sede: Av. da Liberdade, 144/156
- 1200 LISBOA

Capital Social: 1 445 000 000\$00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 52805

Contribuinte n.º 500746494

LISTA DE ACCIONISTAS DA MDM - Sociedade de Investimentos, S.A. e respectivas participações publicada nos termos do n.º 4, do Art. 4.º do Decreto-Lei n.º 24/86, de 18/02/86.

ACCIONISTA: TITULAR
DE:

Deutsche Bank AG	1 444 993 acções
Dr. Ulrich Weiss	1 acção
Dr. Frank Heintzeler	1 acção
Sr. Helmut von der Bey	1 acção
Sr. Claus Wreth	1 acção
Sr. Wolfgang Wendt	1 acção
Sr. Michael Altenburg	1 acção
Sr. Thomas Kleeschulte	1 acção

TOTAL 1 445 000 acções

Lisboa, 22 de Março de 1990.

O Presidente da Direcção

CASCAIS

OEIRAS

ALTO DA BARRA 1

Av. das Descobertas - Telef. 4439759

NASCIDO A 4 DE JULHO

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
TEMPO DE GLÓRIA

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS
CINE PALMEIRAS 1

Telef. 2479144

CLUBE

DOS POETAS MORTOS

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS
ATLÂNTIDA CINE

Telef. 2465653

FLORES DE AÇO

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS

MIRAMAR 1

Telef. 2841744

A GUERRA DAS ROSAS

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2

NEGÓCIO DE FAMÍLIA

Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD

Avb. 25 de Abril - Telef. 2865027

CORRUPÇÃO

Maiores de 12 anos
Sessões às 16.00 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA
ACADEMIA

ALMADENSE

Telef. 2752127

TEMPO DE GLÓRIA

Maiores de 12 anos

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DA MOITA

ANÚNCIO

O Dr. LEONARDO PEREIRA DE QUEIRÓS, Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca da Moita.

FAZ SABER QUE no dia 23 do próximo mês de Maio de 1990, pelas 10 horas, neste Tribunal Judicial, nos autos de Carta Precatória n.º 267/89 - 2.ª Secção, vinda da 2.ª Secção, do 7.º Juízo Cível de Lisboa e extraída da Execução de Sentença n.º 623/87 que a União Fabril Farmacêutica, Lda, move contra MOITEX - SOCIEDADE COMERCIAL DE MERCADORIAS, LDA, com sede na Av.ª Miguel Bombarda, n.º 53 na Moita, há-de ser postos em praça pela segunda vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima de metade dos valores indicados no processo, os seguintes bens:

Um veículo de marca «Austin-Mini», de cor «Branco sujo» e de matrícula BN-91-54.
Uma máquina facturadora eléctrica de marca «Olivetti».

Moita, 19 de Março de 1990

O Juiz de Direito
a) Leonardo Pereira de Queirós

A Escrivã-Adjunta
a) Alíria G. R. de Jesus

«DL» 27/3/90

Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA
CINEMA PESCADOR

Telef. 2905350

VALMONT

Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 21.45 horas.

TEATRO
LISBOA

ABC

Parque Mayer - Telef. 3466783

De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados também às 16.00 horas

AI CAVAQUINHO

De Eduardo Damas, c/
Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

CARNIDE

Azinhaga das Freiras - Telef. 7145178

Sextas e Sábados às 21.30 horas

DIVINAS PALAVRAS

De Ramón del Valle-Inclán.

CHAPITÔ

R. da Costa do Castelo, 7 - Telef. 878225

5ª, 6ª e Sáb. às 21.30 horas

KLASSIK KABARET

De Fernando Gomes.

COMUNA

Praça de Espanha - Telef. 7260818

De 2ª a Sáb. às 21.30 horas.

Dom. às 17.00 horas,

descanso à 4ª Feira

SALA NOVA

PÉCORAS

de Natália Correia.

Em cena até ao final do mês.

CAFÉ TEATRO

FESTIVAL DA OTITE

De Carlos Paulo

Em cena aos Sábados às 24 horas.



«À Coca», hoje e sexta-feira em Setúbal no TAS

MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras, n.º 52 - Telf. 897017

3ª, 4ª e 5ª, às 21.30, 6ª às 20.30, Sáb às 22.45 e Dom. às 15.00 e 18.00 horas

SEVERA

De Júlio Dantas. Encenação de Nicolau Breyner

MARIA VITÓRIA

Parque Mayer - Telef. 3461740

De 3ª a Dom. às 20.30 e 23.00 horas

VITÓRIA! VITÓRIA!

De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

PRIMEIRO ACTO

R. Eduardo Pedroso, 16-A - Algés - Telef. 2115033
De 3ª a Sáb. às 21.30. Sáb. e Dom. às 17.00 horas
AS PULGAS
De Cunha Leiradella, pela Comp. Persona.

TRINDADE

R. Nova da Trindade - Telef. 323200

De 5ª a Sáb. às 21.45, Dom. às 16.00 horas

AUTO DA ÍNDIA

VIAGEM A CALECUTE
De Gil Vicente, pelo Teatro de Todos os Tempos - Comp. Vicentina

(em cena até dia 29)

VARIEDADES

Parque Mayer - Telef. 326037

De 3ª a Domingo às 21.30. Domingos e Feriados também às 16.00 horas

OS MENINOS À RODA

DA MAMÃ

Versão livre de Henrique Santana.

VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586

De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas

ORA BATE...

BATMAN'SO.

OUTRAS
LOCALIDADESSETÚBAL
TAS

Rua Balneário Dr. Paula Borba - Telef. 29130

Hoje e Sexta-feira às 21.30 horas

À COCA

De Carlos César e Fernando Guerreiro

RÁDIO

ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM - Zona de Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; 15.00: Praça dos Sons; 17.00: Antena 1 - Regiões; 17.15: Porto d'Abrigo.

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Antena 1 14/17; 17.00: Sete Mares; 19.00: Informação e Música; 20.00: No Estúdio e no estádio; 20.15: Musical; 20.30: A Voz da Solidariedade; 21.00: Diálogo; 21.30: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional FM 2 - Estéreo

17.30: James Galway interpreta música do século XVIII de João Sebastian Bach, Carl Philip Emanuel Bach e Handel; 18.15: Ângulos e Reflexos; 19.00: Integrais - Canções de Alexander Zemlinsky; 19.25: Álbum Musical. Música francesa de Chabrier, Satie, Saint-Saens, Thomas e Jacques Ibert; 20.30: Transmissão directa do Palácio de Queluz, de um concerto pela Orquestra de Câmara alemã, integrado no programa oficial da visita do presidente da RFA, Richard Von Weizsaecker a Portugal; 20.40: Esta Madrugada no Dois; 22.00: Mensagem internacional lida pelo actor Assis Pacheco. Dia Mundial do Teatro - Os Descobrimentos no Teatro Português; 23.00: Eurorádio. Concerto pela Orquestra da Radiodifusão do sarre; 00.15: Sinfonia n.º 53 «Imperial» de Haydn; 00.39: Retuem de Gaetano Donizetti; 02.00: Música na Madrugada. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397

16.30: Quando o Telefone-Toca; 17.00: Contacto; 19.00: Jornal; 19.30: Quanto o Telefone Toca; 20.00: Praça de Táxis; 21.00: Pela Estrada Fora; 22.00: Religiosos; 22.15: Desporto; 23.00: 24ª Hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz

18.00: RDS - Rádio das Seis; 21.00: Mercado de Sonhos; 00.00: A Noite Passada; 01.00: Som da Frente; 03.00: Quem Tramou o Locutor. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO

RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

15.00: Hora da Música; 16.00: Banda da Amizade; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: A Viagem Continua; 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos; 21.00: Sequência; 22.00: Revista; 22.30: Bola Branca; 23.30: Suplemento Especial da BBC; 23.55: Meditando. Noticiários de hora a hora.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; 19.00: Atlântida; 20.00: Serra de Estrelas; 22.00: Oceano Pacífico.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde; 18.00: Bola Branca; 18.30: Sete Colinas; 20.00: Diálogo; 20.30: Transmissão do Terço; 21.00: Lisboa à Noite.

VOZ DO PORTO

16.00: Pólo Norte; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Grande Porto - Informação; 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos; 21.00: Palácio de Cristal; 22.30: Bola Branca.

VOZ DO ALENTEJO

15.00: Boa Tarde, Alentejo; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Alentejo em Notícia.

VOZ DO ALTO
TÂMEGA

15.00: Tardes do Tâmega; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Nordeste Magazine.

VOZ DE LEIRIA

15.00: Tardes do Lis; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Leiria 89.

VOZ DO MINHO

16.00: Linha do Minho; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Hora Regional; 20.00: Boa Nova; 20.30: Conversa de Amigos; 21.00: Noites do Minho.

VOZ DE VISEU

15.00: Tardes da Beira; 18.00: Bola Branca; 18.30: Transmissão do Terço; 19.00: Viseu Magazine.

SNOOPY POR SCHULZ

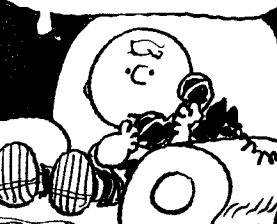
FIQUEI ATRAPALHADA, CHUCK... FUI À ESCOLA ONTEM E NÃO SABIA QUE ESTAVA FECHADA PARA FÉRIAS DE VERÃO...



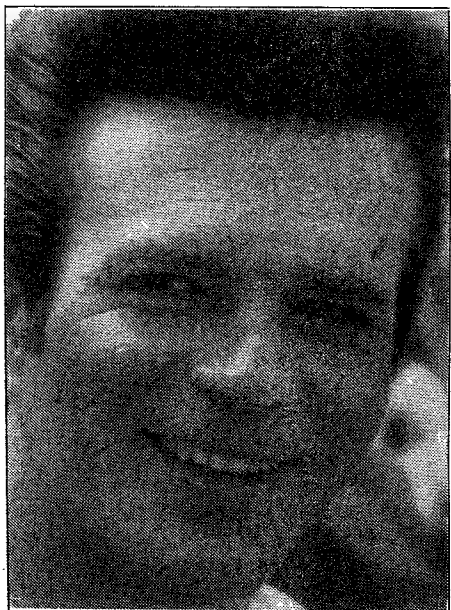
PENSO QUE ESTAVA TÃO ABSORVIDA PELOS ESTUDOS, QUE NEM ME DEIXEI CONTA...



OU TALVEZ ESTIVESSES COMPLETAMENTE DISTRAÍDA...

**CARTAZ / TELEVISÃO****HOJE
RTP-1**

- 16.40 - HOSPITAL CENTRAL
134º episódio
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.35 - RUA SÉSAMO
102 episódio
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
78º episódio
21.15 - PRIMEIRA PÁGINA
22.10 - CRÔNICA DO CRIME
28º episódio: nas suas tentativas algo megalómanas de construir um império fílmico tão grande quanto o império do crime que controla, Ray Luca trava conhecimento com uma estrela de Cinema chamada Teddy Butler e apaixona-se por ela. Numa viagem que efectua ao México para se encontrar com Santerro a fim de tratar da «consolidação» das famílias rivais mexicanas, Luca leva consigo Teddy e ambos vivem um febril romance de amor. Mas a excessiva «exposição» a que os dois amantes se sujeitam leva Manny Weisboard a



Às 22.10 no 1º Canal,
a «Crónica do Crime»



Mais um episódio de «Os Novos Caça Fantasmas», a partir das 17 horas no 2º Canal

- chamar Luca à razão.
23.10 - 24 HORAS
23.40 - UM DIA
23.45 - REMATE
23.55 - CARTAS DE HUMOR
13º programa

RTP-2

- 17.00 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS
18º episódio
17.25 - A HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS
22º episódio: é o mais antigo de todos os instrumentos musicais e precedeu mesmo a linguagem, como tal. Neste episódio veremos gravações em vídeo das cordas vocais em acção que nos mostram a complexidade e a perfeição do seu funcionamento na voz humana.
17.55 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
69º episódio
18.30 - MUSIC BOX
19.40 - CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66», 28º episódio.

- 20.30 - CINE MAGAZINE
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMADOIS
«Alice nas Cidades»: um filme de Wim Wenders, com Rodiger Vogler, Yella Rottlander, Lisa Kreuzer, Edda Kochl, Sam Presti, Louis Moran e Hans Hirschmüller. Realizado em 1974, «Alice nas Cidades» chamou as atenções para o Cinema de um jovem cineasta alemão que excedendo todas as expectativas se iria afirmar como um dos mais importantes cineastas europeus da década. Segundo o próprio Wenders, este é um filme sobre os mecanismos da alienação, sobre a simples e quotidiana esquizofrenia produzida pelo relacionamento do indivíduo como mundo circundante. Assim, nas suas curtas e frias imagens a preto e branco, primorosamente captadas por esse excelente director de fotografia que é Robby Müller, cuja colaboração com Wim Wenders se iria revelar determinante, «Alice nas Cidades», que se centra na pequena e inesperada odisséia de um homem

desiludido e uma garota, decidida por uma Alemanha cinzenta e sufocante, fala-nos acima de tudo da exaustão dos sonhos e das ilusões num universo cada vez mais standardizado e homogéneo, onde os países e os valores se confundem na mesma amálgama de esterilidade, de vazio e de desencantamento. Duração: 110 minutos.

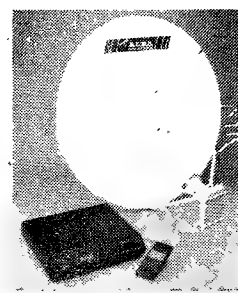
ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA

AUDIMAX

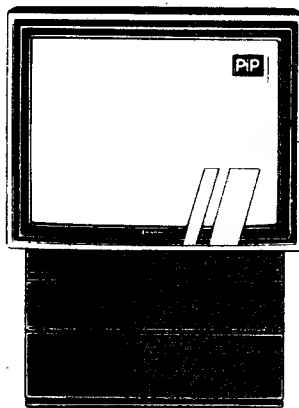
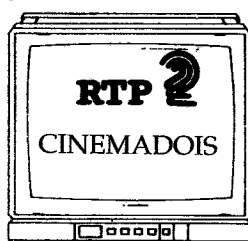
TEL. 410 62 75
ALGÉS

**AMANHÃ****RTP-1**

- 09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - TAMBÉM OS RIOS CORREM
14.15 - VILA FAIA
15.05 - O MUNDO ANIMAL
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.35 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.20 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«Um Dia de Cão»
23.55 - 24 HORAS
00.25 - UM DIA
00.30 - REMATE
00.45 - CARTAS DE HUMOR

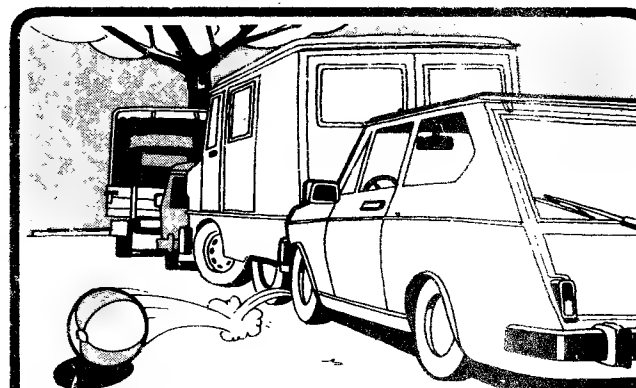
RTP-2

- 14.31 - TELEMERCADO
14.55 - FILHOS E FILHAS
15.20 - AGORA, ESCOLHA!
17.10 - OS CAMPBELLS
17.35 - HISTÓRIA DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS
18.05 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.45 - A ROTA MARÍTIMA DA SEDA
19.40 - CLÁSSICOS DA TV
20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O SUBMARINO
22.30 - SÉCULO XX
«A Caminho da Guerra»
23.20 - SOM DA SURPRESA

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...

BLAUPUNKT
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença

**AOS CONDUTORES**

"Mal pressinta a presença de crianças.
prepare-se para travar!"

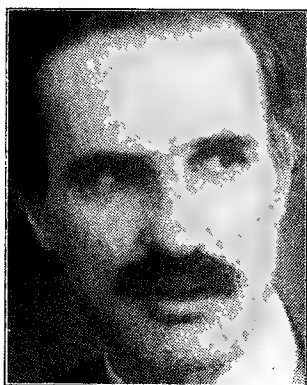
PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



«A solidão dos jovens na preparação da prova geral de acesso (...) dará lugar ao desenvolvimento da indústria de formação em 'cultura geral'»

Ana Maria Bettencourt, «Diário de Notícias», 26.03.90

A PERGUNTA DO DIA



Alberto Arons de Carvalho
deputado do Partido Socialista

Agora que a taxa de televisão vai ser abolida, faz sentido continuar a cobrar taxa de rádio?

«A questão da taxa da rádio é mais complexa do que a da taxa da RTP, visto que é preciso encontrar formas de custear o serviço público que aquela empresa paga, tanto mais que quatro dos canais da RDP não têm publicidade: o Canal 1 FM, o Canal 1 Onda Média, o Programa 2 e a emissão em onda curta. É calaro que sou favorável a libertar os contribuintes de mais encargos e burocracias, mas não é fácil encontrar a forma de garantir o financiamento do serviço público de radiodifusão. Entretanto, penso que o Estado não deve adiar por mais tempo o apoio às rádios locais, tendo em conta o serviço de interesse público que desempenham.»

Quarta-feira no

Diário de Lisboa

As próximas eleições no Leste

Eduarda Dionísio comenta a Prova Geral de Acesso

Eucaliptos: a «guerra» continua

Cartas de Washington e Moscovo

Artigo de Helena Roseta

A crónica de Joaquim Letria

ENTREVISTA

Toca há 40 anos e ainda tem medo do público. Entra em palco quase todos os dias mas prefere tocar sozinha, de preferência para gravar discos. Chama-se Maria João Pires, é conhecida em todo o Mundo e, depois de receber o Prémio Pessoa, confessa que nascer portuguesa lhe dificultou a carreira

«Sempre foi difícil vencer em Portugal»



DL-Quantos concertos tem marcados para o próximo mês?

MJP-Vinte e tal! Acumulei muitas marcações para Abril. No mês seguinte vou gravar um disco. Tive de ordenar datas, decidir entre o que já estava marcado com antecedência, outras coisas que aparecem e são interessantes. Trata-se, ao fim e ao cabo, de conciliar o que quero fazer, com aquilo de que não posso desistir.

DL-Quanto é que ganha?

MJP-Muito... mas resta-me pouco. A maior parte vai para empresários, impostos, viagens de avião, hotéis.

DL-Prefere gravar discos ou dar concertos?

MJP-Prefiro gravar discos, gosto muito mais. Apesar de ter muita rotina de palco e de já não me custar entrar em cena - o espectáculo tornou-se a segunda parte de mim - nunca tive características de quem gosta de estar em público... Nunca as tive e, com os anos, perdi as poucas que possuía.

O palco tornou-se um hábito, mas prefiro muito mais estar numa sala vazia, a fazer um disco.

DL-Porquê? Interessa-lhe a técnica que a gravação de um disco implica?

MJP-Não, pela ausência

de público. Sei que quando gravo um disco estou a tocar para o público, mas ele não está lá. Só eu, sozinha.

Às vezes penso que teria sido mais acertado para mim escrever livros... Os escritores, tal como os jornalistas, também comunicam com o público - mas ele não está presente na altura em que escrevem.

DL-Que outra profissão gostava de ter?

MJP-Cientista! Física ou qualquer coisa assim, ligada às ciências exactas. Já me passou o fascínio pela Medicina.

DL-Porque não estudou ciências exactas?

MJP-Comecei a tocar muito cedo e... acharam que eu tinha jeito! De tal forma que nunca mais deixei o piano.

DL-Agradou-lhe receber o Prémio Pessoa?

MJP-Ainda não sei se gostei ou não gostei. Quando me comunicaram que ele me havia sido atribuído, tive dificuldade em assumi-lo, durante semanas. Não para fugir às responsabilidades que representa, mas porque a escolha excluiu outras pessoas.

No contexto actual do País, na época de expansão e integração europeia e mundial que atravessamos, compreendo e res-

peito a decisão do júri. Sei que represento Portugal, isso é-me grato mas, mesmo assim, custou-me receber o prémio, porque outras pessoas foram excluídas.

DL-Ter nascido em Portugal e ter-se criado aqui, no Campo de Santana, foi importante para a sua carreira? Facilitou-a ou não?

MJP-Atrasou muito. A carreira de um intérprete está ligada a pontos de apoio e esses estão centralizados nos grandes países. Quem nasce em Inglaterra, ou na Alemanha, ou nos Estados Unidos, tem garantidas, à partida, muito mais possibilidades de sucesso, independentemente do talento que possa ter. Em Portugal sempre foi difícil vencer. No tempo da outra senhora havia problemas a todos os níveis. Diminuíram depois da Revolução, mas continuam a existir, toda a gente sabe isso. Quero dizer que um português, para alcançar o mesmo sucesso que um americano, por exemplo, precisa de trabalhar e de oferecer muito mais.

DL-O que é que gosta de fazer, além de tocar piano?

MJP-Gosto de ler, adoro. E gosto muito de fazer limpezas... Descontrai-me tratar da casa, lavar a loiça, cozinhar.



Nome de cachimbo

Esta crónica é especialmente dedicada aos fumadores de cachimbo e destinada aos industriais-empresários e aos filólogos. No entanto, a leitura não é interdita a todos os outros.

De que se trata? Desse leve e fofo instrumento, de cor branca ou colorida, cuja função é ajudar mediante o movimento apropriado entrando e saindo da boquilha, a limpar o cachimbo, nesse complexo acto de higiene quotidiana. É verdade, nem toda a gente se sujeita a abluções todos os dias, e ainda menos todos os fumadores inveterados procedem à operação de limpeza integral que qualquer tratado sério aconselha minimamente dia sim dia não.

O dito instrumento vende-se em embalagens transparentes à razão de 25, 50, 100 unidades mas em raras tabacarias; ainda menos do que as que vendem tabaco de cachimbo.

O fumador vive pois em regime de *apartheid*: conhece todos os postos de venda de cor. Como a gasolina depois da meia-noite...

Quanto à origem da mercadoria leve, leve, é sempre importada. A tecnologia portuguesa não chega a produzir, ou a indústria não quer fabricar esses *cleaners*, e digo-o bem em inglês não só porque habitualmente esses pauzinhos nos chegam de Inglaterra. Gostava de um dia limpar o meu cachimbo à portuguesa...

Cleaners, o nome dessa ferramenta suave, firme e elástica, vegeta em português: ouvi os resultados de duas tentativas, da parte de comerciantes especializados, de criar o termo. Baptizaram-nos de *descarbonizadores* e de *escovilhões*. Ambas as palavras arrevezadas, sem sedução semântica. Ouvi também a designação de «limpa-cachimbo», e de «limpa-chaminé», do meu filho.

Cada língua cria as palavras que precisa. Mais, um argumento para a asserção de que o verdadeiro culto de cachimbo até hoje ainda não se tenha instalado nesta terra, a meio-caminho entre os cachimbos elegantes da Europa, sobretudo anglosaxónica e germânica e os primitivos, barro, de África. Porque será assim?

A pergunta inspira reflexão quase antropológica. Mas não há melhor reflexão de que se tem fumando cachimbo, se possível limpo por esses leves e fofos instrumentos ainda sem nome codificado.

Jorge Listopad



A.M.A. Auto Monumental do Acervo

CONCESSIONÁRIOS



AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8

1000 LISBOA

Telex 63403.AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE ECONOMIA

Diário de Lisboa

O pão nosso de cada dia posto a nu por quem o fabrica, na certeza de que as potencialidades são muitas e que o consumidor sofre por falta de regras realistas

Industriais de panificação amassam má qualidade

Pão mal cozido, com muita humidade e peso a menos, pouco homogéneo, fabricado e vendido indiscriminadamente, com farinhas não controladas, o uso exaustivo da congelação e a deficiente formação dos profissionais do sector, são males que contribuem para a fraca qualidade do pão fabricado em Portugal, numa altura em que os preços, no sector, vão ser liberalizados. Se nem todos os industriais se preocupam com o consumidor, essa é, porém, uma das preocupações de Fernando Trindade, presidente da Associação dos In-

dustriais de Panificação de Lisboa, ouvido pelo DL.

É necessário, também, criar regras eficazes para combater a venda clandestina e controlar a qualidade das farinhas e do pão, sem tabelar os preços, salientou.

Estas foram algumas conclusões do Encontro Luso-Italiano dos Industriais de Panificação, efectuado em Lisboa, nos dias 22 e 23 de Março, o qual salientou que o pão português é, mesmo assim, tão bom como o italiano, embora fique prejudicado pela pouca

diversidade de tipos existentes no mercado.

Como disse ao DL, Joaquim Venâncio, engenheiro agrónomo, especialista em indústrias agro-alimentares, «não ficamos nada a dever aos italianos».

Tecnologia já há, falta é adaptá-la à realidade portuguesa, formando mais trabalhadores no sector e reapetrechando o respectivo parque industrial, com vista à concorrência e à consequente melhoria da qualidade do produto final.

Centrais

Direct mail aumenta tráfego postal

Empresas e particulares estão a descobrir as virtualidades do *direct mail*. Fruto desta descoberta progressiva o tráfego postal publicitário ascendeu a 100 milhões de unidades em 1989 e envolveu verbas que ascenderam a três milhões de contos.

Dulce Mota, directora do serviço de Correspondências dos CTT, considera que este mercado está em franca expansão e prevê um desenvolvimento sustentável nos próximos tempos. Como razão para tal, indica a ainda baixa captação deste tráfego e a crescente implantação em Portugal dos principais operadores internacionais. Utilizado principalmente por agentes institucionais e empresariais, o *direct mail* tem na existência e organização de ficheiros o segredo do seu sucesso.

A expansão que vive de momento não esconde, contudo, algumas insuficiências.

Pág. 8

Publicidade exige estratégia empresarial



É SUGESTIVO, MAS TALVEZ DEVESSEMOS TER DADO MAIS DESTAQUE AO PRODUTO.

Feita de apelos ao sonho e à maravilha, a publicidade é indissociável do quotidiano de todos e cada um. Antes, porém, de chegar ao conhecimento das pessoas, existe um conjunto de requisitos a cumprir, para que a mensagem seja eficaz.

Estes requisitos, que assentam, desde logo, na qualidade do produto publicitado («sem bons produtos, não há boa publicidade», como afirma Elsa Luz, directora de uma revista especializada) estendem-se da capacidade da empresa vendedora posicionar-se no mercado à própria atracção da mensagem e inclui, em particular, a verificação de uma estratégia empresarial, como salientam Maria Clara Almeida e Jorge Romero Monteiro, formadores do CIFAG. Estes últimos, aliás, alertam para o facto de serem poucas as empresas que, em Portugal, utilizam plenamente as potencialidades do *marketing*.

Em particular, apontam a ineficácia de uma publicidade «cega» e contrapõem a necessidade que as empresas têm de realizar acções publicitárias que partam das aspirações dos potenciais clientes, o que passa pela sua identificação prévia.

Pág. 6

Abertura do Leste fecha Portugal
Pág. 2

A crise das despesas públicas
A análise de Geraldo Dias
Pág. 3

Investimento estrangeiro é realidade a aceitar
Pág. 3

AGROPROMOTORA

CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS

PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONOMICA PARA A AGRO-INDUSTRIA

RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX — 7935417 — 1600 LISBOA

ECONOMIA

Rui Machete considera que, se os políticos e os empresários portugueses forem incompetentes, Portugal ficará «um país agradavelmente turístico»

Abertura do Leste fecha Portugal

«Portugal ficará um país agradavelmente turístico, se não fizer nos próximos três a cinco anos as modificações que já deveria ter feito e que justificaram o período de transição, antes da adesão à Comunidade», afirmou Rui Machete ao «DL» durante a realização da segunda conferência do Wilson Center sobre Portugal.

O presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento fez depender a manutenção dos poucos anos que Portugal ainda tem de avanço sobre os países de Leste da competência política e empresarial nacional, porque «isto não vai por si».

Da ausência daquelas modificações fruto destas competências, Rui Machete entende que resultarão «consequências gravíssimas».

Para contrariar a deslocação «adquirida» do eixo europeu para Leste, que reforça a periferização de Portugal, Machete recomenda «agressividade», porque «há o risco dos países menos agressivos poderem ficar prejudicados».

Desta deslocação, diz, ir-se-á ressentir o esforço de desenvolvimento das empresas estrangeiras, desde logo alemãs, localizadas em Portugal. Por outro lado, acrescenta,

também os fundos estruturais da Comunidade poderão sofrer uma «entorse», devida ao atendimento das necessidades daqueles países.

Mas não é só ameaças que o Leste nos oferece. «Portugal deverá aproveitar as oportunidades de investimento».

Divulgar, divulgar

Ao contrário do que diz o slogan, Rui Machete considera que «Portugal não está na moda, pelo menos nos EUA». A realização de um grande esforço de promoção da imagem nacional no mercado norte-americano é considerada fundamental. «De outro modo, como é que comunicam connosco?». É que ainda são poucos os norte-americanos que, como James Jones, presidente das Bolsas, pensam que «é difícil encontrar país mais atractivo do que Portugal para investir dólares».

O presidente da FLAD diz que os americanos «precisam de saber onde é que fica Portugal, que a capital é Lisboa, que estamos na CEE e quais são as potencialidades da nossa economia».

A venda desta imagem tem o argumento de peso da pertença à Comunidade. «É só porque integramos o mercado europeu que

temos perspectivas, mas temos de ser mais agressivos». Caso contrário, manter-se-á a situação actual com as empresas americanas a implantarem-se em Espanha, constata.

Depois de afirmar que «a FLAD quer pôr Portugal conhecido nos EUA», Rui Machete aponta a necessidade da coordenação de esforços nas actividades de promoção e realça, a propósito, política de abertura do ICEP, «que não é seguida por outros organismos».

A realização, em curso, de vários seminários, em colaboração com a AIP, AIPortuense e Câmaras de Comércio, e a edição, em breve, de uma newsletter destinada à comunidade académica e financeira, a ser distribuída pelo Camões Center da Universidade de Colúmbia, são algumas das medidas que corporizam a actividade de promoção levada a cabo pela Fundação.

«Fortaleza-Europa»

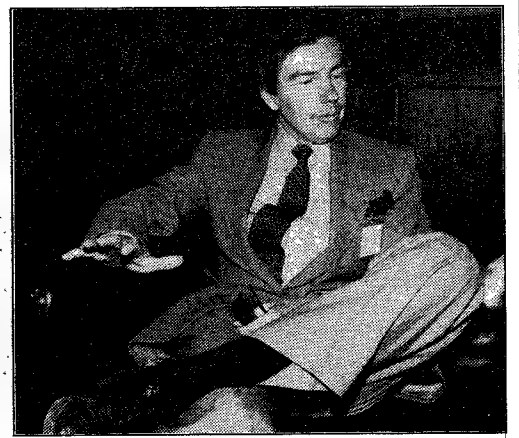
Não há justificação para a ideia da «Fortaleza-Europa» existente nos EUA, a propósito da construção do Mercado Único, considera Machete, que atribui a sua existência «ao exemplo do Japão».

Esta ideia, de resto, foi bem evidente nas declarações do senador republicano William Roth à conferência: «Há apenas três coisas que nos preocupam relativamente ao Mercado Único Europeu: em primeiro lugar, o acesso, em segundo, o acesso, em terceiro, o acesso...».

Apesar de haver «maneiras subtis» de dificultar a entrada de produtos não-comunitários (pauta aduaneira comum, direito de estabelecimento, quotas de mercado...), para Machete «a política da Europa é o livre-câmbio».

Porém, de uma forma ou doutra, a integração de Portugal na CEE pode desempenhar «um papel muito útil» para a entrada dos americanos na Europa.

Portugal, diz, é o vizinho mais próximo dos EUA neste lado do Atlântico e pode-lhes oferecer «condições excepcionais», que vão da estabilidade política às infra-estruturas. A condição *sine qua non* para captar a sua atenção é a agressividade e a promoção da imagem porque, remata, «para sermos realistas, os EUA são mais importantes para nós, do que nós para eles».



Michael Aho

Extremismos ameaçam negociações do GATT

Na conferência, as actuais negociações para a revisão do GATT ocuparam lugar de relevo. Michael Aho, membro do Council on Foreign Relations, considera que o multilateralismo, enquanto método negocial, está desacreditado.

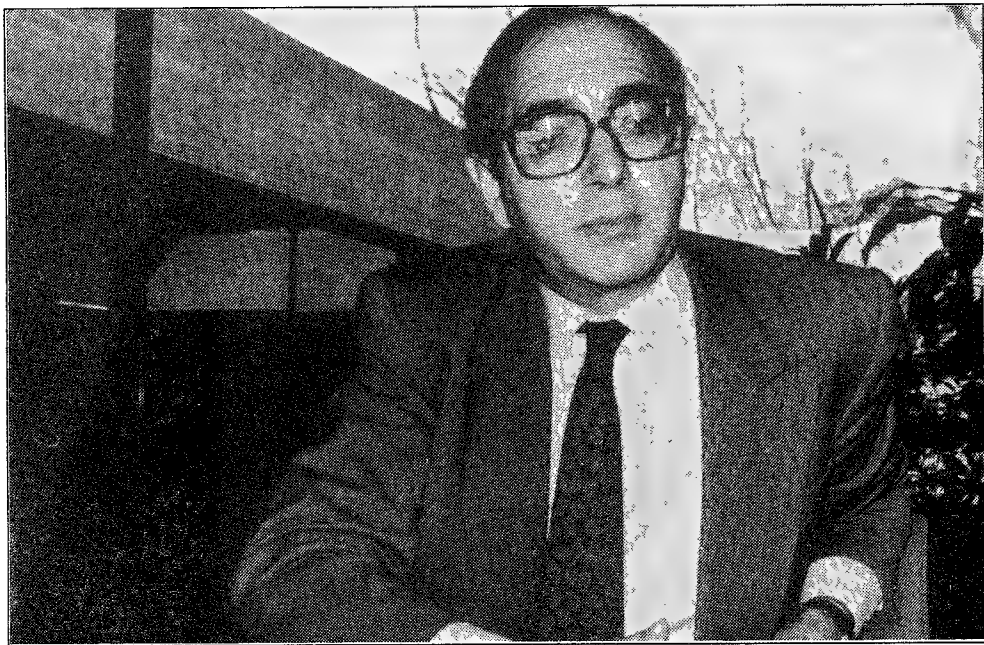
Segundo afirmou ao «DL», o principal problema para o aparecimento de resultados concretos do «Uruguai Round», que dura há quatro anos e tem de terminar em Dezembro próximo, «é a falta de vontade política dos EUA, da Europa e do Japão», que classificou como «os actuais elefantes do mundo económico». Antes, disse, só havia um: os EUA.

Na comunicação que apresentou à conferência, Aho expressou o entendimento que as posições extremas advogadas pelos EUA e pelo Japão estão a envenenar a atmosfera das boas relações comerciais e a polarizar o debate dentro de cada país e que, por outro lado, as relações americanas com a CEE não só não são muito melhores do que com o Japão como podem, inclusive, vir a ser piores.

Ao comentar os termos das discussões, Aho disse que «à medida que sobem os termos nacionalistas das propostas, o debate parece menos sobre comércio e cada vez mais sobre o orgulho nacional e a posição americana no mundo».

A constituição de blocos regionais e a irrupção do unilateralismo serão as consequências do eventual falhanço das negociações do GATT.

R.N.



Rui Machete: «É necessário divulgar Portugal nos EUA»

Rui Nunes

«Grande Casa Europeia» é aposta de empresários

Ministros do Leste debatem cooperação na Associação Industrial Portuguesa

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países de Leste que, no passado dia 24 se deslocaram às instalações da AIP, para um encontro com empresários portugueses, ouviram Afonso Patrício Gouveia, presidente da mesa da Assembleia Geral da Associação, falar da «Grande Casa Europeia», das alterações verificadas na sua parte mais oriental e do empenhamento em colaborar «nas mudanças profundas que o ordenamento económico exige».

Os representantes da Bulgária, Checoslováquia, Polónia e URSS assistiram, assim, a um apoio implícito ao projecto de Gorbatchev, a constuição da Europa do Atlântico aos Urais, teoria que o chefe da Diplomacia portuguesa parece não partilhar, conforme afirmou em entrevista publicada no DL da passada sexta-feira.

A AIP promoveu este encontro com empresários portugueses por considerar, conforme disse Patrício Gouveia, «que o caminho certo é o associativismo empresarial directo», uma das possíveis formas de alcançar as citadas mudanças exigidas para «o restabelecimento da liberdade de iniciativa e da democratização, que só o verdadeiro mercado comporta».

A Associação, que participa no grupo de trabalho CEE/Países de Leste, constituído em Bruxelas em Janeiro de 1989, no âmbito da UNICE, desde 1987 que trabalha sistematicamente com os países de Leste, numa jogada de antecipação que se baseou, conforme disse o presidente da sua AG, em dois factores económicos.

Se, por um lado, segundo disse, o facto do relacionamento económico global com o Leste representar, em 1987, menos de um por cento do total nacional, contra mais de 82 para o conjunto CEE-EFTA, por outro, há a percepção de que as mudanças de modelo político haveriam de imprimir, ao modelo económico, uma alteração que redundaria numa aproximação às economias de mercado ocidentais.

Conforme disse Patrício Gouveia, a AIP «não foi apanhada desprevenida pelo forte movimento de aproximação dos Governos e estruturas empresariais comunitárias, desencadeado a partir da Cimeira de Luxemburgo entre a CEE e o CAEM», referindo igualmente que «a estratégia de abertura total, no plano económico, da CEE (...) envolvem problemas de estratégia e de relacionamento empresarial que devem ser devidamente equacionados».



A AIP na crista da onda das transformações económicas

ECONOMIA

Investimento estrangeiro como realidade a aceitar

A abertura do País ao mercado exterior vai estimular uma acção mais rápida de correcção dos principais problemas portugueses

O investimento estrangeiro está associado a benefícios para a economia que têm a ver com o próprio acto de investimento. Cria postos de trabalho, riqueza, desenvolvimento e, nisso, não se distingue em nada do investimento nacional.

Evidentemente que esta apreciação é limitada e unidimensional. No entanto, é uma via para tentar desmistificar uma questão que inúmeras vezes é posta em causa - ao promover-se o investimento estrangeiro não se estará a criar dificuldades e concorrência ao investimento nacional?

Aparentemente esta questão pode alertar alguns empresários portugueses, criando neles uma certa hesitação e traduzindo este problema como um acréscimo de concorrência incómoda, tornando o investimento estrangeiro objecto de uma aceitação hesitante por parte da indústria já estabelecida.

No entanto, a questão passa pela resolução de outros problemas e, quando se ouve dizer que o desenvolvimento nacional passa pelo investimento estrangeiro, temos de nos despir de alguns preconceitos lusitanos e aceitarmos a realidade.

Será, pois, através dele que Portugal poderá desenvolver dentro de si próprio as actividades cujas condições económicas de acesso são actualmente demasiado exigentes. Ou seja, o investimento estrangeiro em Portugal tem de ser visto com um alcance associado às nossas próprias expectativas de desenvolvimento.

Papel desempenhado

Uma das mais notórias e imediatas consequências da adesão de Portugal à CEE foi, e continuará a ser, o aumento substancial do investimento directo estrangeiro em Portugal.

Este investimento tem tomado não só a forma de lançamento de empreendimentos no nosso País, mas também a de aquisição de empresas ou activos portugueses.

Esta evolução era não só previsível, mas também desejável. Para participar na Europa, Portugal tem de aceitar os investidores europeus, cujo interesse pelo nosso País aumentou substancialmente, graças às oportunidades e garantias que a adesão às Comunidades fornece.

Da mesma maneira a tomada de posições na Europa, por investidores portugueses, deverá ser um dos elementos essenciais de uma integração económica do país na Comunidade.

Por outro lado, espera-se que o investimento estrangeiro possa exercer o papel de líder no que respeita à necessária inovação em sectores em que Portugal está claramente atrasado, quer tecnologicamente, quer do ponto de vista da capacidade de gestão. Por esta razão, o investimento estrangeiro, europeu ou não, tem sido em geral acolhido de bom grado e beneficiado de vantagens e incentivos importantes.

A entrada maciça de capital estrangeiro em Portugal e a consciência da debilidade da nossa estrutura empresarial, têm levantado algumas reacções negativas, face ao receio de que, através da tomada de posições-chaves na indústria ou nos serviços, os estrangeiros assumam o controlo da economia portuguesa.



Fábrica de Cacia da Renault, empresa que é a primeira exportadora portuguesa

Teme-se, igualmente, que perante as ofertas aliantes das grandes empresas ou grupos estrangeiros, os empresários portugueses vendam um pouco ao desbarato as suas empresas, ligando, sobretudo, à incerteza do futuro económico das suas actividades com a integração de Portugal no Mercado Comum.

É evidente que este risco existe, mas não com a intensidade que alguns lhe querem dar. A introdução de medidas proteccionistas ou de restrições ao investimento estrangeiro, em resultado deste receio, poderão originar consequências mais sérias do que os eventuais riscos de perda de controlo de alguns sectores.

A integração na Europa implica a reestruturação da indústria, com inevitáveis modificações do controlo e propriedade das empresas. É previsível que, em muitos sectores, investidores estrangeiros estejam em melhores condições para gerir activos portugueses do que os próprios portugueses estarão. Existem sectores que, historicamente, promoveram

o desenvolvimento dos países que vão à frente e que já atingiram a sua fase adulta, e por isso poderão dar uma outra dinâmica no terreno nacional.

Mas espera-se que em muitos outros sectores os empresários portugueses sejam capazes de obter rentabilidades superiores à dos concorrentes estrangeiros, o que lhes deverá permitir não só manter o controlo das suas actividades em Portugal, mas evidentemente expandi-las e adquirir posições de controlo no estrangeiro.

É, aliás, em grande parte, a abertura ao capital estrangeiro em Portugal que criará as condições para um maior investimento português no estrangeiro, que se canalizará para os sectores em que o país manterá sólidas vantagens competitivas e reforçará a rentabilidade das

actividades localizadas no País.

Os nossos números

Nestes dois últimos anos verificou-se, em Portugal, um certo incremento e um aumento considerável do investimento estrangeiro.

As entidades oficiais têm incentivado este tipo de investimento, no intuito de internacionalizar a economia, através de variadas acções e estando abertos a fornecer as informações necessárias. Os sectores da actividade que tentam dar primazia para investir são os que requerem maior tecnologia avançada e os sectores tradicionais da nossa economia que tenham necessidade de se modernizar, no sentido de produzir com maior qualidade e conquistarem novos mercados.

Assim, e segundo dados oficiais, o valor total de investimento directo estrangeiro autorizado foi, em 1988, de 138.052.098 contos, englobando 1.853 processos apresentados. Em 1989 estes valores subiram para 317.91.361 contos e 2.326 processos entrados.

Os sectores de actividade

mais escolhidos pelos investidores estrangeiros, no último ano, por ordem decrescente são as operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas, bancos e outras instituições monetárias e financeiras, construção e obras públicas, restaurantes e hotéis, comércio por grosso.

Os tipos de operação mais utilizados pelos investidores estrangeiros, na globalidade, tem sido nos investimentos em empresas instaladas, onde investiram 66.743.347 contos, em 1988, e 184.069.055 contos em 1989. A maneira mais corrente de intervirem nas empresas já instaladas no país é através do aumento de capital.

No que diz respeito ao investimento em novas empresas, houve um aumento considerável neste tipo de acção, havendo uma maior intervenção na criação de empresas, com um peso de 80,6 por cento em 1989, do que na criação de sucursais, com 19,4 por cento no mesmo ano.

A forma mais corrente para porem em prática estes tipos de operações é fazendo a importação de divisas.

Dos países que mais investiram em Portugal, destacam-se os que estão integrados na Comunidade Europeia, estando em primeiro lugar o Reino Unido (41,9 por cento), seguido da França (13,4), Espanha (12) e Holanda (11,6).

De facto, em 1988 houve um investimento, por parte dos países da CEE, de 87.033.471 contos, passando para 235.891.843 em 1989, o que faz com que seja o grupo de países líder na entrada de investimento estrangeiro no nosso país.

Dos países pertencentes à EFTA, os que mais contribuíram para o aumento do investimento estrangeiro em Portugal foi a Suíça (58,6 por cento), Suécia (23,1) e Finlândia (11,7). Na globalidade, os países da EFTA investiram 34.246.821 contos em 1989.

Os restantes países que tiveram mais significado, em termos de investimento estrangeiro, foram o Brasil e os Estados Unidos, havendo uma acentuada participação brasileira durante o último ano.

A abertura do país ao mercado exterior vai estimular uma acção mais rápida de correcção dos nossos principais problemas, tendo maior consciência das nossas fraquezas e vulnerabilidades. E a economia portuguesa beneficiará de maior modernização e poderá concretizar um potencial de desenvolvimento que espera melhores dias.

Isabel Braz

COMENTÁRIO

A crise das despesas públicas

A quem compete o financiamento das despesas sociais - saúde, ensino, pensões, subsídios de desemprego? Os neoliberais são partidários de um Estado neutro hostil à protecção social e conseguem, por vezes, atrair reformados e desempregados excluídos pelo aparelho redistributivo/igualizador.

As dificuldades de financiamento dos sistemas de protecção social pública relacionam-se com a crise económica que vem pôr em causa o seu papel de legitimação democrática. A função da redistribuição de privilegiados para não privilegiados é afectada num contexto em que há menos contribuições para mais despesas.

O Estado providência, que em princípio tem um papel de redistribuição parcial dos rendimentos, contudo depende da distribuição inicial. Os defensores da crise da oferta vêm lembrar o carácter incontrolável e ilegítimo das despesas sociais - têm um efeito de evicção e os défices públicos escapam às arbitragens privadas.

Há aqui um efeito simbólico, pois não são todas as despesas que são atacadas, para além de se escamotear o interesse económico das transferências num contexto em que, mesmo para os Governos que mais terão posto em causa a sua legitimidade, a supressão das mesmas é inimaginável.

Numa concepção mercantil pura, para instaurar o mercado os desempregados não devem ser protegidos e a regulação deve seguir o seu caminho natural - venda do trabalho/salário/consumo. Desaparecem o desemprego como categoria económica e os desempregados como categoria social. Só a protecção social privada reintegra o mundo das trocas mercantis quando é financiada pelas contribuições dos assalariados.

O Estado providência é o produto de compromissos históricos. As crises dos anos 70 - estrutural, internacional - vieram alterar os acordos do pós-guerra. Das alterações nas relações internacionais, às mudanças intersectoriais internas, foi-se aprofundando um processo de deslegitimação do Estado social de componentes múltiplas - gestão, racionalidade económica, apoio político.

Emergem problemas a nível da deriva burocrática e da impermeabilidade das instituições, da apropriação de vantagens por agentes fornecedores de serviços, de objectivos distorcidos por clientes em posições privilegiadas, de banalização de privacidade e autonomia.

Levantam-se dificuldades em torno da pressão fiscal, não há meio de se saber a relação entre os descontos individuais e a sua utilização colectiva, criam-se clivagens entre contribuintes e beneficiários, reproduzem-se estratégias de contorno, manifestam-se oposições empregados/desempregados, a lembrar que a indemnização aos inativos só funciona se houver poucos.

Do ponto de vista da legitimidade e apoio político, as evoluções, em termos de opinião pública, partidos políticos e sindicatos, emitem sinais da fragilidade dos compromissos, dão visibilidade aos aspectos de iniquidade num contexto de dualização e polarização sociais.

A actividade redistributiva do Estado limita, em princípio, as desigualdades sociais porque todos os «com direito», seja qual for o seu grupo de pertença, podem aceder ao uso dos equipamentos colectivos disponíveis. Os estudos sociológicos mostram, contudo, que esse valor de uso pode beneficiar as categorias mais favorecidas.

A afirmação das novas formas de regulação social que desbloqueiem a inovação é problemática, face às dificuldades que levantam, ao nível de ordem social - crises das classes médias, por exemplo. A gestão/selecção dos diferentes regimes de protecção social - aumento/redução das contribuições obrigatórias/sistemas de regalias - têm também a ver com aspectos de visibilidade/legitimidade.

Torna-se necessário o reforço da eficácia e transparência através de uma dinâmica de mobilização da colectividade e de autonomização, ao nível do Estado - distribuir poderes a entidades descentralizadas, funcional e territorialmente.

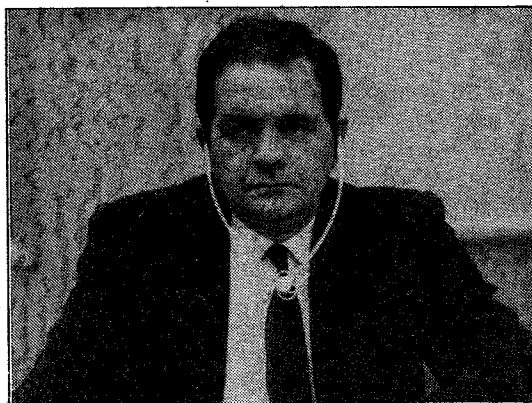
Há que desenvolver formas de associação com todos os actores do desenvolvimento, das regiões e colectividades locais às cooperativas ou associações de cidadãos, empresas e instituições financeiras. É no contexto das políticas públicas de desenvolvimento que fará sentido uma protecção social/fiscalidade diferenciada - suporte das categorias mais modestas, seguro para as mais desfavorecidas - que compatibilize as despesas sociais com o crescimento do rendimento nacional.



Geraldo Dias

ECONOMIA

Ausência de regras eficazes de comercialização faz aumentar a venda indiscriminada e clandestina. Quem paga é o consumidor, que é aconselhado a readquirir o hábito de comprar apenas nas padarias



Fernando Trindade: «Governo deve criar regras rígidas contra a venda clandestina»



Fausto Dias Correia: «Peso mínimo do pão tem de ser fixado, mas os preços devem liberalizar-se»



Raimondo Cubadda: «A opinião pública e a imprensa italianas têm uma força que em Portugal não existe»

Em causa a qualidade do pão português

O pão comum deverá aumentar de preço a partir de Julho, data em que termina a sua tabelação. Mas as questões relacionadas com a qualidade do produto apresentado ao consumidor mantêm-se: falta de homogeneidade, ausência de regras regulamentadoras eficazes, venda clandestina, excesso de aditivos, discutíveis normas de congelamento, deficiente formação de muitos profissionais e envelhecimento tecnológico do parque industrial.

Com a liberalização dos preços e a livre concorrência, será que a qualidade do pão português vai melhorar? As dúvidas persistem e algumas críticas são apontadas. Mais ou menos cozido, atirado aos montes para prateleiras de supermercados, peso a menos ou alto grau de humidade, feito com farinhas não controladas, congelado após fabrico para *stocks*, de tudo isto o pão pode ser vítima se os organismos de classe e os consumidores não tiverem força de intervenção.

«O nosso pão é tão bom como o italiano, temos é menos diversidade e os meios de produção não estão tão aperfeiçoados como os deles», disse ao DL Fernando Trindade, presidente da AIPL, Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa, durante o Primeiro Encontro Luso-Italiano de Industriais de Panificação, Lispani 90, realizado em Lisboa nos passados dias 22 e 23 de Março.

A Lispani, promovida pela Câmara de Comércio Italo-Portuguesa de Milão, Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e pela Associação Comercial de Lisboa, foi organizada pela AIPL e pela Federpanificatori de Roma e Milão.

Falta de regras

Considerando o pão fabricado pelos industriais portugueses, um produto de «qualidade», Fernando Trindade delarou que o Governo devia criar uma regulamentação mais rígida contra as vendas clandestinas e uma obrigatoriedade nos pesos mínimos, para não nos arriscarmos a ter, no

mercado, uma carcaça com 20 gramas, quando o mínimo conveniente são as 50 gramas.

Como conclusões ao Encontro, o presidente da AIPL salientou também a necessidade de as empresas se modernizarem, levando a cabo o apetrechamento do seu património, formando os trabalhadores e diversificando o produto, seguindo sempre regras higiénico-sanitárias básicas, com vista a satisfazer, da melhor maneira, o consumidor.

Segundo Fernando Trindade, este certame atingiu os objectivos a que se propôs: contribuiu para aprofundar a discussão sobre as novas tecnologias da produção e comercialização do pão; incrementou o intercâmbio entre os dois países com vista a iniciativas conjuntas, nomeadamente trocas de informações sobre a inovação tecnológica do sector, a formação profissional e a transferência de tecnologias.

Tanto Jorge Antas como José Tavares, respectivamente secretário de Estado e director-geral do Comércio Interno e sublinharam que o Governo aceita o mercado livre no sector, não se substituirá aos operadores, mas estará atento ao cumprimento das regras higiénico-sanitárias e de concorrência regulamentadas, cujo objectivo é defender o consumidor.

A este propósito, interveio Fausto Dias Correia, presidente da Associação dos Industriais de Panificação do Norte:

«O regulamento higio-sanitário, promulgado em 1986, tornou ainda mais permissiva a economia paralela no comércio do pão. Criou situações tão ridículas, como a obrigação do uso de uma luva elástica para manusear o pão no acto da venda. A indústria de panificação renova agora a sua pretensão de ver publicado um regulamento realista e actualizado que, sem impedir a sua livre comercialização, moralize o sector, defenda o consumidor, proibindo o fabrico e a venda clandestina.»

O aparecimento da venda clandestina fica, em parte, a dever-se ao desapareci-

mento dos vendedores domiciliários, que no final dos anos 70 constituíam um exército de mais de 10 mil pessoas.

Pão e detergentes

Enquanto as regras de comercialização não forem efectivadas e se permita a venda indiscriminada de pão, tal como em supermercados ao lado de detergentes ou sapatos, a qualidade do pão e da indústria que fabrica não poderão criar a imagem de qualidade que necessitam para emparceirar com os outros países comunitários.

«Impõe-se que as novas lojas sejam atraentes, confortáveis e dotadas de boa exposição e apoio de frio, de modo a proporcionar aos clientes produtos nas melhores condições, grande variedade de pães e, se possível, recém-cozidos. Assim, o consumidor retomará o hábito perdido de comprar o pão na padaria, único local onde terá garantida a sua frescura e a certeza de tudo se encontrar nas melhores condições higiénicas», afirma Fausto Dias Correia.

Como disse ao DL Raimondo Cubadda, professor do Instituto Nacional de Nutrição de Roma, «também o pão italiano sofre dos mesmos males, não sendo possível fazer um controlo exaustivo junto dos fabricantes, distribuidores e vendedores, para que a qualidade seja assegurada a 100 por cento».

Para Raimondo Cubadda, o pão português não é inferior ao italiano. Em Itália existe é uma maior diversidade de tipos de pão.

De resto, o ritmo de vida nas grandes cidades e os hábitos modernos obrigam a uma normalização dos métodos de fabrico, inclusivamente na congelação do produto.

A grande diferença para melhor, sublinhou o professor Cubadda ao DL, reside na grande força que a opinião pública e a imprensa têm em Itália, na defesa do consumidor, o que não se verifica em Portugal.

Rui Ferreira e Sousa

Padeiras, forneiras e chameiras

O pão foi introduzido na Europa ocidental pelos romanos, mas o seu uso remonta ao princípio da História. Os egípcios, por exemplo, inventaram fornos e fabricam o pão branco há mais de quatro mil anos.

«Hoje onde é a Suíça, já se fabricava pão há mais de 10 mil anos», salienta Francisco Alves Borges, vice-presidente da Associação dos Industriais de Panificação de Lisboa.

Até ao século XI, o pão era fabricado em Portugal em termos familiares e em fornos de família. Com a reconquista de Portugal ao mouros, foi introduzida uma lei do imperador Carlos Magno, pelos cruzados franceses, segundo a qual os fornos de cozer pão eram propriedade do rei ou de

fidalgos.

Até ao princípio do século XVI, fazer o pão era um trabalho de mulheres, as padeiras que o amassavam e formavam, as forneiras que o coziam e as chameiras que chamavam as padeiras para se deslocarem aos fornos públicos.

A cultura do milho em Portugal remonta ao ano de 1525, trazido por portugueses da América do Sul. Havia três tipos de pão entre os séculos XV e XVII: o Pam de Rua, consumido pelos pobres, o Pam de Callo, que era o pão alvo consumido pelos nobres, clero e gente rica e o Pam de Monda que era dado aos indigentes, nas portarias dos conventos.

Em 1527, D. Manuel I doou o chão da Ribeira com o fim

da Câmara de Lisboa mandar ali construir casas para «agasalhar o pão», destinado ao marítimos. D. João III mandou depois construir «engenhos de amassar, cozer e biscoitar o pão».

No livro das posturas reformadas, no ano de 1610, do Senado de Lisboa, vê-se uma lei em que as padeiras que vendessem pão, fora dos lugares que lhes eram designados tinha a Câmara alçada para mandar açoutá-las, sem que dessa sentença houvesse apelação nem agravo.

No mesmo livro são fixados preços e taxas e em 12 de Maio de 1660 são já dadas indicações referentes ao peso do pão:

«Ordena o Senado que os quatro almotacés das execuções que ora servem,

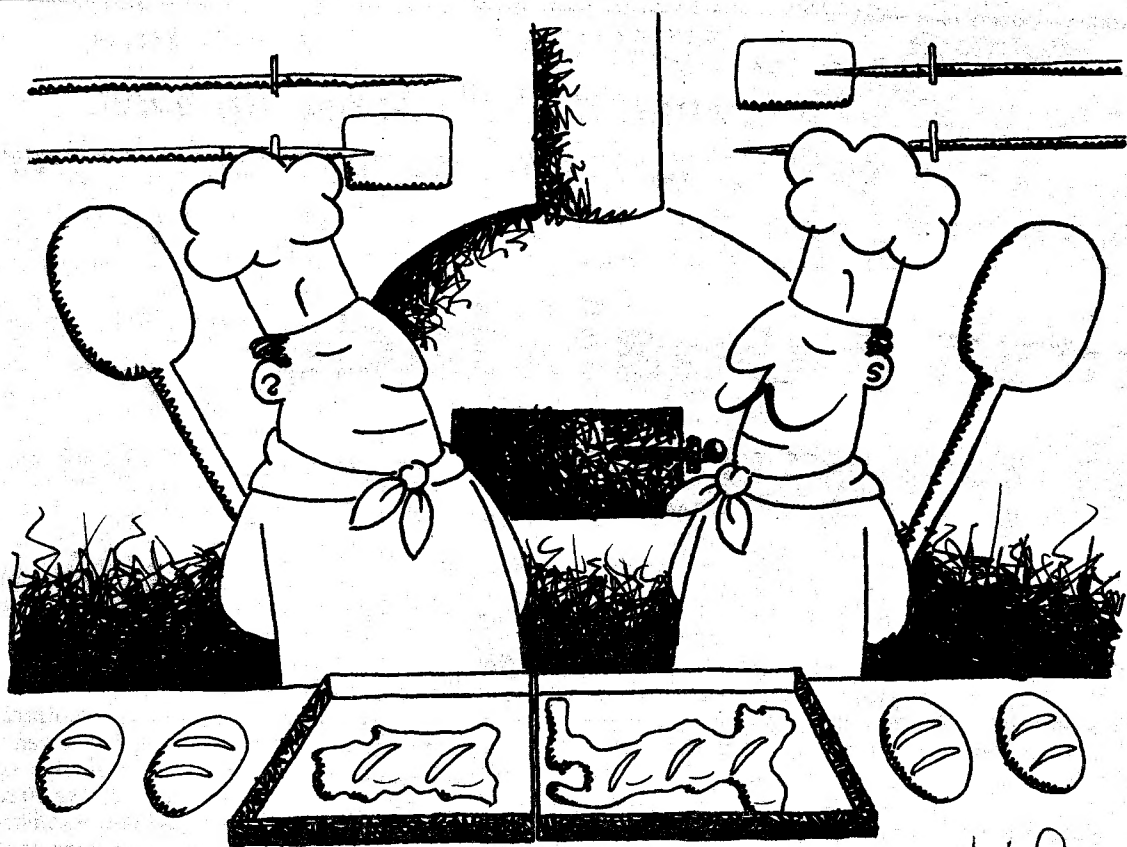
visitem todos os dias os bairros da cidade, dividindo-se por eles com todo o cuidado, e façam diligências com as padeiras, vendo, se o pão é do peso de estilo, e não sendo do peso de estilo as condenem na pena das posturas.»

Como refere, Francisco Alves Borges, de norte a sul de Portugal começam a ser fabricados regularmente pães e bolos regionais em datas festivas, de que se salientam a fogaça, o folar, as bolas de carne, os pães-de-ló, os pãezinhos de erva doce, o pão de mesa.

Só a partir do século XX se pode falar em indústria, já que até aqui, o pão era cozido em fornos públicos e feito por processos tradicionais, transmitidos de geração em geração.



Pão português: pouco homogéneo, feito de farinhas indiscriminadamente, mal acondicionado, de qualidade mas tão bom como o italiano



Justo Paz '90

Falta de homogeneidade é o problema mais grave

Tecnologia é tão boa como a italiana, o que falta é a formação dos profissionais do sector

«A falta de homogeneidade e a falta de controlo sobre a variedade de processos de fabrico são os problemas mais graves que se podem apontar ao português», disse ao DL Joaquim Venâncio de Carvalho, engenheiro agrónomo, especializado em indústrias agro-alimentares e técnico da Gist-Brocades.

Para Joaquim Venâncio, Portugal possui, em termos globais, tecnologia tão boa como a italiana, residindo o mal na deficiente formação de grande parte dos profissionais portugueses do sector.

Uma das consequências deste facto, para além da qualidade, é a impossibilidade de colocar no mercado uma enorme diversidade de modelos de pão, captando desse modo mais clien-

tes, o que é a grande virtude dos italianos. «É fundamental que a indústria de panificação assegure, junto de fornecedores credíveis, as matérias-primas de que carece, pois desta forma obterá níveis de qualidade constante com um esforço em capital e recursos humanos relativamente diminutos quando comparados a outras alternativas», afirma Joaquim Venâncio.

Torna-se, por isso, imprescindível, na opinião deste técnico, evitar que as flutuações qualitativas das farinhas se reflitam na indústria, procurando receber-se, com cada lote, os elementos analíticos que permitam corrigir receitas e processos de acordo com as características da matéria prima.

Segundo os indicadores fornecidos por Joaquim Venâncio, a indústria de panificação portuguesa apresenta uma produtividade baixa relativamente a outras indústrias agro-alimentares e uma pesada componente humana nos factores produtivos.

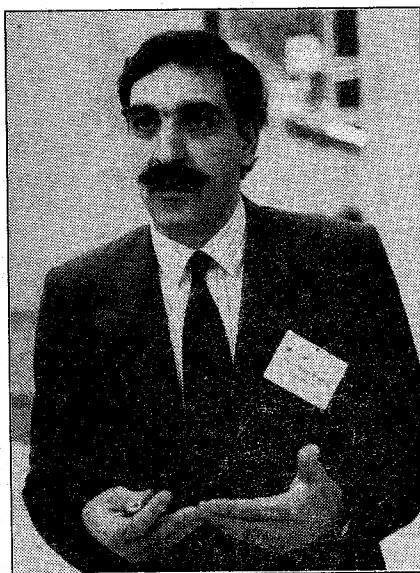
Possui, por outro lado, um forte potencial gerador de mais-valias face ao elevado grau de transformação da produção e um desenvolvimento tecnológico baixo e, portanto, fortes possibilidades de crescimento.

Sendo o aumento de produtividade o factor primordial para a sobrevivência da indústria de panificação, num mercado concorrencial, Joaquim Venâncio propõe as seguintes medidas: o esforço constante na actualização tecnológica, o reforço da formação profissional dos trabalhadores e o incremento da qualidade das técnicas de gestão de produção e de marketing.

Recurso ao frio

Para aquele engenheiro, o recurso à utilização do frio, como factor de conservação e congelamento, se for convenientemente administrado, permitirá «uma boa rendibilização da mão-de-obra e do equipamento; a racionalização do trabalho; uma diversificação da gama para venda e um ajustamento da oferta à procura».

Registe-se que no seio das indústrias



Joaquim Venâncio: «É urgente a formação de profissionais do sector para melhorar a qualidade»

agro-alimentares, a indústria portuguesa de panificação contribui com cerca de 7 por cento do valor bruto de produção e cerca de 12 por cento de valor acrescentado do bruto, o que coloca o grau de transformação da produção acima da média deste grupo de indústrias, 39 e 23 por cento, respectivamente. Por outro lado, o número de trabalhadores afectos a esta indústria é de cerca de 26 por cento do total, correspondendo as remunerações a cerca de 16 por cento, o que se traduz em cerca de 65 por cento do valor acrescentado.

Estes números levam a concluir, segundo Joaquim Venâncio, que se está perante uma estrutura industrial de mão-de-obra intensiva, com salários abaixo da média do sector agro-alimentar e com um grau tecnológico «não muito brilhante». Note-se ainda que 61 por cento dos estabelecimentos agro-alimentares estão inseridos na área da indústria de panificação e 90 por cento destes têm menos de 19 trabalhadores, significando um indústria «muito pulverizada» e consequentemente uma concorrência «fortemente» acrescida.

R.F.S.

Ode ao pão

Pão,
com farinha
água
e fogo
te levantas.
Espesso e leve,
reclinado é redondo,
repetes
o ventre
da mãe,
equinocial
germinação
terrestre.
Pão,
que fácil
e que profundo tu és:
no tabuleiro branco
da padaria
estendem-se as tuas filhas
como utensílios, pratos
ou papéis,
e de súbito a onda
da vida,
a conjugação do germe
e do fogo,
cresces, cresces
de súbito
como
cintura, boca, seios,
colinas da terra,
vidas,
sobe o calor, inunda-te
a plenitude, o vento
da fecundidade,
e então
imobiliza-se a tua cor de
oiro,
e quando já estão prenhes
os teus pequenos ventres
a cicatriz escura
deixou sinal de fogo
em todo o teu doirado
sistema de hemisférios.
Agora,
intacto,
és
acção de homem,
milagre repetido,
vontade da vida.
O pão de cada boca
não
te imploraremos,
nós, os homens,
não somos
mendigos
de vagos deuses
ou de anjos obscuros:
do mar e da terra
faremos pão,
plantaremos de trigo
a terra e os planetas,
o pão de cada boca,
de cada homem,
em cada dia
cederá porque fomos
semeá-lo
e fazê-lo,
não para um homem, mas
para todos,
o pão, o pão
para todos os povos
e com ele o que possui

forma e sabor de pão
repartiremos:
a terra,
a beleza,
o amor,
tudo isso
tem sabor de pão,
forma de pão,
germinação de farinha,
tudo
nasceu para ser compartilhado,
para ser entregue,
para se multiplicar.

Por isso, pão,
se foges
da casa do homem,
se te escondes,
se te negam,
se o avarento
te prostitui,
se o rico
te armazena,
se o trigo
não procura sulco e terra,
pão,
não rezaremos,
pão,
não mendigaremos,
lutaremos por ti com outros
homens,
com todos os famintos,
por todos os rios, pelo ar
iremos procurar-te,
a terra toda repartiremos
para que tu germines,
e connosco
avancará a terra:
a água, o fogo, o homem
lutarão junto a nós.
Iremos coroados
de espigas,
conquistando
terra e pão para todos,
e então
também a vida
terá forma de pão,
será simples e profunda,
inumerável e pura.
Todos os seres
terão direito
à terra e à vida,
e assim será o pão de
amanhã,
o pão de cada boca,
sagrado,
consagrado,
porque será o produto
da mais longa e dura
luta humana.

Não tem asas
a vitória terrestre:
tem pão sobre os seus
ombros,
e voa corajosa
libertando a terra
como uma padeira
levada pelo vento.

Pablo Neruda

TINTAS



**A QUALIDADE AO SERVIÇO
DAS ARTES GRÁFICAS**

**REPRESENTANTE EXCLUSIVO
EM PORTUGAL**



PRINSET - TINTAS DE IMPRESSÃO, LDA.

**MASSAMÁ - QUELUZ
TELEFONE - 4376976**

farinhas não controladas, vendido
do, de qualidade discutível,
o italiano

Publicidade deve obedecer a estratégia empresarial

Formadores do CIFAG afirmam que são poucas as empresas que utilizam as potencialidades do marketing

Para uma empresa promover o lançamento de um novo produto ou serviço deve ter estratégia, perceber o seu posicionamento e difundir uma mensagem conveniente. A existência de uma estrutura empresarial vocacionada para esta actividade é algo implícito.

Clara Almeida e Jorge Monteiro, formadores do Centro de Informação, Formação e Aperfeiçoamento em Gestão (CIFAG), consideram que em Portugal são poucas as empresas que utilizam as potencialidades do marketing. A maior parte delas, dizem, lança novos produtos ou serviços sem a mínima preparação. Na ausência de medidas derivadas de uma análise estratégica, resulta uma promoção estilo «fé em Deus e pontapé para a frente». Acontece que as empresas não podem ir para o mercado sem saberem o que querem, porque senão, especificam, vão ao sabor da conjuntura e das impressões de ocasião.

Estratégias

Torna-se, assim, óbvia a necessidade de verificar uma estratégia o que, em termos de marketing, significa saber o que os clientes querem e satisfazer este querer.

De acordo com estes formadores, o marketing mix (produto, preço, promoção e distribuição) deve materializar uma filosofia de gestão empresarial e não reduzir-se à publicidade pela publicidade, se bem que apoiada

por uma força de vendas.

Limitar-se à publicidade é, aliás, repetir a lógica das últimas décadas, em que se impunham os produtos aos eventuais interessados. Hoje, esclarecem, falar de e agir em marketing é falar de e agir de forma inversa: é partir das pretensões dos clientes e responder ao que solicitam.

Desta forma, as empresas têm de organizar-se para responder a estas novas solicitações. A criação nas empresas de departamentos destinados a gerir, de forma integrada - da produção ao marketing -, o lançamento de novos produtos afigura-se àqueles técnicos como algo inevitável.

Por outras palavras, o lançamento de novos produtos exige, além de uma boa campanha de marketing, organização empresarial. Segundo os nossos interlocutores, está provada, em termos estatísticos, a ocorrência de mais de 60 ideias no lançamento de um novo produto ou serviço, número este que chega aos milhares no caso da indústria farmacêutica.

Posicionamentos

Uma das funções destas estruturas é a de identificar as características do mercado, dos concorrentes e dos seus produtos, isto é, proceder ao posicionamento da empresa e da sua oferta. Sem este posicionamento, a empresa entre «cega» na promoção e não define o segmento de mer-



Clara Almeida e Jorge Monteiro: «As empresas devem criar estruturas para responder às novas solicitações»

cado que pretende conquistar. Ora, é através da definição de posições que a empresa prepara a sua actuação e encontra as soluções, ou seja, é assim que sabe onde está, o que vai vender e por que características irá «puxar».

Basta atentar em alguma publicidade passada na televisão para detectar diferenças na forma como as características do mesmo produto são enfatizadas de forma diversa consoante as empresas vendedoras. Por exemplo, alguns produtos alimentares

vêm realçadas as suas propriedades fortificantes pelo vendedor «A», enquanto o vendedor «B» põe o acento tónico nas propriedades gustativas do mesmo produto.

Estas identificações permitem ainda que a empresa evite dispêndios em publicidade destinados a um mercado exíguo, quando investir no aumento deste seria mais racional, caso do sector de cuidados pessoais.

«E você, acredita nos glutões?». Esta conhecida frase publicitária não é tão disparatada quanto poderia parecer,

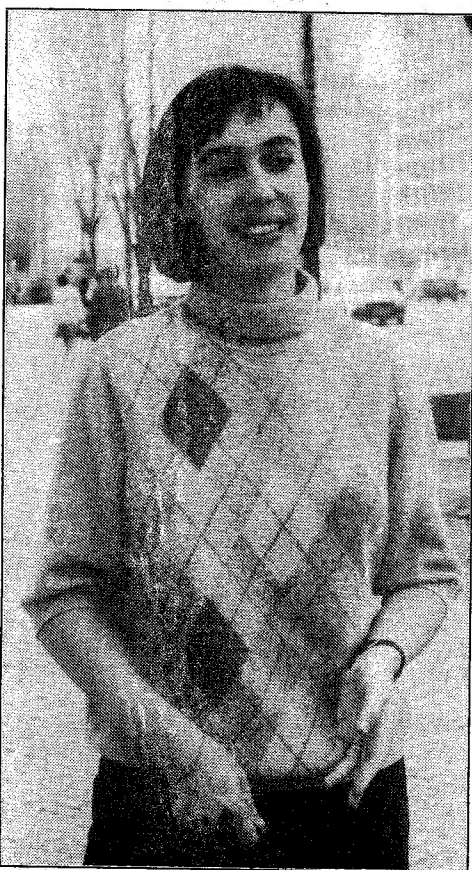
se se falar de promoções feitas de forma defeituosa, errónea ou totalmente... perfeita (eivada de uma racionalidade abstracta, sem considerar a especificidade do público a que se dirige).

O ocorrido em Portugal com uma pasta dentífrica que está a obter sucesso no norte da Europa, onde tem o aval das associações de dentistas, corporiza este entendimento. Com efeito, o facto de basear a sua campanha nas enzimas que a compõem e a distin-

guem das outras, compostas por abrasivos, suscitou uma associação imediata com os referidos «glutões» e motivou a não-adesão do público.

Outros erros frequentes são o desajustamento entre a imagem da empresa e a do produto, má escolha do canal de divulgação da mensagem promocional, e, em particular, o fazer por fazer: há empresas que, sem plano nem estratégia, limitam-se a esgotar orçamentos.

Rui Nunes



Elsa Luz: «Não há boa publicidade sem bons produtos»

Publicidade também é ilusão

Fazer publicidade é «combinar intuição com conhecimentos científicos», afirma Elsa Luz, directora de uma revista especializada. Para «contar uma história», a publicidade recorre a análises do mercado e das necessidades das pessoas e, ainda, à psicologia.

Dos sabonetes aos políticos, a publicidade vende de tudo. Transformada em chavão, esta frase concentra a dupla qualidade da publicidade como divulgadora de produtos ou serviços que (supostamente) respondem a necessidades e como propiciadora de um mundo de sonho e ilusão.

É esta dissociação entre a vertente do dar a conhecer («pouco utilizada») e a vertente do apelo, da conquista da adesão, que cria a força e a fraqueza da publicidade e, por outro lado, lhe permite vender produtos tão díspares como os referidos. Em todo o caso, não é a publicidade que compete informar sobre o produto. Tal é assunto das pessoas cativadas.

Depois de apresentar a «eterna questão» («é o marketing que cria a necessidade ou a necessidade que cria o produto?»), Elsa Luz considera que «não há boa publicidade sem bons produtos».

A parte de ilusão constante nas «peças» publicitárias, explica-a pela «necessidade de prender a atenção das pessoas» e de lhes «dar algo mais do que o dia-a-dia». Apesar de, como diz, esta parte «ter de estar presente», a

nossa interlocutora confia na capacidade das pessoas distinguirem a publicidade enganosa, que «cria um mundo de sonho sem correspondência na realidade».

Em geral, «os nossos anúncios têm qualidade», reconhece, apesar das infra-estruturas necessárias à sua realização escassearem. Esta escassez, de resto, leva a que seja mais barato importar publicidade do que criá-la, cá, de raiz.

Quanto a esta, é frequente a existência de conflitos entre os profissionais das agências de publicidade que criam o anúncio e os clientes quanto ao produto final a ser exibido. Categorias estéticas diferentes entre quem encomenda e quem executa é a razão mais frequente de tais conflitos.

Tendências

A dedicação de uma maior importância ao público jovem, à relação familiar e à terceira idade, bem como a invasão do mercado do vídeo doméstico, serão as tendências verificadas pela publicidade nos próximos tempos, entende Elsa Luz.

Antes de justificar a previsão, esclarece que os motivos publicitários obedecem a tendências constantes, derivadas dos valores sociais, humanos, e a outras conjunturais, mais ligadas a modas, como, agora, a perestroika e o muro de Berlim.

A nossa interlocutora afirma que as mudanças sociais devidas, por exemplo, à Sida, fizeram com que o sexo e o sucesso associado fossem ultrapassados, enquanto motivos da publicidade. «Hoje, a ideia já não é a da pluralidade de relações, a de entrar na sala e ficar no centro das atenções. São mais os anúncios para relações um-para-um».

Neste quadro, a utilização dos valores associados por norma à família ganha novo fôlego. O surgimento de anúncios cujas figuras centrais são o pai e o filho não são fruto de qualquer publicidade-choque, publicidade de contraste, diz. É que, especifica, no meio das famílias urbanas «o casal existe e funciona em termos de igualdade. É adquirido».

Por outro lado, o facto de assistir-se a um rejuvenescimento dos decision-makers é a razão que a leva a incluir este grupo entre aqueles para quem a publicidade se dirigirá com mais acuidade, enquanto o envelhecimento progressivo da sociedade portuguesa a leva a prever um crescendo de importância da terceira idade como destinatário de mensagens publicitárias. Este grupo etário, considera, «vai ser «reciclado», vai passar a ser um grupo com muitos interesses manifestos».

Certo, certo, por fim, diz, é que «haverá sempre publicidade onde quer que haja pessoas».

R.N.

ECONOMIA

Galbraith e o Estado dezoito anos depois

Escrito vai para 18 anos, eis editado em Portugal «O Novo Estado Industrial», de John Kenneth Galbraith. Trata-se de uma edição revista e actualizada pelo próprio autor, portante com um forte valor acrescentado de quem, no presente, vê que, no passado, tinha razão ao defender determinadas teorias que viriam, então, a ser fortemente criticadas por algumas celebridades cabeças de cartaz de diversas correntes económicas.

Talvez por isso Galbraith, agora que sabe que tinha razão, ponha ácido bem corrosivo nas farpas que lança aos seus detractores. «Só o reformador inocente ou o conservador obtuso podem imaginar que o Estado é um instrumento de mudança independente dos interesses e das aspirações dos que o constituem», afirma.

Mas também reconhece os erros de apre-

ciação por si cometidos na primeira edição. «Comecei por retratar a tecnoestrutura como um instrumento de competência relativamente elavada; de forma de se combinarem e de se utilizarem conhecimentos e talentos especializados, de modo a conseguir-se um resultado muito superior ao que se poderia esperar de qualquer indivíduo isoladamente; uma organização essencial, de facto, para o desempenho das complexas tarefas que cabem às empresas modernas.»

Agora diz que «a tecnoestrutura não é uma organização de qualidade garantida». E chama mesmo «cabeças de nabos» aos «presunçosos e empertigados colarinhos engomados» que viria a encontrar quando esteve em estreita associação com os funcionários do topo das grandes empresas. «Ficava-se especialmente impressionado

com a semelhança entre os burocratas das grandes empresas e os seus produtos; até se ter passado um dia com os dirigentes da United States Steel Corporation não se pôde avaliar completamente as qualidades intelectuais de uma chapa de aço.»

Com humor, por vezes quase negro, Galbraith não deixa de ser objectivo na análise e rigoroso nas conclusões. Mas o mundo está a mudar a uma velocidade tal, que o livro que nos chega agora às mãos já outras desactualizações tem. Galbraith acha natural esta situação. «No centro da argumentação apresentada neste livro está a noção de que a mudança é um facto que controla a vida económica. Por conseguinte,

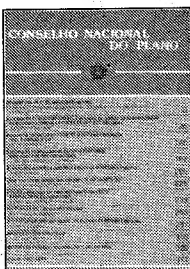
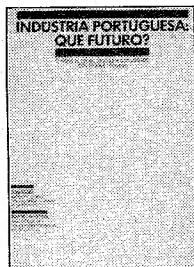


admitir as mudanças, incluindo as que não se previram, é confirmar a concepção do processo económico aqui defendida. Atrevo-me a dizer que é neste ponto que assenta o direito de se reivindicar atenção para as ideias aqui apresentadas (...). Nestas páginas defendo vigorosamente a inevitabilidade da mudança e elas expõem a realidade que resulta desse reconhecimento (...). Ninguém pode

proclamar que se encontra completamente actualizado. Mas a economia, especialmente tal como é ensinada, tem um compromisso duradouro para com o passado. Com o decorrer do tempo tornou-se mais fácil reconhecer a contradição entre esse compromisso e a realidade moderna.»

B R E V E S

Elaborado com o apoio do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (IED), eis um livro de Maximiano Martins e Rui Guimarães. Editado para comemorar os 150 anos da AIP, evidencia as vantagens de uma estreita colaboração entre a indústria e os institutos de investigação. É o saber académico a esclarecer situações práticas da vida industrial portuguesa. **Indústria Portuguesa: Que Futuro?** Associação Industrial Portuguesa, 360 páginas.

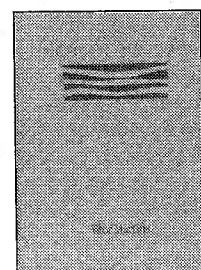
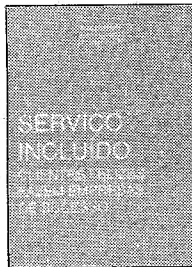


Análise pormenorizada do terceiro trimestre de 1989, contém abordagens de temas de interesse nacional, desde a conjuntura desse período até à legislação, passando por diversos temas relacionados com a adesão de Portugal à CEE, nas vertentes de comércio, mercado de capitais, sistema monetário, políticas agrícolas. Per-

spectivada também a reforma na URSS e analisados *marketing e publicidade*. Nomes conhecidos de economistas participaram na sua feitura. **Boletim N.º 19** - Conselho Nacional do Plano, 408 páginas.

O serviço aos clientes diz respeito a todas as empresas e organizações. Mas será que esse serviço é sempre bem prestado? Muitos negócios são perdidos por não ter sido dada a devida atenção, por vezes, a questões aparentemente mínimas. É um livro com histórias «reais» de serviços e de como é possível ter sucesso. Da autoria de Philippe Bloch, Ralph Hananou e Dominique Xardel, é uma obra editada com o patrocínio da Império.

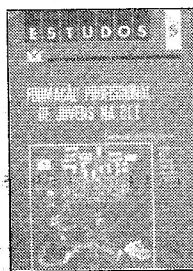
Serviço Incluído - Clientes Felizes Fazem Empresas de Sucesso - Editora Monitor, 235 páginas.



Quatro anos de adesão de Portugal à CEE analisados pelo secretário de Estado da Integração Europeia, Vítor Martins, que diz sobre a obra: «Não se pretende que seja uma lombada decorativa. É um trabalho que poderá servir de instrumento de consulta ou de análise. Poderá espelhar o conceito que muitos fazem da Europa a doze e poderá

ser, também, motivo para reflexões críticas.» **Encontros com a Europa** - Secretaria de Estado da Integração Europeia, 336 páginas.

Formação Profissional de Jovens na CEE é uma obra editada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e integrada na sua colecção Estudos. Da autoria de Vasco F. Ferreira, põe em confronto seis casos: França, Alemanha Federal, Itália, Grécia, Irlanda e Portugal, um conjunto de experiências com a formação profissional dos jovens em países com sociedades heterogêneas.



GARANTIR O CRÉDITO É AMPLIAR A SEGURANÇA

Empresas em expansão como a sua, para permanecerem competitivas, são cada vez mais obrigadas a conceder avultados CRÉDITOS.

A confiança ilimitada nos seus clientes - mesmo naqueles que JULGA conhecer bem - pode trazer-lhe a pior das consequências: o fim da sua Empresa. Para quê hipotecar o futuro?

O SEGURO DE CRÉDITOS INTERNO da COSEC, para além da protecção contra atrasos e faltas de pagamento, ajudá-lo-á na selecção criteriosa da clientela, minimizando os RISCOS DE CRÉDITO da sua carteira comercial.

Mas, se mesmo assim, o sinistro vier, cá estamos para o indemnizar!

Por isto, o SEGURO DE CRÉDITOS INTERNO da COSEC é hoje um indispensável instrumento de gestão ao seu dispor.

NÃO CONFIE NA SORTE. Garanta os seus CRÉDITOS no MERCADO INTERNO com o SEGURO DE CRÉDITOS da COSEC.



O NEGÓCIO É SEU. O RISCO É NOSSO.

Av. da República, 58 - 1094 LISBOA CODEX - Tels. 76 01 31 / 76 60 51 • R. Gonçalo Sampaio, 329 - 3.º - 4100 PORTO - Tels. 69 49 50 / 69 49 59



ECONOMIA

Movimentados cem milhões de objectos em 1989.
Fraqueza do mercado individual e ignorância empresarial ameaçam
a consistência do crescimento

Direct mail: 20 por cento do tráfego postal

O mercado do *direct mail* está em «franca expansão» em Portugal, afirma Dulce Mota, directora do serviço de Correspondências dos CTT. Em 1989, o tráfego postal publicitário movimentou 100 milhões de objectos, correspondentes a cerca de três milhões de contos. As empresas comercializadoras deste serviço, cujo número ronda a meia centena, foram assim responsáveis por 20 por cento do tráfego postal total.

Dulce Mota crê que este mercado, que começou com livros e discos, «vai subir muito». Como fundamento, adianta que as empresas estão a ficar conscientes da importância do *direct mail* para as suas vendas e constata o instalar progressivo, em Portugal, das grandes multinacionais das vendas por correspondência, cujo último exemplo é La Redoute.

Esta expansão, acelerada nos últimos três anos, parte, porém, de uma base restrita. Nos anos de 1983 e 1984 foram transportados 58 milhões de objectos em cada um e no ano seguinte 61 milhões, após o que se manifestou o incremento com 82 milhões em 1987 e 90 milhões em 1988, além dos já referidos 100 milhões em 1989.

Os principais usufrutuários deste serviço são os segmentos institucionais e empresariais. Razão: «possuem bons ficheiros».

Apesar do desenvolvimento, o volume anual

do *direct mail* per capita (nove unidades) tem uma expressão reduzida perante outros exemplos europeus, como a Suíça (95 unidades), a Suécia (62), a Bélgica (54), a França (44) ou, ainda, a Grã-Bretanha (29).

Razões da expansão

A conjuntura favorável que tem beneficiado a economia portuguesa é apontada como uma das principais responsáveis por este incremento do recurso ao *direct mail*.

Derivado desta, o crescimento generalizado do mercado publicitário, com a consequente saturação progressiva dos *media* tradicionais (TV, Rádio e Imprensa), estendeu-se ao *direct mail*, onde beneficiou, também, do crescimento do sector empresarial de serviços, especialmente seguradoras e bancos - utilizadores por excelência deste meio de comunicação e/ou venda - e do aparecimento no mercado de empresas fornecedoras destes serviços.

Sinal dos tempos: há agências de publicidade que estão a criar departamentos de *direct marketing* para responder a estas novas necessidades e oportunidades.

Dados dos CTT referem, por outro lado, com base em inquéritos, que 26 por cento das dez mil maiores empresas são utilizadoras de *direct mail*. Nestas empresas, contudo, 47 por cento descon-

hecem o sistema. Para atacarem esta ignorância, os CTT criaram um gabinete do *direct mail*, publicam trimestralmente um "Jornal do *direct mail*" e têm organizado vários seminários e conferências sobre o assunto.

Refira-se, a propósito, a ocorrência de um seminário sobre este tema, organizado pelo Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas (CENJOR), em colaboração com o Gabinete *Direct Mail* dos CTT, que terminou no passado dia 9.

Os organizadores pretendiam propiciar aos participantes «uma análise do mercado publicitário e do grau de desenvolvimento do meio (*direct mail*), sua importância relativa, factores de constrangimento e perspectivas de desenvolvimento», uma vez que este «é cada vez mais um suporte fundamental, o mais directo, para comunicar, promover e vender».

Dificuldades de crescimento

O rápido crescimento da utilização do *direct mail* revelou a existência de várias dificuldades que ameaçam a manutenção daquele.

A dimensão do mercado individual (3,5 milhões de lares, em termos formais, muito menos, em termos reais, se se considerar o poder de compra), os custos elevados da produção gráfica, um mercado fornecedor ainda em estado de forte debilidade (desde as agências especiali-

zadas na área criativa até às bases de dados, passando pelos serviços assessoriais, como a envelopagem ou a etiquetagem), a maior remuneração e o menor grau de envolvimento obtido pelas agências de publicidade quando recorrem aos outros meios de comunicação, além do referido desconhecimento significativo do sistema, são as principais dificuldades existentes.

Rui Nunes



Dulce Mota: «O mercado do *direct mail* vai subir muito»

Ficheiros e estética na base das vendas pelo correio

Vender através do correio é o objectivo do *direct mail* (DM). Implantado em todo o mundo ocidental, com particular destaque para o continente norte-americano, este *media* permite a transmissão de uma mensagem, de forma directa, a um grupo-alvo, previamente seleccionado, em função de um objectivo a atingir, através do correio.

O DM pode ser utilizado para realizar acções que vão da venda de bens e serviços à realização de estudos de mercado, da angariação de fundos à propaganda política. Pode ter alvos reduzidos ou

nutridos de informação do alvo pretendido e por materiais que prendam e cativem a atenção do destinatário. É desta forma que os materiais de DM são estudados ao pormenor.

Do sobrescrito (que é a primeira impressão de quem recebe sobre quem envia) ao envelope da resposta (ao fim e ao cabo, a razão de ser do DM), passando pela carta personalizada (que substitui o contacto pessoal do vendedor), pelo folheto técnico (que substitui o contacto directo com o produto) ou ainda pelos "brindes" (amostras de cremes, fragâncias de perfumes, autocolantes...) que estimulam o interesse do destinatário, tudo está orientado para a envolvimento do público-alvo no produto divulgado.

Razão suficiente para explicar o crescente interesse que este *media* tem despertado junto dos agentes políticos para o envio de mensagens ao eleitorado.

Características

Selectividade, flexibilidade, personalização, notoriedade, facilidade de teste e rigor na avaliação são características do DM comungadas com outros meios de marketing directo.

No entanto, o facto do DM colocar os destinatários em contacto com as peças-suporte de divulgação, dá a este *media* características próprias. Entre estas, destacam-se a permanência da mensagem (por ficar na posse do destinatário), a liberdade criativa (só tem que aproveitar a capacidade de transporte do correio), o suporte de resposta e o envio de amostras do produto.

Comparado com os *media* alternativos, o DM apresenta pontos fortes e fracos. Nos primeiros, ressalta a redução de desperdícios (mensagem enviada só a um alvo seleccionado), a notoriedade (individualização do material elaborado), a realização de testes (preparação da campanha) e uma avaliação rigorosa (eficácia revelada).

Nos pontos fracos, surgem a falta de conhecimento (*media* pouco divulgado), a desconfiança (inexistência de contacto prévio), o volume excessivo (saturação das caixas de correio), o trabalho preparatório (cujo custo pode ser elevado, quando a empresa não recorre ao exterior), o custo por contacto (mais alto do que nos *mass media*) e, em particular, a dificuldade de obtenção e gestão de ficheiros. Em Portugal, os problemas da desconfiança e do volume excessivo não têm significado relevante, dado o actual baixo recurso ao DM.



alargados, ser destinado ao público individual ou ao sector institucional, ser realizado de uma vez ou de forma repetida.

Os seus principais usos são a venda de bens ou serviços, a preparação de contactos para os vendedores, a realização de estudos de mercado ou testes de produto, a angariação de fundos ou de sócios, a propaganda política, os contactos com revendedores, a promoção de vendas, complemento de outras formas de publicidade, manter contacto com clientes, actualização de ficheiros, acções de *follow-up* manter contactos no estrangeiro e com accionistas e empregados.

Ficheiros

É evidente que a posse de ficheiros que respondam às necessidades é o segredo do bom desempenho dos utilizadores de DM. Para tal, estes ou os constroem ou recorrem aos serviços das empresas especializadas. Não será, pois, por acaso, que as empresas que exploram as listas telefónicas, já estejam ou preparem-se para entrar neste mercado.

De facto, a característica principal do DM é o seu direccionamento a um alvo seleccionado. Esta característica remete para um segundo aspecto: o da qualidade e atracção do material enviado.

Por outras palavras: as bases do sistema são constituídas por ficheiros "bem

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O

Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia / / Pelo período de

☐ 1 ANO	— 18 000\$00
☐ 6 MESES	— 9 000\$00
☐ 3 MESES	— 4 500\$00
☐ 1 MÊS	— 1 500\$00

Nome

Morada

Código Postal

Junto envio:

☐ cheque

☐ vale do correio

• Números atrasados: 70\$00 cada • Mudança de endereço: 150\$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850\$00. • Informação ao assinante: os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacional até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluídos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA